

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E  
ABASTECIMENTO EM MATO GROSSO – SFA/MT**



**RELATÓRIO DE GESTÃO  
2007**

**Várzea Grande – MT  
Fevereiro/2008**

**PAULO ANTÔNIO DA COSTA BILÉGO**

*Superintendente Federal*

**WANDERLEI DIAS GUERRA**

*Chefe do Serviço de Planejamento e Acompanhamento – SPA*

**ROSINETE SÍLVIA DE CASTRO ORETEGA**

*Chefe da Divisão de Administração – DAD*

**JURACY VAZ DE MEDEIROS**

*Chefe do Serviço de Recursos Humanos - SRH*

**JOSÉ GERALDO FERREIRA DE SOUZA**

*Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF*

**LUIZ HENRIQUE GONÇALVES PIRES**

*Chefe da Divisão Técnica - DT*

**IDEVANIR FERRARINI**

*Chefe da Seção da Gestão da Vigilância Agropecuária*

**JUDI MARIA DA NÓBREGA**

*Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG*

**LUÍS AUGUSTO CUGLIERI FERREIRA**

*Chefe do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDA*

**PLÍNIO LEITE LOPES**

*Chefe do Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA*

**SIDNEI FRANCISCO CRUZ**

*Chefe do Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG*

***Orientações:***

*Wanderlei Dias Guerra*

***Elaboração :***

*Equipes Técnica e Administrativa da SFA/MT*

***Colaboração:***

*Aparecida Conceição Luciano de Oliveira  
Andréia Cristina Tavares de Mello*

***Coordenação e Montagem:***

*Wanderlei Dias Guerra – SFA/SPA/MT*

## SUMÁRIO

1. Identificação .....	5
2. Responsabilidades institucionais.....	6
2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	6
2.1.1 Síntese das Principais Realizações Setoriais .....	9
3. Estratégia de atuação .....	11
3.1 Estratégia de atuação Setorial.....	13
4. Gestão de programas e ações.....	18
4.1. PROGRAMAS.SOB RESPONSABILIDADE DO SEFAG.....	18
4.1.1 Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.....	18
4.1.1.2. Principais Ações do Programa .....	19
4.1.1.3. Gestão das ações .....	19
5. Desempenho operacional das ações do SEFAG.....	28
4.1.2 PROGRAMAS.SOB RESPONSABILIDADE DO SEPDAG.....	44
4.1.2.1 Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário .....	45
4.1.1.2. Principais Ações do Programa .....	45
4.1.1.3. Gestão das ações .....	45
5. Desempenho operacional das ações do SEPDAG.....	48
4.1.3 PROGRAMAS.SOB RESPONSABILIDADE DO VIGIAGRO.....	58
4.1.3.1 Programa de Segurança Fitossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários.....	59
4.1.1.2. Principais Ações do Programa .....	60
4.1.1.3. Gestão das ações .....	60
5. Desempenho operacional do VIGIAGRO.....	62
4.1.4 PROGRAMAS.SOB RESPONSABILIDADE DO SEDESA.....	64
4.1.4.1 Programa de Desenvolvimento da Bovideocultura.....	64
4.1.4.2 Programa de Desenvolvimento da Avicultura.....	75
4.1.4.3 Programa de Desenvolvimento da Suideocultura.....	77
4.1.4.4 Programa de Desenvolvimento da Caprinocultura, Equinocultura e Ovinocultura.....	80
4.1.4.5 Programa de Seg Fitossanitário no Trânsito de Produtos Agropecuários.....	82
4.1.4.6 Programa de Desenvolvimento das Culturas Oleaginosas e Fibrosas.....	86

4.1.4.7 Programa de Desenvolvimento da Fruticultura.....	88
4.1.4.8 Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.....	93
5. Desempenho operacional do SEDESA.....	95
4.1.5 PROGRAMAS.SOB RESPONSABILIDADE DO SIPAG.....	118
4.1.5.1 Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.....	119
5. Desempenho operacional do SIPAG.....	123
4.1.6 PROGRAMAS.SOB RESPONSABILIDADE DO DAD.....	132
4.1.6.1 – Programa Apoio Administrativo.....	132
5. Desempenho operacional do DAD.....	137
4.1.7 PROGRAMAS.SOB RESPONSABILIDADE DO SPA.....	144
A . Serviço de Planejamento e Acompanhamento .....	144
B. sistema de Gestão da Qualidade.....	145
C. Seção de Suporte Técnico e Operacional. E Comunicação Social.....	149
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	150
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal.....	150
8. Operações de fundos .....	150
9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)...	150
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)...	
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007).	
Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	
Anexo F - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007).	

## 1. Identificação

*Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada*

<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso – SFA/MT	
<b>Natureza jurídica</b>	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – Unidade Descentralizada Órgão Público do Poder Executivo Federal	
<b>Vinculação ministerial</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	
<b>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	Conforme definido na Portaria 300 de 16 de junho de 2005, publicada no DOU de 20 de junho de 2005, as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério. Competências e Estrutura Organizacional, vide abaixo.	
<b>CNPJ</b>	00.396.895/0033-02	
<b>Nome e código no SIAFI</b>	UG: 130077 – Superintendência Federal de Agricultura –SFA/MT Gestão: 00001- Tesouro	
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	130077	
<b>Códigos das UJ abrangidas</b>	Não consolida outras unidades	
<b>Endereço completo da sede</b>	Alameda Anníbal Molina S/N – Bairro Porto Várzea Grande – MT - CEP: 78115-901 Fones: (65) 3685-5678/3685-7689; Fax: (65) 3685-7906/3685-1887	
<b>Endereço da página institucional na <i>internet</i></b>	<a href="http://www.agricultura.gov.br">www.agricultura.gov.br</a> (link – Superintendência Federal de Agricultura – SFA/MT)	
<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Em funcionamento	
<b>Função de governo predominante</b>	Agricultura	
<b>Tipo de atividade</b>	Serviço Público Federal	
<b>Unidades gestoras utilizadas no SIAFI</b>	Nome: SFA/MT	Código 130077

## **2. Responsabilidades Institucionais**

### **2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas**

O Ministério da Agricultura tem como Missão Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira. Esta Missão somente é possível ser alcançada pelos esforços sobretudo das superintendências Federais de Agriculturas que são, na verdade, os braços operacionais do MAPA no estados. Cabe às SFAs a execução das principais atividades as quais podem contribuir para com a Missão da Instituição.

As Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFAs, depois da edição do Decreto 5.351 de 21 de janeiro de 2005 foram as primeiras Unidades Organizacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a construírem, de forma participativa, o Regimento Interno. O Regimento Interno das SFAs foi aprovado através da Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005, tendo sido revogada a Portaria 576 de 08 de dezembro de 1988.

O Ministério da Agricultura têm um longo histórico de parcerias com o Agronegócio brasileiro. Ao longo dos 147 anos de sua existência a instituição tem estimulado o aumento da produção agropecuária e o desenvolvimento do agronegócio. Esta ação tem resultado em constantes aumentos de produção e produtividade, propiciando além do atendimento ao consumo interno, também para gerar excedentes para exportação.

Com vistas ao cumprimento da missão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que tem como consequência a geração de emprego e renda, a promoção da segurança alimentar, a inclusão social e a redução das desigualdades sociais.

Neste contexto, a Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso – SFA/MT atua nas mais diversas áreas, com destaque para as ações voltada em busca das sanidades animal e vegetal, fiscalização dos insumos agropecuários, classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal, nos quais vem desenvolvendo trabalhos significativos, conforme se verá nos detalhamentos deste Relatório Gestor.

De acordo com o Regimento Interno a SFA/MT, o qual entrou em vigor em junho de 2005, com foram introduzidas algumas modificações na estrutura das Superintendências, que tiveram repercussões importantes no quadro gerencial, no modelo de gestão e na condução dos trabalhos, ampliando as ações sob sua responsabilidade dentro da seguinte estrutura organizacional:

### **I - Unidades de Assistência Direta:**

- 1 - Serviço de Planejamento e Acompanhamento – SPA.
- 2 - Seção de Suporte Técnico-Operacional e Comunicação Social –STC

### **II - Unidades de Execução Finalística:**

#### **a) Unidades Centrais:**

- 1 - Divisão Técnica – (DT)
  - 1.1 - Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária – SEDESA;  
- *(com Responsáveis Técnicos por segmentos especializados)*
  - 1.2 - Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG;  
- *(com Responsáveis Técnicos por segmentos especializados)*
  - 1.3 - Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG;  
- *(com Responsáveis Técnicos por segmentos especializados)*
  - 1.4 - Serviço Política e Desenvolvimento Agropecuário – (SEPDAG);  
- *(com Responsáveis Técnicos por segmentos especializados)*
  - 1.5 - Seção de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO;

#### **b) Unidades Descentralizadas:**

- 1 - Unidade de Vigilância Agropecuária de Cáceres – UVAGRO-Cáceres;
- 2- Unidade de Vigilância Agropecuária de Cuiabá – UVAGRO-Cuiabá;

### **III - Unidades de Apoio Operacional:**

- 1 - Divisão de Apoio Administrativo – DAD;
  - 1.1 - Seção de Atividades Gerais – SAG ;
    - 1.1.1 - Setor de Material e Patrimônio – SMP
    - 1.1.2 - Setor de Transportes – STR;
    - 1.1.3 - Setor de Protocolo – SPR;
  - 1.2 - Serviço de Recursos Humanos – SRH;
    - 1.2.1 - Setor de Administração de Pessoal – SAP;
    - 1.2.2 - Setor de Desenvolvimento de Pessoas – SDP;



1.3 - Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF; e

1.4 - Seção de Tecnologia da Informação – STI

Com esta estrutura e apesar de seu ainda reduzido quadro de servidores, conforme se verá em seguida, a SFA/MT vem cumprindo seu papel institucional desenvolvendo as atividades e ações de I - defesa sanitária, inspeção classificação e fiscalização agropecuárias; II - fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura; III - assistência técnica e extensão rural; IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana de açúcar, açúcar e álcool; VI - administração de recursos humanos e de serviços gerais; VII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; VIII - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e IX - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

Para atender estas responsabilidades institucionais a SFA/MT executa uma série de Programas e ações de governo, com destaque para os seguintes:

Nas atividades voltadas para a área animal, destacam-se os Programas de Desenvolvimento da Bovideicultura, envolvendo ações de Prevenção, controle e erradicação das doenças de bovinocultura, tais como a febre aftosa, tuberculose, brucelose raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina - doença da vaca louca;

Programa: Desenvolvimento da Avicultura, com ações de Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura; Programa de Desenvolvimento da Suideicultura, também com ação de Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideicultura

Nas atividades voltadas ao desenvolvimento da área vegetal, destacam-se os Programas de Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Fibrosas, cabendo à SFA/MT desenvolver ações de Prevenção e controle de pragas; Desenvolvimento da Fruticultura, com ações de Prevenção e controle de pragas na fruticultura

Há ainda outros Programas que têm interface tanto nas atividades voltadas para a área animal e vegetal, tais como o Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, com ações tanto de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados quanto de Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal, fiscalização contra a fraude e a clandestinidade dos produtos de origem agropecuária, controle de qualidade na garantia da conformidade, segurança e inocuidade dos produtos de origem animal; Inspeção de bebidas, vinagres e outros produtos de origem vegetal e de Certificação de Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários;

Além destes há o Programa de Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários com ações voltadas à Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, animais e seus produtos e os Programas relacionados à Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários, com destaque

para as ações de Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal; Fiscalização de sementes e mudas; Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes e Fiscalização de serviços agrícolas.

Sendo o Estado de Mato Grosso, por sua caracterização, um estado eminentemente produtor de alimentos é muito grande a responsabilidade da SFA/MT, a qual precisa assegurar além da quantidade, também a qualidade dos produtos oferecidos à população.

Para dar conta deste grande rol de atividades, muito esforços têm sido desenvolvidos visando o estreitamento e articulação com órgãos e entidades públicas e privadas de forma a garantirmos uma maior integração de forças em busca do desenvolvimento sustentável do agronegócio, destacando-se os convênios firmados quase que anualmente com o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso – INDEA/MT.

## **2.1. 1 Síntese das principais realizações Setoriais**

### **2.1.1 - Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG**

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG possui como missão maior fomentar e executar as políticas públicas de desenvolvimento do setor agropecuário. Dentre elas podemos destacar as parcerias que são realizadas com Entidades Públicas e/ou Entidades Privadas (SEBRAE, Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Pantaneiros -ABCCP), através de convênios ou contrato de repasse (emenda parlamentar), onde são liberados recursos para aquisição de máquinas e/ou equipamentos agrícolas e outros investimentos no setor agropecuário. Cabe também a esse serviço, fiscalizar as ações do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – SISBOV, para atender as exigências dos Países da Comunidade Européia, que tem participação importante nas exportações de carne bovina in natura e industrializada do Brasil, e conseqüentemente no superávit da balança comercial brasileira.

### **2.1.2 - Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG**

O Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG está tecnicamente subordinado à Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA, sendo responsável pelo planejamento e execução de 07 ações contempladas no Plano Plurianual 2004-2007, todas elas incluídas no Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários, cujo objetivo é salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores. São elas:

- 1) Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal (FISCINAN)

- 2) Fiscalização de sementes e mudas (FISCALSEM)
- 3) Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes (FISFECOI)
- 4) Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE)
- 5) Fiscalização de serviços agrícolas (FISCAGRIC)
- 6) Fiscalização de produtos de uso veterinário (FISPROVET)
- 7) Fiscalização de agrotóxicos (FISAGROTOX)

É oportuno mencionar que o Plano Plurianual 2004-2007 visa alcançar três mega-objetivos, que correspondem a cinco dimensões da estratégia de desenvolvimento adotada pelo Governo Federal. Neste contexto, coube ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o cumprimento de 10 objetivos setoriais, sendo que o Objetivo Setorial 4 pretende garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, controle e fiscalização fitozoosanitária.

Neste universo de ação estão concentradas as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG, internamente subordinado à Divisão Técnica – DT/SFA-MT, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MAPA-MT.

A fiscalização das atividades voltadas para o cumprimento do referido Objetivo Setorial reveste-se de grande importância se considerarmos que a qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários têm influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro.

Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Para o desenvolvimento de suas ações, o Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG conta com uma equipe de 14 (quatorze) Fiscais Federais Agropecuários, assim distribuídos: 09 (nove) Engenheiros Agrônomos, 4 (quatro) Médicos Veterinários e 01 (um) Zootecnista.

Apóiam as atividades administrativas 03 (três) assistentes administrativos do quadro de servidores do MAPA e 02 (dois) auxiliares administrativos cedidos por outras instituições.

Se considerarmos o volume de atividades, o tamanho da demanda e as dimensões do Estado de Mato Grosso, com 141 municípios distribuídos em uma extensão territorial de 903.386,10 Km<sup>2</sup>, verificamos que o quadro de servidores do Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG é bastante reduzido para o pleno atendimento da demanda a que está legalmente submetido.

Apesar disso, com o comprometimento da equipe e o esforço de cada servidor as metas foram alcançadas quase que em sua totalidade.

### **2.1.3– Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA**

O SEDESA/SFA/MT tem por objetivo proporcionar adequadas condições sanitárias e fitossanitárias para a atividade agrícola e pecuária.

As atividades desenvolvidas visam o controle, prevenção e erradicação de pragas e doenças com potencial de causar danos às plantas e animais.

As principais ações consistem na supervisão, fiscalização e vigilância zoossanitária e fitossanitária; na prevenção, controle, profilaxia e combate das doenças dos animais e pragas dos vegetais; na educação zoossanitária e fitossanitária e outras ações com estes propósitos.

O êxito deste trabalho é fundamental para garantir a produtividade, o baixo uso de insumos e a viabilidade das atividades agrícolas e pecuárias, contribuindo de forma preponderante para qualidade dos alimentos e garantia da saúde humana.

## **3. Estratégia de atuação**

A Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso conta atualmente com 652 servidores, sendo que destes ainda temos apenas 166 são do quadro permanente. Contamos com 102 Fiscais Federais Agropecuários e apenas 64 servidores administrativos, sendo o restante composto de prestadores de serviço dos quais a maior parte, 380 são Auxiliares de Inspeção lotados em plantas frigoríficas. Apesar do já reduzido quadro a Força de Trabalho da SFA/MT perdeu 5 Técnicos e 10 administrativos que tiveram que retornar ao Órgão de Origem por determinação do Governo do Estado e outros pela não renovação do Termo de Cooperação com as quais a SFA não tinha qualquer ônus

Sendo nosso contingente ainda bastante reduzido face às inúmeras, e crescentes, atribuições regimentais, apesar de serem elaborados anualmente os Planos de Trabalho de cada Serviço, sempre surgem novas demandas, assim como, conforme se verá nas avaliações de desempenho, sempre surgem imprevistos, como por exemplo citamos a não disponibilização de recursos em tempo conforme planejado, fatos que afetam diretamente o desenvolvimento das ações. Espera-se para o ano de 2008 que tomem Posse mais 58 Agentes de inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, cargo de natureza Técnica da área finalista, cuja Portaria de Nomeação já publicada em 26/12/2007. Por outro lado temos a previsão de Extinção Contratual de 14 Técnicos de Inspeção, temporários com extinção do vínculo em 31/07/2008.

Apesar de ter aumentando um pouco a Força de Trabalho na área finalística que cresceu em 23 Fiscais em 2007 e deverá crescer em 58 Agentes de Inspeção, a área administrativa teve redução de 10 pessoas em 2007.

É importante frisar que a permanência em atividades daqueles servidores que já preencheram condições, as aposentadorias ainda não foram requeridos em razão do interstício exigido de percepção de gratificação para sua incorporação aos proventos; ou seja, espera-se apenas a data dessa implementação para o esvaziamento pleno da área administrativa da SFA/MT

No entanto, apesar destes percalços, os servidores da SFA/MT tem conseguido superar tais dificuldades e conseguido cumprir as metas pactuadas e atender as demandas, de forma que nossos clientes têm demonstrado, conforme resultado de Pesquisa, que estão satisfeitos com nossa atuação.

O Ministério da Agricultura estabeleceu algumas prioridades com destaque para o Controle Sanitário que é um conjunto de ações definidas pelo MAPA que visam o controle, erradicação e prevenção das doenças dos animais e das pragas de vegetais e partes de vegetais, inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico, da inocuidade em produtos de origem animal e vegetal e da proteção ao meio ambiente. O objetivo destas ações é garantir a saúde pública para o consumidor brasileiro e para as exportações.

A Justificativa para esta atuação é que o controle sanitário tem como principais focos a garantia da saúde pública, por meio de ações que visem à inocuidade dos produtos, e a preservação da saúde dos rebanhos e da sanidade das lavouras, através de atividades de defesa sanitária.

Sendo o controle sanitário um serviço público, de responsabilidade do governo, mais especificamente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e sendo as SFAs, suas unidades executoras ou braços operacionais nos cabe tomar as medidas cabíveis e ações para a sua efetiva implementação e responder por seu desempenho. Entretanto, é importante ressaltar a necessidade de parceria com o setor produtivo e com a sociedade, o que temos conseguido fazer, uma vez que a inocuidade dos alimentos depende de boas práticas de produção por parte das empresas, assim como a saúde dos rebanhos e das lavouras dependem dos pecuaristas e agricultores. A SFA/MT em muitos casos, como por exemplo as ações que visam combater a ferrugem asiática, supervisiona as atividades desenvolvidas pelo órgão executor, o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso – INDEA/MT.

O fato de o agronegócio mato-grossense ter crescido consideravelmente nos últimos anos, fator relevante para o abastecimento regular do mercado doméstico e geração de excedentes para as exportações, contribuindo para os crescentes saldos da balança comercial do país tem nos obrigado a estar atento às necessidades de aumento de controle sanitário, o que tem sido difícil acompanhar devido ao dinamismo do agronegócio. Muitas são as demandas do mercado, mas as ações da SFA/MT têm sido desenvolvidas de forma consistente, procurando-se cumprir as programações mas, conforme dissemos, novas demandas

aparecem para as quais nem sempre temos pessoal em quantidade para atendê-las da forma mais conveniente.

Como problemas gerais, pode-se identificar a dimensão do estado, a extensão de nossa fronteira o que representa um constante risco de entrada de doenças e pragas. Sobre este fato ressaltamos os enormes esforços feitos pelo Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária no sentido de evitar a introdução de animais oriundos da Bolívia os quais poderiam representar riscos ao rebanho de Mato Grosso.

Apesar do último concurso o quantitativo de recursos humanos de que dispomos ainda não atende a demanda. São constantes as aberturas de novos estabelecimentos de produtos de origem animal e aberturas de novas áreas de cultivos onde importantes pragas podem estar sendo introduzidas de outros estados ou mesmo disseminadas internamente. A dificuldade na implantação de um efetivo sistema de rastreabilidade, com falhas tanto por parte do serviço público quanto dos setores privados envolvidos, aliados às práticas protecionistas revestidas com caráter sanitário trouxeram alguns problemas como o recente descredenciamento de propriedades aptas para exportação para o mercado europeu, ato que repercutiu negativamente no estado de Mato Grosso mas que estão sendo superados através de um trabalho de supervisão implantado pela SFA/MT, o que tem permitido, paulatinamente, a volta à normalidade. No entanto devemos encarar estes fatos como lições que precisam ser aprendidas e que resultarão em melhorias tanto nestas como em novas ações que demandam envolvimento de todos os elos do agronegócio trato de Mato Grosso quanto do Brasil.

### **3.1 - Estratégia de atuação Setorial**

#### **3.1.1 - Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG**

Devido ao corpo técnico reduzido do SEPDAG, 01(um) Fiscal Federal Agropecuário no primeiro semestre, não seria possível incrementar-se a contento todas as ações inerentes às atribuições deste serviço. Com a incorporação de 04 (quatro) Fiscais Federais Agropecuários, ao SEPDAG, no segundo semestre, priorizou-se a execução das atividades referentes ao SISBOV para amenizar a demanda reprimida que havia nessa área. Além da equipe do SEPDAG foram requisitados Fiscais Federais de outros Serviços desta SFA e também de SFA's de outros Estados, e a partir de agosto deflagrou-se uma ação de Auditorias de Conformidade em Certificadoras, Frigoríficos e em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV – ERAS, com o objetivo de exigir a correção das não conformidades detectadas nesses Estabelecimentos, sob pena de exclusão do SISBOV. Tal ação fez parte da preparação para receber a Auditoria da Comunidade Européia que aconteceu em novembro.

Outra ação que merece destaque refere-se à análise, homologação e encaminhamento dos Planos de Trabalho para a Caixa Econômica Federal, para assinatura dos Contratos de Repasse, e posterior fiscalização do cumprimento das metas. Esses Contratos somaram um valor de R\$ 32.324.612,50 (trinta e dois milhões trezentos e vinte e quatro mil seiscientos e doze reais e cinquenta centavos) em projetos que beneficiarão vários municípios do Estado de Mato Grosso com as aquisições e investimentos discriminados mais a frente.

Outras ações referentes às atribuições do SEPDAG não puderam ser efetivamente implementadas durante o ano de 2007, diante das prioridades já mencionadas, contudo, a incorporação dos novos Fiscais Federais Agropecuários ao Serviço, permitirá que as mesmas sejam contempladas na programação de ações para o ano de 2008.

### **3.1.2 - Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG**

No contexto da fiscalização agropecuária todas ações desenvolvidas pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG podem ser consideradas como relevantes e/ou prioritárias. Por este motivo, procurou-se dar o adequado tratamento a todas as áreas da fiscalização e, em todas elas, dar prioridade às atividades relativas ao atendimento de denúncias, que vem sofrendo um gradual incremento nos últimos anos.

Muitas são as atividades desenvolvidas que refletem direta ou indiretamente no desenvolvimento do agronegócio estadual e, conseqüentemente, nacional. Em todas elas, o foco está voltado para a qualidade dos produtos e serviços agropecuários produzidos e comercializados e na satisfação do consumidor final.

A estratégia de ação adotada no ano de 2007 envolveu a elaboração de planos operativos em todas as áreas, estabelecendo-se metas físicas e financeiras bem definidas e compatíveis com disponibilidade do quadro de pessoal. A sistemática de planejamento e acompanhamento das ações constituiu importante instrumento de gestão das ações, tanto em nível estadual quanto nacional.

Cumprir destacar que no ano de 2007 algumas dificuldades tiveram que ser superadas com vistas ao normal desenvolvimento dos trabalhos. Dentre elas, destacamos a ocorrência de foco de febre aftosa na fronteira com a Bolívia, que exigiu a mobilização de todos os Fiscais Federais Agropecuários e da frota de veículos disponíveis para o desenvolvimento de ações na fronteira com objetivo de evitar a entrada da doença no Brasil; a ocorrência de greve dos Fiscais Federais Agropecuários, que dificultou o cumprimento dos objetivos propostos; a remoção de 04 (quatro) Fiscais Federais Agropecuários para outras Unidades da Federação.

Embora o quadro de Fiscais Federais Agropecuários do Serviço tenha aumentado, com o ingresso de 7 novos profissionais, isto só aconteceu no segundo semestre. Como os Fiscais Federais Agropecuários que

foram removidos já eram devidamente treinados, os recém chegados não tinham condições de assumir integralmente as atividades que vinham sendo regularmente executadas, motivo pelo qual foi necessário um certo período de tempo para realização de treinamentos e incorporação dos mesmos à rotina de trabalho.

Embora as restrições orçamentárias, neste ano, não tenha sido o principal fator limitante para o atingimento das metas, cumpre destacar que os recursos para o desenvolvimento de algumas atividades continuam sendo liberados com atraso, impactando negativamente o cumprimento das metas estabelecidas.

### **3.1.3 Serviço Sanidade Agropecuária - SEDESA**

A estratégia utilizada pelo SEDESA/SFA/MT foi de direcionar seus recursos, especialmente o pessoal técnico do órgão, para as ações que resultassem no atendimento das metas dos vários programas que estão sob sua responsabilidade.

Dentre estes programas destacamos o controle das doenças da bovideocultura, suínos e aves; controle da ferrugem da soja; das pragas de citros e banana; educação fitossanitária e controle de OGM.

Os recursos utilizados foram direcionados para despesas de deslocamento dos técnicos e para investimentos. Os gastos de deslocamento se justificam, pela grande extensão do Estado de Mato Grosso e pelo elevado número de programas executados. Os investimentos foram necessários para propiciar as adequadas condições de trabalho dos técnicos, destacando-se a aquisição de veículos e equipamentos de informática.

Houve repasse de recursos financeiros ao órgão estadual de defesa sanitária para execução de atividades na área animal.

### **3.1.4- Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG**

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários de Mato Grosso (SIPAG/DT-MT) está subdividido em três áreas de atuação: Inspeção de Produtos de Origem Animal, Inspeção, Fiscalização da produção e comércio de Bebidas e Vinagres e Qualidade Vegetal.

A Área de Inspeção de Produtos de Origem Animal é responsável pela Inspeção Higiênico-Sanitária e Tecnológica de produtos como carne, leite, mel, ovos, pescado e derivados produzidos, manipulados ou armazenados no Estado de Mato Grosso que se destinam à comercialização interestadual e internacional. É responsável também pela análise prévia para o registro de novos estabelecimentos, aprovando plantas e instalações, bem como processos tecnológicos e rótulos de produtos.



O Estado de Mato Grosso é líder na atividade de pecuária bovina de corte, tendo o maior rebanho do país e sendo o estado que mais abateu bovinos no ano de 2007 em estabelecimentos com SIF 4.482.772 dados do SIGSIF/MAPA ([www.gricultura.gov.br](http://www.gricultura.gov.br)).

As atividades de inspeção “*ante e post-mortem*” de animais de açougue e as realizadas nas plataformas de recebimento de leite cru exigem mão-de-obra especializada, metodologia de trabalho previamente definida e critérios de julgamentos dos dados de Inspeção, fundamentados em bases científicas bem como controles laboratoriais. Para o correto exercício destas ações é fundamental que as atividades de inspeção “*ante e post-mortem*” sejam executadas em momentos precisos do processo de abate, sob pena de comprometer a almejada garantia da qualidade dos produtos obtidos. Também, por ser uma atividade altamente restritiva, que acarreta elevada perda econômica ao segmento industrial, deve ser executada com independência e transparência, única forma de se alcançar desejados ganhos sociais, impedindo a transmissão de zoonoses e protegendo a saúde pública. Esta é razão pela qual, em todo o mundo, a inspeção sanitária dos alimentos é uma atribuição do poder público.

O SIPAG/MT executa, na Área Animal, suas atividades através da “Inspeção Permanente” em 35 estabelecimentos de abate e da “Inspeção Periódica” em 45 laticínios. Na “Inspeção Permanente”, os profissionais do Serviço estão inseridos na linha de produção da indústria, executando técnicas e procedimentos que permitem identificar e eliminar os eventuais riscos à saúde pública, dentro dos limites das técnicas e procedimentos aplicados. Na “Inspeção Periódica”, adotam-se técnicas ou procedimentos que permitem comparar os dados com os registros das empresas e estabelecer a conformidade ou não-conformidade com os requisitos da legislação pertinente.

O SIPAG avalia o desempenho dos matadouros-frigoríficos de bovinos, através de supervisões periódicas nos estabelecimentos, independente das atividades rotineiras de inspeção. A frequência das supervisões é definida em legislação pelo DIPOA para estabelecimentos de Mercado Interno e atendendo os acordos internacionais para estabelecimentos exportadores. Os focos das supervisões são as deficiências detectadas nas visitas anteriores, com enfoque em *BPF (Boas Práticas de Fabricação)*, *PPHO (Procedimento Padrão de Higiene Operacional)*, *APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle)* paralelamente às ações de caráter fiscal adotadas.

Conforme legislação os Estabelecimentos de Mercado Interno e integrantes da Lista Geral de exportadores devem ser supervisionados semestralmente; os exportadores para países da Comunidade Européia trimestralmente e os exportadores para Estados Unidos Mensalmente.

Conforme fica demonstrado através do indicador de eficácia o SIPAG/MT não conseguiu atingir a meta de quatro fiscalizações nestes estabelecimentos, fato que atribuímos ao pequeno número de Fiscais preparados para realizar supervisões nestes estabelecimentos, que exigem uma maior experiência técnica, **08** de missões estrangeiras recebidas pelo estado, para as quais se faz necessário o acompanhamento, bem como

auditorias nacionais que numa sistemática adotada pelo DIPOA de cada seguimento realizar uma auditoria específica, em datas diferentes sobrecarregaram o SIPAG. Para os Estados Unidos, haviam no estado 3 estabelecimentos habilitados entretanto um solicitou desalistamento voluntário. 18 estabelecimentos que integram a Lista Geral de exportadores, sendo que estes adotam a mesma freqüência de supervisões estabelecida para o Mercado Interno.

A liberação de recursos nos PI's (Plano de Ação), do programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, foi interrompida em outubro/2006, sendo então as ações mantidas com recursos liberados no PI – PCBOVI/DIPOA do programa Desenvolvimento da Bovideocultura de gestão do DAS (Departamento de Saúde Animal), sem nenhum comprometimento financeiro das ações.

O acompanhamento semestral foi realizado em 22 dos 71 estabelecimentos que assim exigia, priorizando-se os estabelecimentos com abate e exportadores. Entretanto 100% dos estabelecimentos receberam uma supervisão de acompanhamento anual. O SIPAG/MT, no ano de 2007 atravessou percalços, principalmente de ordem de redução no seu quadro de pessoal, considerando que duas servidoras da equipe de dos seis membros da equipe encontravam-se licença maternidade e ainda devido o concurso de remoção interna houve a substituição de 18 servidores do estado, sendo substituídos por Fiscais novos, para os quais foram demandados esforços em um treinamento de 30 dias na sede para 25 pessoas. O estado do Mato Grosso, a pedido do DIPOA realizou também o treinamento pertinente ao estado do Mato Grosso do Sul, por mais 30 dias, desta feita para 23 fiscais.

O SIPAG/MT recebeu e acompanhou Missões estrangeiras procedentes de Rússia, Bulgária, Israel, Estados Unidos, União Européia, Ucrânia, Venezuela e Egito que realizaram 27 visitas em estabelecimentos abatedouros do estado e 19 Auditoria Nacional em estabelecimentos do estado.

Na gestão buscamos indicadores para verificarmos o alcance ou não das metas, temos como objetivo sempre aplicar o conceito PDCA.

No estado priorizamos no ano de 2007 as ações do programa nacional de combate à fraude de adição de água no frango, com o intuito de preservar os direitos do cidadão brasileiro e dado a repercussão nacional que esta fraude apresentou no ano de 2007, com destaque na mídia televisiva.

Quando comparados com 2005 e 2006, verificamos que no ano de 2007 houve o fortalecimento nas ações de fiscalização na área de laticínio no estado de Mato Grosso como nos propúnhamos, entretanto ainda assim não atingimos a meta de realizar um acompanhamento semestral em 100% desses estabelecimentos.

Respeitando-se a vocação econômica do estado e as diretrizes do DIPOA, a prioridade de acompanhamento e dado aos estabelecimentos exportadores com o intuito de manter e ampliar os mercados importadores, desta forma os estabelecimentos com inspeção temporária, nas áreas supra citadas, têm seu acompanhamento prejudicado.

Reiteramos a necessidade já apontada no ano de 2006 de implementação urgente das unidades interiorizadas, considerando as dimensões territoriais deste estado e suas peculiaridades geográficas e necessidade de incremento no seu quadro de pessoal. Alguns entraves como: estrutura inadequada da SFA/SIPAG, pessoal em número deficiente, reflete nos índices apresentados pelo SIPAG/MT.

## **4. Gestão de Programas e Ações**

### **4.1. Programas**

O critério para a apresentação dos principais Programas trabalhados pela SFA/MT foi definido por cada um dos Serviços, ficando por conta de seus respectivos gestores a definição e descrição sobre aqueles que de uma forma ou de outra mais impactaram as ações da Superintendência e que demonstrem a realidade de sua atuação. Os Programas serão apresentados divididos pelas respectivas áreas.

#### **4.1.1 - PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG**

Todas as ações desenvolvidas pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT/SFA-MT) estão incluídas no Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários (código 0375).

##### **4.1.1.1 - Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários (código 0375)**

###### **A - Dados gerais**

Como revela a própria denominação do programa, as ações constantes do Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários são de fundamental importância para o alcance de padrões de qualidade de insumos e serviços agropecuários que sejam compatíveis às necessidades de um mercado cada vez mais crescente, globalizado e exigente, tanto no que concerne a aspectos quantitativos como qualitativos.

A fiscalização das atividades inerentes à produção de fertilizantes, corretivos, inoculantes, sementes, agrotóxicos, serviços aeroagrícolas, alimento animal, produtos veterinários e material genético animal, é um imperativo para o alcance da credibilidade necessária aos nossos produtos e serviços agropecuários, seja em nível nacional ou internacional.

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Gerente do programa	Sidnei Francisco Cruz
Gerentes executivos	Márcia Aparecida Albuquerque Teixeira da Silva; Alzira Araújo Menezes Catunda; Grayce Carvalho Kerber; José Silvino Moreira Filho; Marcelo Augusto Barbosa Figueiredo Alves e Julio César Alves de Lima.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Eficácia, eficiência e efetividade
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.

## B - Principais Ações do Programa

São 7 (sete) as ações desenvolvidas pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG, incluídas no Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários. São elas:

- 1) Ação 2124 – Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal (FISCINAN)
- 2) Ação 2179 – Fiscalização de sementes e mudas (FISCALSEM1)
- 3) Ação 2141 – Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes (FISFECOI)
- 4) Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE)
- 5) Ação 2177 – Fiscalização de serviços agrícolas (FISCAGRIC1)
- 6) Ação 2140 – Fiscalização de produtos de uso veterinário (FISPROVET)
- 7) Ação 2909 – Fiscalização de agrotóxicos (FISAGROTOX)

## C - Gestão das Ações

### 1) Ação 2124 – Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal (FISCINAN)

#### - Dados gerais:

O objetivo da ação fiscalização de insumos destinados à alimentação animal é o de salvaguardar a produção e a produtividade de insumos destinados à alimentação animal pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade.

Esta ação tem como objetivo específico garantir a disponibilidade de alimento para animais, de qualidade e produzidos com base em práticas alimentares saudáveis e eficientes. É através das ações de fiscalização que se constata a produção de alimentos nutricionalmente adequados e seguros em quantidade e qualidade, bem como se verifica se as conformidades garantidas oferecidas nos rótulos dos produtos conferem com as que foram cadastradas para efeito de registro.

As relações segurança alimentar e sustentabilidade assim como custo e a qualidade do alimento formam hoje o grande desafio da atualidade. Produzir alimentos para todos respeitando o meio ambiente e assegurando o bem-estar da população é uma preocupação da sociedade em todo o Brasil em todo o planeta.

O Brasil é o maior exportador de carne do mundo graças à qualidade e a sanidade dos nossos produtos. E é lógico que esse setor produtivo eleve suas exigências em relação à qualidade, otimização dos custos e excelentes padrões dos alimentos para seus animais. Sem uma alimentação segura, o resultado da relação qualidade/sanidade não terá nunca o êxito esperado.

Tabela 1– Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal, garantindo também a sustentabilidade da atividade
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade dos mediante realização de análises fiscais; realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos fiscais federais agropecuário em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/SFA/MT
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG Alzira Araújo Menezes Catunda – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnica

#### - Resultados:

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Processo	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
Fiscalização de estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal	236	250	39.010,32	31.669,41

Sabe-se que basicamente uma avaliação de resultados deve contemplar as etapas de planejamento, processos e resultados quantitativos e qualitativos. Nesse sentido é que procedemos à avaliação da ação de fiscalização de produtos para alimentação animal considerando os aspectos abaixo detalhados.

Contando com um efetivo de cinco Fiscais Federais Agropecuários, foram realizadas, em 2007, 250 fiscalizações, conforme demonstra a tabela acima, em 115 estabelecimentos fabricantes de alimento para animais. Foram executados 10,29% a mais do programado, devendo-se isso a fatos não programáveis como denúncias, estabelecimentos que solicitaram registros novos e alguns casos de estabelecimentos que, devido às condições de funcionamento, demandaram mais de duas fiscalizações durante o exercício, na busca de adequações estruturais para atendimento às exigências necessárias para fabricação de alimentos saudáveis.

Não obstante a realização das metas ter atingido um percentual satisfatório, há de se salientar que a ação de fiscalização de produtos para alimentação animal foi consideravelmente prejudicada por dois meses do ano de 2007. O mês de fevereiro, com a aparecimento do foco de febre aftosa na Bolívia, foi determinado que toda a frota de veículos e todo o efetivo de Fiscais Federais Agropecuários fossem disponibilizados somente para essa ação. No mês de outubro, por problemas relacionados com o sistema de rastreabilidade de bovinos, dois Fiscais Federais Agropecuários foram convocados, por todo o mês, para executarem tarefas de auditorias. Essas determinações provocaram um esforço sobre-humano dos apenas três profissionais para que as metas programadas fossem realizadas, preservando assim o compromisso de zelar pelo cumprimento dos objetivos institucionais.

Quanto aos recursos orçamentário/financeiros aplicados, 81,18% do programado, conforme demonstrado na tabela, há de ser esclarecido que as liberações, que foram mensais, dependem do órgão central do Ministério da Agricultura, não tendo esta SFA/MT qualquer influência na liberação, a não ser, a de solicitar. Essas liberações não podem ser consideradas satisfatórias, pois por muitas vezes, os orçamentos programados para cada mês, não foram disponibilizados a tempo de executar as metas com a normalidade desejada. Na maioria dos meses, as Notas de Crédito foram recebidas no fim da primeira quinzena ou começo da segunda, reduzindo sensivelmente o tempo de execução das metas. Para que não houvesse insucesso, houve muito esforço, e até sacrifício dos Fiscais Federais Agropecuários para que as metas de cada mês fossem executadas a contento.

Avaliando os resultados qualitativos da ação de fiscalização de produtos para alimentação animal, entendemos que a proposta de contribuir para a garantia do direito de acesso a alimentos de qualidade, por si só já determina a importância da ação para o Estado de Mato Grosso.

A adoção de requisitos e recomendação de Boas Práticas de Fabricação possibilita a empresa a fabricar produtos seguros para a saúde do animal e do homem. No exercício de 2007, foi publicada a Instrução Normativa que regula as exigências para que os estabelecimentos se enquadrem e passem a adotar práticas de fabricação que garantam a qualidade e o valor nutricional dos alimentos compatíveis com o grau de tecnologia que se encontra o rebanho brasileiro. E foi pautado nesses critérios que a fiscalização atuou, conferindo as condições higiênico sanitárias dos estabelecimentos e a conformidade dos produtos acabados ou ingredientes que cada empresa registrada se propõe a fabricar e comercializar.

Em 2007, 88% dos produtos analisados estavam dentro do padrão garantido pelo fabricante, enquanto que em 2006 essa percentagem foi de 79%. Foram analisados 266 produtos. Em 2006 foram analisados 177 produtos.

Outro indício da importância da atuação nessa área de alimentação de animais são as denúncias apresentadas no exercício de 2007. Foram recebidas e atendidas 10 denúncias, sendo que 7 estão processadas e concluídas e algumas foram verificadas por Termo de Fiscalização. Considerando que todas as denúncias foram apresentadas por supostos indiretos consumidores do produto, acreditamos que é uma prova de confiança do cliente nos trabalhos desenvolvidos.

Entendemos, porém, que o maior objetivo da avaliação é utilizá-la como meio de melhorar as ações existentes e aprimorar o planejamento futuro. Assim, procuraremos diagnosticar os motivos dos óbices apresentados durante a execução dessa ação e procurar eliminá-los de modo a melhor alcançar os objetivos a que se propõe esta Superintendência.

## 2) Ação 2179 – Fiscalização de sementes e mudas (FISCALSEM1)

### - Dados gerais:

Esta ação visa, sobretudo, garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

Através desta ação, no cumprimento do que estabelece a legislação brasileira que disciplina a produção, a comercialização e a utilização de sementes e mudas em todo o território nacional, o MAPA busca garantir o ordenamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento do setor produtivo dedicado a esses insumos, considerando sua importância para a agropecuária e sociedade brasileira.

Tal importância traduz-se na preservação e fornecimento de material de reprodução vegetal – sementes e mudas – com características genéticas adaptadas às nossas condições de solo e clima, refletindo em maior produção por área cultivada e, conseqüentemente, menor demanda por abertura de novas áreas, fornecimento de alimentos a preços mais acessíveis, geração de emprego e renda e de excedentes para a exportação.

Tabela 1 – Dados gerais da ação:

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção da produção e da comercialização de sementes e

	mudas; análise laboratorial de amostras coletadas para verificação de atendimento aos padrões estabelecidos; e certificação da produção de sementes e mudas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuário – SEFAG
Coordenador nacional da ação	Agwagner Dutra Alarcão – Coordenador de Sementes e Mudas
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG José Silvino Moreira Filho – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

### - Resultados

Os resultados relativos às metas física e financeira do PI de Fiscalização de sementes e mudas estão demonstrados na tabela a seguir.

Processo	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
Fiscalização de Sementes e Mudas	179	194	65.375,38	45.838,75

Verifica-se que no ano de 2007 foram realizadas 194 fiscalizações das 179 previstas, ou seja, 15 fiscalizações (8,40%) a mais que o previsto. Tal fato pode em parte ser justificado pelas ações executadas com vistas ao atendimento de denúncias, que não estavam previstas no planejamento inicial e que sofreram considerável incremento em relação ao ano de 2006.

No que diz respeito às metas financeiras, observa-se que foi utilizado para o desenvolvimento das atividades um total de R\$45.838,75. As diárias respondem pela maior parte da aplicação dos recursos, valendo destacar a realização de treinamentos dos novos Fiscais Federais Agropecuários em outros Estados.

Foram também utilizados recursos dos elementos de despesa 339030 (material de consumo) e 339039 (serviço de terceiros) para a manutenção da frota de veículos do Serviço de Fiscalização Agropecuária, incluindo as revisões obrigatórias dos veículos novos, e para o pagamento de despesas decorrentes de análises laboratoriais de sementes.

### 3) Ação 2141 – Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes (FISFECOI)

#### - Dados gerais



O objetivo desta ação é melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes disponibilizados para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, por consequência, a contribuir para a sustentabilidade do agronegócio.

Os fertilizantes constituem-se um dos principais insumos para a agropecuária nacional, notadamente na produção de grãos, fibras e biocombustíveis, principalmente devido à baixa fertilidade natural da maioria dos solos brasileiros, mais intensamente a dos solos do bioma cerrado, e às elevadas produtividades pretendidas nestas culturas.

Têm apresentado nas últimas safras sucessivas e significativas elevações de preços, acarretando em aumento do custo de produção dos produtos agrícolas nacionais. Neste cenário, a qualidade destes insumos passa a ser fundamental, assumindo importância ainda maior, de tal forma que os agricultores possam ter total segurança na aquisição de fertilizantes condizentes com suas garantias, otimizando este recurso produtivo. Do contrário, a combinação de baixa qualidade com preços elevados poderia comprometer a rentabilidade e a eficiência do agronegócio brasileiro.

Tabela 1 – Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; realização de reuniões técnicas, cursos e estágios e treinamentos em serviço para capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; e realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuário - SEFAG
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Tollstadius Leal
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG Marcelo Augusto Barbosa Figueiredo Alves – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

## - Resultados

Na tabela abaixo se encontra o resumo dos resultados físico-financeiros obtidos na ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada

Fiscalização	300	262	R\$ 40.726,36	R\$ 21.459,44
--------------	-----	-----	---------------	---------------

Analisando a tabela observa-se que no ano de 2007 foram realizadas 262 fiscalizações das 300 previstas, o que corresponde a 87,33% da meta programada. O atingimento da meta física em sua totalidade foi prejudicado em razão de ocorrência de foco de febre aftosa na fronteira com a Bolívia, o que exigiu a participação dos Fiscais Federais Agropecuários atuantes na área, nos meses de fevereiro e março, em fiscalizações na fronteira com aquele país. Além disso, ocorreu a remoção do responsável técnico pela atividade no mês de agosto de 2006 e o Fiscal Federal Agropecuário incorporado à ação necessitou do devido treinamento e capacitação para a realização das atividades de campo.

Considerando que o Estado de Mato Grosso é o maior consumidor de fertilizantes do país – além do terceiro maior produtor – faz-se necessária a disponibilização de um maior número de Fiscais Federais Agropecuários para o integral cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Os recursos financeiros utilizados atingiram R\$21.459,44, o que corresponde a 52,69% do valor planejado. Entretanto, o uso dos recursos foi otimizado em razão de deslocamentos conjuntos com outras áreas da fiscalização. Tal fato, somado ao bom planejamento dos roteiros de fiscalização, contribuiu para a maximização da utilização dos recursos.

Apesar da realização de atividades conjuntas com outras áreas ser às vezes favorável na otimização do uso dos recursos, tal expediente nem sempre pode ser utilizado, pois as grandes distâncias a serem percorridas e o grande volume de atividades de campo impossibilitam o integral cumprimento das metas físicas relativas a cada ação, prejudicando, assim, a ambas.

#### **4) Ação 2177 – Fiscalização de serviços agrícolas (FISCAGRIC1)**

##### **Dados gerais:**

A ação visa assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.

Em sentido estrito, a ação desenvolve atividade de fiscalização junto às empresas de aviação agrícola, que englobam as categorias de prestadoras de serviços, empresas rurais e produtores proprietários de aeronave agrícola e dos cursos de Coordenadores e de Executores em Aviação Agrícola promovidos pela entidade de ensino autorizada pelo MAPA.

Tabela 1 – Dados gerais da ação:

Tipo	Orçamentária
------	--------------

Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e juntos aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG/SFA/MT
Coordenador nacional da ação	André Guilherme Mardegan
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG Márcia A. Albuquerque Teixeira da Silva - Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnica

#### - Resultados:

Os resultados das metas físicas e financeiras da ação de fiscalização de serviços agroagrícolas constam da tabela abaixo.

Processo	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
Fiscalização de Serviços Agrícolas	100	100	47.859,00	19.402,52

Observa-se que houve o integral cumprimento da meta física proposta para esta ação, valendo destacar que, em relação ao ano de 2006, houve um incremento de 12,36% no executado (89 fiscalizações em 2006, para 100 no exercício de 2007). Isto foi possível devido à prioridade definida pela chefia do SEFAG/SFA/MT, que entendendo a importância e a demanda da atividade perante a sociedade, disponibilizou Fiscais Federais Agropecuários, até de outras atividades, para atuarem nas ações de fiscalização de aviação agrícola.

A fiscalização visa assegurar a adequada qualidade dos serviços da aviação agrícola, objetivando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e sustentabilidade ambiental, como também a diminuição dos custos de produção, proporcionando o tratamento necessário ser em épocas oportunas e redução de perdas por amassamento das culturas.

A atividade da aviação agrícola tem demonstrado um crescimento anual da ordem de 9% no quesito relativo ao número de novas empresas registradas no Estado.

## 5) Ação 2140 – Fiscalização de produtos de uso veterinário (FISPROVET)

### - Dados gerais:

Esta é uma ação que tem como objetivo específico assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.

Tabela 1 – Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas no País e no exterior e controle da importação de produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius de S. Leandro Junior
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG Grayce Carvalho Kerber – Fiscal Federal Agropecuário - Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnica

### - Resultados

Os resultados desta ação encontram-se resumidos na tabela a seguir.

Processo	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
Supervisão das atividades de fiscalização do comércio de produtos veterinários	12	17	R\$7.183,50	R\$ 6.164,53

Observa-se que foram realizadas 17 supervisões das 12 previstas, utilizando-se um montante de R\$ 6.164,53. Salienta-se que, na medida do possível, foram realizadas ações conjuntas com o PI FISCGENE.

## 6) Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE)

### - Dados gerais:

Esta é uma ação que tem como objetivo específico melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional e proteção do patrimônio genético nacional.

Tabela 1 – Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação de conformidade e análise fiscal de amostras de material genético animal; inscrição e certificação de doadores de material genético animal, conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; elaboração de normas e atualização de manual de serviços; capacitação de técnicos; e realização ou participação em eventos técnicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuário - SEFAG
Coordenador nacional da ação	Beronete Barros
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG Grayce Carvalho Kerber – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

## - Resultados

Os resultados referentes às metas físicas e financeiras do PI FISCGENE estão elencados na tabela abaixo.

Processo	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
Fiscalização de estabelecimentos produtores de material genético animal	25	46	R\$ 9.554,80	R\$ 4.600,25

Visualiza-se na tabela que foram executadas 46 fiscalizações no ano de 2007, utilizando-se R\$4.600,25. Uma análise mais detalhada da aplicação dos recursos e das ações realizadas será apresentada no item 5 (desempenho operacional).

## 7) Ação 2909 – Fiscalização de agrotóxicos (FISAGROTOX)

As ações de fiscalização de estabelecimentos produtores de agrotóxicos previstas no planejamento inicial não foram realizadas em função de não ter havido liberação de recursos específicos para esta finalidade, cumprindo destacar a necessidade de treinamento direcionado à fiscalização de estabelecimento produtor para o atendimento deste objetivo, o que já foi solicitado à Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins.

Vale destacar que no ano de 2007 foi removido deste Serviço o Fiscal Federal Agropecuário que atuava como Responsável Técnico do PI, o que dificultou a implementação de quaisquer atividades.

Salienta-se que, no Estado, existe apenas 1 estabelecimento produtor de agrotóxico.

## **5. Desempenho operacional das ações do SEFAG**

Para um melhor acompanhamento e avaliação do desempenho operacional das ações em comento foram construídos indicadores de desempenho. Os indicadores nacionais previstos no PPA para avaliação do desempenho da gestão das ações pertinentes ao Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG estão elencados abaixo:

### **Indicadores**

- Taxa de conformidade de corretivos agrícolas
- Taxa de conformidade de fertilizantes agrícolas
- Taxa de conformidade de inoculantes
- Taxa de irregularidade de defensivos agrícolas

Entretanto, no presente relatório serão utilizados indicadores diferentes dos propostos no PPA, por melhor refletirem o desempenho das ações realizadas. São eles:

Indicador de Eficácia;

Indicador de Eficiência;

O indicador de efetividade foi calculado para o PI FISFECOI, onde se dispunha de informações consistentes que possibilitaram tal aferição.

Segue abaixo os dados referentes ao desempenho obtido no ano de 2007 para as diversas ações.

### **1) Ação 2124 – Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal (FISCINAN)**

a) Utilidade:

A razão do uso dos indicadores eficiência e eficácia são conhecer o desempenho da atividade no que diz respeito ao cumprimento das metas programadas, a relação entre essa execução de 2007 e 2006, com o objetivo de melhorar as ações em andamento e aprimorá-las para o futuro.

b) Tipo: Eficiência e Eficácia.

c) Fórmula de cálculo

Principal Processo: Fiscalização de empresas fabricantes de insumos destinados à alimentação animal.

Meta: Realizar 300 (trezentas) fiscalizações em estabelecimentos produtores de fertilizantes e corretivos no ano de 2007, no Estado de Mato Grosso.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2007 em relação custo de execução de 2006	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2007 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	Não calculada.
Unidade de med.:	R\$/fiscalização	Porcentagem	
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	
Fórmula de Cálculo	<p><u>Custo de Execução de 2006 conforme Relatório do Gestor</u> CR1 R\$ 94,41</p> <p><u>Custo de Execução de 2007</u> - Recursos gastos (R\$) = A1 = R\$ 31.669,41 - N.º de fiscalizações= B1= 250 - Custo unitário realizado da fiscalização (CR2) = A1/B1 = R\$ 31.669,41 / 250 = R\$ 126,67</p> <p>Eficiência = <math>[(CR2/CR1 - 1) \times 100]</math> Eficiência = <math>[(R\\$ 126,67 / 94,41 - 1) \times 100]</math> Eficiência = 34,09%</p>	<p>Programação: - Número de fiscalizações programadas para o ano de 2007 = FP = 236</p> <p>- Número de fiscalizações realizadas no ano de 2007 = FR = 250</p> <p>Eficácia = <math>[(FR / FP) \times 100]</math> Eficácia = <math>[(250 / 236) \times 100]</math> Eficácia = 105,93</p>	
	CR1 = custo realizado 2006; CR2 = custo realizado 2007 = fiscalizações programadas; FR = fiscalizações realizadas.		

d) Método de aferição:

Os resultados das metas físicas e financeiras das ações contempladas no presente relatório encontram-se disponíveis no Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.

Os documentos referentes às ações realizadas encontram-se arquivados em pastas específicas para cada ação, sendo que as informações encontram-se também registradas em arquivos eletrônicos, elaborados a partir de softwares como o Microsoft Word, Excel e Access, bem como em relatórios de atividades e no sistema informatizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento denominado SIPLAN – Sistema de Planejamento e Acompanhamento.

No que se refere às metas financeiras, as informações encontram-se disponíveis em dois sistemas informatizados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quais sejam o Sistema de Gestão Orçamentária - SIOR e Sistema de Integração Financeira – SIAFI.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.

f) Resultado do indicador no exercício:

Avaliando o indicador eficiência chega-se a um resultado de 34,09 %, indicando que o custo de execução de 2007 foi 34,09% superior ao custo de execução de 2006.

Quanto ao índice do indicador eficácia constatou-se um percentual de 105,93%, posto que foram executadas 14 fiscalizações a mais que o programado.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Ao considerar o indicador eficiência do exercício de 2006 e fazer a relação com os constatados em 2007, deparamos com uma percentagem de 34,09%, indicando um custo maior no valor de cada fiscalização efetuada.

Sobre esta aparente disfunção temos a esclarecer as seguintes razões. No ano de 2007, o foco das fiscalizações foi profundamente alterado, com a publicação das Normas que regulam as Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos que fabricam produtos para alimentação animal. Antes, executando uma fiscalização mais voltada para aspectos estruturais do estabelecimento, se programava e executava a ação em quatro ou mais estabelecimentos por dia de trabalho.

Após a publicação da legislação, a fiscalização passou a ter maior rigor no aspecto processual. A legislação apresenta uma lista de condições checadas na ocasião da fiscalização, o que demanda tempo de esclarecimentos e orientações. Assim é possível executar apenas duas fiscalizações por dia, diminuindo a quantidade executada.

Também houve acréscimo nos preços de combustível e alguns serviços, o que provocou aumento de gastos de execução.

## **2) Ação 2179 – Fiscalização de sementes e mudas (FISCALSEM1)**

a) Utilidade:

Eficácia: Através deste indicador é possível avaliar o percentual de cumprimento das metas preestabelecidas, bem como efetuar ajustes no dimensionamento destas metas.

Eficiência: Sua utilidade reside no fato de que, a confrontação dos valores despendidos no exercício em relação aos do exercício anterior, permite avaliar a qualidade da aplicação desses recursos financeiros, possibilitando a otimização de sua utilização considerando o trinômio tempo, qualidade e custos;



b) Tipo:

Eficácia: Um resultado é eficaz quando a instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o volume de desempenho real com o montante do resultado desejado, independente dos custos aplicados.

Eficiência: Um resultado é eficiente quando é obtido com a melhor qualidade, em menos tempo e recursos possíveis. A eficiência estabelece a relação entre as cargas de trabalho com os recursos empregados, avaliando a ocorrência de mais produtos ou serviços pelo mesmo custo.

c) Fórmula de cálculo

Principal Processo: Fiscalização de produtores / usuários de sementes e mudas.

Meta: Realizar 179 fiscalizações em produtores / usuários de sementes e mudas no ano de 2007, no Estado de Mato Grosso.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2007 em relação ao ano anterior (2006).	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2007 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	Não calculada.
Unidade de med.:	R\$/fiscalização	Porcentagem	
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	
Fórmula de Cálculo	<p><u>Execução 2007:</u>                      - Recursos gastos (R\$) = A1 = R\$ 45.838,75                      - N.º de fiscalizações= B1= 194                      - Custo unitário realizado da fiscalização (CR) = A1/B1 = R\$ 45.838,75/194 = R\$ 236,28</p> <p><u>Execução 2006 :</u>                      - Recursos gastos (R\$) = A2 = R\$ 56.274,46                      - N.º de fiscalizações= B2= 216                      - Custo unitário realizado da fiscalização (CR2) = A2/B2 = R\$ 56.274,66/216 = R\$ 260,53</p> <p>Eficiência = [(CR1 / CR2 - 1) x 100]                      Eficiência = [(R\$236,28 / R\$260,53 - 1) x 100]                      Eficiência = - 9,31</p>	<p>Programação:                      - Número de fiscalizações programadas para o ano de 2007 = FP = 179</p> <p>- Número de fiscalizações realizadas no ano de 2007= FR = 194</p> <p>Eficácia = [(FR / FP) x 100]                      Eficácia = [(194/179) X100]                      Eficácia = 108,38%</p>	
	CR1 = custo realizado 2007; CR2 = custo realizado 2006; FP = fiscalizações programadas; FR = fiscalizações realizadas.		

d) Método de aferição:

Os resultados das metas físicas e financeiras das ações contempladas no presente relatório encontram-se disponíveis no Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.

Os documentos referentes às ações realizadas encontram-se arquivados em pastas específicas para cada ação, sendo que as informações encontram-se também registradas em arquivos eletrônicos, elaborados a partir de softwares como o Microsoft Word, Excel e Access, bem como em relatórios de atividades e no sistema informatizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento denominado SIPLAN – Sistema de Planejamento e Acompanhamento.

No que se refere às metas financeiras, as informações encontram-se disponíveis em dois sistemas informatizados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quais sejam o Sistema de Gestão Orçamentária - SIOR e Sistema de Integração Financeira – SIAFI.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.

f) Resultado do indicador no exercício:

Eficácia = 108,38 %

Da análise do indicador conclui-se que a meta física de fiscalizações foi cumprida, havendo até mesmo um incremento em relação ao programado. Observando o cronograma de forma mais detalhada observaram-se certas variações ao longo do ano, resultante do menor número de Fiscais Federais Agropecuários até junho e em um menor número de ações nos três meses subsequentes, devido ao período de treinamento e capacitação de quatro novos Fiscais Federais Agropecuários, que passaram a contribuir de forma mais efetiva a partir de setembro.

- Eficiência = - 9,31 %

O indicador demonstra que houve uma redução de despesas de 9,31% em relação ao custo realizado no exercício anterior. Esta redução se deu principalmente pelo menor número de Fiscais Federais Agropecuários para execução das fiscalizações no primeiro semestre, e que, ainda, durante o segundo semestre, os recém ingressos estavam em fase de treinamento e capacitação, realizando poucas atividades de fiscalização.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Em relação à eficiência consideramos que o menor custo dos trabalhos como acima descrito foi em função da quantidade reduzida do número de Fiscais Federais Agropecuários, havendo dificuldades na

realização do trabalho de campo e de acompanhamento de processos, com acúmulo de serviços relativo à apreciação e relatoria de processos, devido a deslocamentos frequentes e pontuais para o atendimento de denúncias, que teve um significativo incremento em relação a 2006. O ingresso de novos Fiscais Federais Agropecuários no segundo semestre possibilitou agilizar o andamento destes processos e cumprir a meta programada.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Embora no caso de sementes e mudas, que existe um grande universo de produtores no estado em relação ao atual quadro de Fiscais Federais Agropecuários, algumas medidas implementadas, tais como a recente ampliação do número de servidores, da frota de veículos e equipamentos, já demonstram melhoria na eficiência e eficácia das ações de fiscalização.

A criação de UTRAs – Unidade Técnica Regional Agropecuária, atualmente inexistentes, em locais geograficamente estratégicos apresenta-se como medida capaz de melhorar a atuação da fiscalização e possibilitar que o MAPA se mostre mais presente nestas regiões.

Fiscalizações conjuntas por equipes de diferentes ações (sementes e fertilizantes, por exemplo), têm demonstrado bons resultados em algumas situações, principalmente em regiões mais longínquas, onde a demanda é menor e é possível agrupar o serviço para ser realizado em um mesmo deslocamento, com menor custo.

### **3) Ação 2141 – Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes (FISFECOI)**

a) Utilidade:

Eficácia: É útil na verificação do grau de cumprimento das metas estabelecidas e para avaliação das próprias metas, podendo dar indícios de pontos passíveis de melhorias das ações e de possível adequação das metas propostas à realidade. Por exemplo, se a eficácia é baixa, situando-se abaixo da meta, os pontos críticos podem ser identificados e ações de melhoria implementadas. Se, ao contrário, situa-se muito acima da meta, pode significar que as metas podem ser aumentadas.

Eficiência: Sua utilidade reside na verificação da qualidade de gestão dos recursos aplicados, constituindo-se em verdadeira medida do grau de otimização destes recursos. O estabelecimento de metas de eficiência e sua mensuração permitem que se faça “mais com menos”, para um mesmo padrão de qualidade, isto é, que os resultados sejam melhores sem que haja aumento dos recursos aplicados ou, para um mesmo resultado, se utilize menos recursos.

Efetividade: Útil na verificação da qualidade dos insumos fiscalizados, que é consequência direta do desempenho da ação, refletindo também sua eficácia e eficiência. Por exemplo: Consideremos que metas de fiscalização de fertilizantes sejam estabelecidas para certo período, com determinada quantidade de recurso a ser aplicado. Ao final do período, apura-se que as metas foram cumpridas utilizando-se menos recursos do que o previsto e o resultado disso foi um aumento da taxa de conformidade dos fertilizantes disponíveis no mercado (percentual de produto dentro das garantias). Desta forma, a eficácia foi boa e a eficiência elevada, o que pôde indiretamente ser medido através do aumento da conformidade dos fertilizantes, ou seja, pela efetividade.

b) Tipo:

Eficácia: Um resultado é eficaz quando a instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o volume de desempenho real com o montante do resultado desejado, independentemente dos custos aplicados.

Eficiência: Um resultado é eficiente quando é obtido com a melhor qualidade, em menos tempo e recursos possíveis. A eficiência estabelece a relação entre das cargas de trabalho com os recursos empregados, avaliando a ocorrência de mais produtos ou serviços pelo mesmo custo.

Efetividade: Um resultado é efetivo quando os impactos da atuação da Unidade dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos da Unidade.

c) Fórmula de cálculo

Principal Processo: Fiscalização de estabelecimentos produtores de corretivos e fertilizantes.

Meta: Realizar 300 (trezentas) fiscalizações em estabelecimentos produtores de fertilizantes e corretivos no ano de 2007 no Estado de Mato Grosso.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2007 em relação ao ano anterior (2006).	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2007 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	- Índice de conformidade de fertilizantes minerais simples/complexo. - Índice de conformidade de fertilizantes minerais mistos. - Índice de conformidade de fertilizantes líquidos. - Índice de conformidade de corretivos agrícolas.
Unidade de medida:	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT
Fórmula de Cálculo	<p><u>Execução 2006:</u></p> <p>- Recursos gastos (R\$) = A06 = R\$ 59.935,97</p> <p>- N.º de fiscalizações = B06 = 303</p> <p>- Custo unitário realizado da fiscalização (CR06) = A06/B06 = R\$ 59.935,97/303 = R\$ 197,80</p> <p><u>Execução 2007:</u></p> <p>- Recursos gastos (R\$) = A07 = R\$ 21.459,44</p> <p>- N.º de fiscalizações = B07 = 262</p> <p>- Custo unitário realizado da fiscalização (CR07) = A07/B07 = R\$ 21.459,44 / 262 = R\$ 81,91</p> <p>Eficiência = [(CR07 / CR06 - 1) x 100]</p> <p>Eficiência = [(R\$81,91 / R\$197,80 - 1) x 100]</p> <p><b>Eficiência = - 58,58 %</b></p>	<p><u>Programação:</u></p> <p>- Número de fiscalizações programadas para o ano de 2007 = FP = 300</p> <p>- Número de fiscalizações realizadas no ano de 2007 = FR = 262</p> <p>Eficácia = [(FR / FP) x 100]</p> <p>Eficácia = [(262 / 300) x 100]</p> <p><b>Eficácia = 87,33 %</b></p>	<p><u>Fertilizante Mineral Sólido:</u></p> <p>- Volume (t) de fertilizante mineral sólido amostrado no ano de 2007 = VFSA = 2.375,98</p> <p>- Volume (t) de fertilizante mineral sólido conforme* no ano de 2007 = VFSC = 1.751,065</p> <p>- Índice de Conformidade = IC = (VFSC / VFSA) x 100</p> <p>IC = (1.751,065 / 2.375,98) x 100</p> <p><b>IC = 73,69 %</b></p> <p><u>Fertilizante Mineral Líquido:</u></p> <p>- Volume (1.000 l) de fertilizante mineral líquido amostrado no ano de 2007 = VFLA = 126.588</p> <p>- Volume (1.000 l) de fertilizante mineral líquido conforme* no ano de 2007 = VFLLC = 87.800</p> <p>- Índice de Conformidade = IC = (VFLLC / VFLA) x 100</p> <p>IC = (87.800 / 126.588) x 100</p> <p><b>IC = 69,35 %</b></p> <p><u>Corretivo Agrícola:</u></p> <p>- Volume (t) de corretivo agrícola amostrado no ano de 2007 = VCA = 171.500</p> <p>- Volume (t) de corretivo agrícola conforme* no ano de 2007 = VCC = 169.500</p> <p>- Índice de Conformidade = IC = (VCC / VCA) x 100</p> <p>IC = (169.500 / 171.500) x 100</p> <p><b>IC = 98,83 %</b></p> <p>* Conforme = dentro das garantias registradas.</p>

**LEGENDA:**

**A06** = recursos gastos em 2006; **B06** = n.º de fiscalizações em 2006; **CR06** = custo unitário realizado da fiscalização em 2006; **A07** = recursos gastos em 2007; **B07** = n.º de fiscalizações em 2007; **CR07** = custo unitário realizado da fiscalização em 2007; **FP** = n.º de fiscalizações programadas para o ano de 2007; **FR** = n.º de fiscalizações realizadas no ano de 2007; **VFSA** = volume (t) de fertilizante mineral sólido amostrado no ano de 2007; **VFSC** = volume (t) de fertilizante mineral sólido conforme\* no ano de 2007; **VFLA** = volume (1.000 l) de fertilizante mineral líquido amostrado no ano de 2007; **VFLLC** = volume (1.000 l) de fertilizante mineral líquido conforme\* no ano de 2007; **VCA** = volume (t) de corretivo agrícola amostrado no ano de 2007; **VCC** = volume (t) de corretivo agrícola conforme\* no ano de 2007; **IC** = Índice de Conformidade.

d) Método de aferição:

Os resultados das metas físicas e financeiras das ações contempladas no presente relatório encontram-se disponíveis no Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.

Os documentos referentes às ações realizadas encontram-se arquivados em pastas específicas para cada ação, sendo que as informações encontram-se também registradas em arquivos eletrônicos, elaborados a partir de softwares como o Microsoft Word, Excel e Access, bem como em relatórios de atividades e no sistema informatizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento denominado SIPLAN – Sistema de Planejamento e Acompanhamento.

No que se refere às metas financeiras, as informações encontram-se disponíveis em dois sistemas informatizados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quais sejam o Sistema de Gestão Orçamentária - SIOR e Sistema de Integração Financeira – SIAFI.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.

F) Resultado do indicador no exercício.

Eficácia = 87,33 %

O trabalho de campo da fiscalização no ano de 2007 começou, efetivamente, no mês de março, devido à disponibilização de recursos somente neste período. A grande extensão territorial do Estado de Mato Grosso demanda grandes deslocamentos para o exercício da fiscalização. Os estabelecimentos produtores de fertilizantes não fazem estoque de produto acabado, produzindo apenas para o atendimento dos pedidos ou encomendas. A fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes conta com apenas três Fiscais Federais Agropecuários, sendo que, além de grande (como já dito), o Estado é o maior consumidor de fertilizantes do Brasil, dada a importância de seu agronegócio.

A combinação destes fatores levou à obtenção do presente valor de eficácia. Para a melhoria deste índice, é essencial que os recursos sejam disponibilizados mais cedo às unidades fiscalizadoras e que ocorra o aumento do número de Fiscais Federais Agropecuários atuantes na área.

Eficiência = - 58,58 %

O valor negativo da eficiência, por ter sido calculada em relação ao ano anterior, indica a redução dos recursos gastos no ano de 2007, para cada fiscalização realizada, em relação a 2006. Ou seja, em 2007, para cada fiscalização, utilizou-se 58,58 % menos recursos do que em 2006. Isso se deve, principalmente, à otimização dos deslocamentos de fiscalização, onde, por vezes, Fiscais Federais Agropecuários de ações

diferentes saem juntos a campo. Desta forma, empreende-se fiscalizações de duas ou mais ações com recursos de apenas uma, maximizando a aplicação dos recursos.

O bom planejamento dos roteiros de fiscalização também foi fundamental para o aumento da eficiência.

Efetividade: índices de Conformidade – Fertilizante Mineral Sólido = 73,69 % ; Fertilizante Mineral Líquido = 69,35 % e Corretivo Agrícola = 98,83 %.

Tais índices podem ser considerados bons, confirmando a efetividade do trabalho de fiscalização. No entanto, podem ser melhorados, principalmente elevando-se a eficácia, que pode ser potencializada pelo aumento do número de fiscalizações, o qual, por sua vez, exigirá o aumento do número de fiscalizações realizadas nos estabelecimentos produtores, somadas a amostragem de maior volume de insumos. Para tanto, como já foi citado, precisa-se de mais Fiscais Federais Agropecuários e de recursos na hora certa.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

A disponibilização tardia dos recursos proporciona um menor tempo de fiscalização.

O pequeno efetivo fiscal disponível é insuficiente para fiscalizar um Estado grande e que é o maior consumidor de fertilizantes do país.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Faz-se necessário a liberação antecipada dos recursos, a contratação de mais Fiscais Federais Agropecuários, de mais técnico-administrativos, a aquisição de mais equipamentos e recursos de informática e escritório, cuja responsabilidade é da administração central deste Ministério.

O apuramento do planejamento das ações Fiscais Federais Agropecuários, a maior otimização dos deslocamentos feitos em conjunto e a fiscalização dos produtos em outros alvos, que não apenas os estabelecimentos produtores de fertilizantes, inoculantes e corretivos, principalmente junto aos consumidores finais, são alternativas propostas para a melhoria dos indicadores da ação em questão, de maneira a refletir em maiores eficácia, eficiência e efetividade, cuja responsabilidade é da equipe de fiscalização.

#### **4) Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE)**

a) Utilidade:

A razão do uso dos indicadores eficiência e eficácia são conhecer o desempenho da atividade no que diz respeito ao cumprimento das metas programadas, a relação entre essa execução e o recurso aplicado, com o objetivo de melhorar as ações em andamento e aprimorá-las para o futuro.

b) Tipo:

**Eficácia:** Um resultado é eficaz quando a instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o volume de desempenho real com o montante do resultado desejado, independente dos custos aplicados.

**Eficiência:** Um resultado é eficiente quando é obtido com a melhor qualidade, em menos tempo e recursos possíveis. A eficiência estabelece a relação entre das cargas de trabalho com os recursos empregados, avaliando a ocorrência de mais produtos ou serviços pelo mesmo custo.

c) Fórmula de cálculo:

Principal Processo: Fiscalização de estabelecimentos produtores de material genético animal.

Meta: Fiscalizar 25 estabelecimentos produtores de material genético animal no ano de 2007, no Estado de Mato Grosso.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2007 em relação à estimativa inicial.	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2007 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	Não calculada.
Unidade de med.:	R\$/fiscalização	Porcentagem	
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	



Fórmula de Cálculo	<u>Programação:</u> - Recurso solicitado (R\$) = A = R\$9554,80 - N.º de fiscalizações = B = 25 - Custo unitário programado da fiscalização (CP) = A/B = R\$9554,80/25 = R\$382,19  <u>Execução:</u> - Recursos gastos (R\$) = A1 = R\$4600,25 - N.º de fiscalizações = B1 = 46 - Custo unitário realizado da fiscalização (CR) = A1/B1 = R\$4600,25 / 46 = R\$100,00  Eficiência = [(CP / CR - 1) x 100] Eficiência = [(R\$100,00 / R\$382,19 - 1) x 100] Eficiência = -73,84%	Programação: - Número de fiscalizações programadas para o ano de 2007 = FP = 25  - Número de fiscalizações realizadas no ano de 2007 = FR = 46  Eficácia = [(FR / FP) x 100] Eficácia = [(46 / 25) x 100] Eficácia = 184,00%	
	CR = custo realizado; CP = custo programado; FP = fiscalizações programadas; FR = fiscalizações realizadas.		

d) Método de aferição:

Os resultados das metas físicas e financeiras das ações contempladas no presente relatório encontram-se disponíveis no Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.

Os documentos referentes às ações realizadas encontram-se arquivados em pastas específicas para cada ação, sendo que as informações encontram-se também registradas em arquivos eletrônicos, elaborados a partir de softwares como o Microsoft Word, Excel e Access, bem como em relatórios de atividades e no sistema informatizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento denominado SIPLAN – Sistema de Planejamento e Acompanhamento.

No que se refere às metas financeiras, as informações encontram-se disponíveis em dois sistemas informatizados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quais sejam o Sistema de Gestão Orçamentária - SIOR e Sistema de Integração Financeira – SIAFI.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.

F) Resultado do indicador no exercício

Avaliando o indicador de eficiência chegou-se a um resultado de -73,84%, ou seja, o custo de execução foi 73,84% menor que o custo de programação.

Quanto ao índice do indicador eficácia constatou-se um percentual de 184,00%, em virtude de terem sido executadas 21 fiscalizações a mais que o programado.

Devido ao atraso na liberação de recursos no PI FISCAGENE, ou quando a ocasião proporcionava condições para tal, 21% das fiscalizações efetuadas foram realizadas com recursos financeiros descentralizados para o PI FISPROVET.

A meta física executada extrapola a meta prevista, devido ao aumento do número de registro estabelecimentos de material de multiplicação animal durante o ano de 2007.

Destacam-se os projetos para a implementação do complexo aviário e de suínos da região de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, com significativa demanda de ações relacionadas a auditorias, fiscalizações e emissão de laudos para liberação de registro, procedimentos não previstos na programação inicial.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

No ano de 2007 houve uma demanda maior desta atividade devido a instalação de duas grandes empresas na área de avicultura e suinocultura no médio norte de Mato Grosso; o sistema de integração da produção fez com que houvesse uma aglomeração de produtores em uma determinada área, motivo pelo qual o número de fiscalização realizada foi superior ao programado e o custo foi reduzido devido a não necessidade de percorrer longo percurso para atender um número pequeno de estabelecimento.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve insucesso; pelo contrário houve avanço.

## **5) Ação 2177 – Fiscalização de serviços agrícolas (FISCAGRIC1)**

a) Utilidade:

A razão do uso dos indicadores de eficiência e eficácia é conhecer o desempenho da atividade no que diz respeito ao cumprimento das metas programadas, a relação entre a execução do exercício anterior e o atual, com objetivo de melhorar as ações em andamento e aprimorá-las a cada ano.

b) Tipo:

Eficiência e Eficácia.

c) Fórmula de cálculo

Principal Processo: Fiscalização de serviços agrícolas.

Meta: fiscalização de 100 empresas/produtores no ano de 2007, no Estado de Mato Grosso.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2007 em relação ao custo de execução de 2006.	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2007 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	Não calculada.
Unidade de med.:	R\$/fiscalização	Porcentagem	
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	
Fórmula de Cálculo	<u>Custo Unitário de Execução de 2006 conforme Relatório Gestor:</u> CE1 = R\$ 250,77  <u>Custo Unitário de Execução de 2007</u> CE2 = R\$ 194,02  Eficiência = [(CE2 / CE1 – 1) x 100] Eficiência = [(R\$194,02 / R\$250,77 – 1) x 100] <b>Eficiência = -22,63%</b>	Programação: - Número de fiscalizações programadas para o ano de 2007 = FP = 100  - Número de fiscalizações realizadas no ano de 2007 = FR = 100  Eficiência = [(FR / FP) x 100] Eficiência = [(100/100) x 100] <b>Eficiência = 100%</b>	
	CE1= custo executado 2006; CE2 = custo executado 2007; FP = fiscalizações programadas; FR = fiscalizações realizadas.		

d) Método de aferição:

Os resultados das metas físicas e financeiras das ações contempladas no presente relatório encontram-se disponíveis no Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.

Os documentos referentes às ações realizadas encontram-se arquivados em pastas específicas para cada ação, sendo que as informações encontram-se também registradas em arquivos eletrônicos, elaborados a partir de softwares como o Microsoft Word, Excel e Access, bem como em relatórios de atividades e no sistema informatizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento denominado SIPLAN – Sistema de Planejamento e Acompanhamento.

No que se refere às metas financeiras, as informações encontram-se disponíveis em dois sistemas informatizados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quais sejam o Sistema de Gestão Orçamentária - SIOR e Sistema de Integração Financeira – SIAFI.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.

F) Resultado do indicador no exercício:

O resultado apresentado no indicador de Eficiência demonstra que houve redução de 22,63% nos custos de cada fiscalização realizada. Já o indicador de Eficácia apresentado vem demonstrar que as fiscalizações programadas foram executadas em sua totalidade.

#### 6) Ação 2140 – Fiscalização de produtos de uso veterinário (FISPROVET)

a) Utilidade:

A razão do uso dos indicadores eficiência e eficácia são conhecer o desempenho da atividade no que diz respeito ao cumprimento das metas programadas, a relação entre essa execução e o recurso aplicado, com o objetivo de melhorar as ações em andamento e aprimorá-las para o futuro.

b) Tipo:

Eficiência e eficácia

c) Fórmula de cálculo:

Principal Processo: Supervisão das atividades de fiscalização do comércio de produtos veterinários.

Meta: Realizar 12 supervisões nas Unidades do INDEA/MT no ano de 2007, no Estado de Mato Grosso.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2007 em relação à estimativa inicial.	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2007 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	Não calculada
Unidade de med.:	R\$/fiscalização	Porcentagem	
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	

<p>Fórmula de Cálculo</p>	<p><u>Programação:</u>  - Recurso solicitado (R\$) = A = R\$7.183,50  - N.º de fiscalizações = B = 12  - Custo unitário programado da fiscalização (CP) = A/B = R\$7.183,50 / 12 = R\$598,62</p> <p><u>Execução :</u>  - Recursos gastos (R\$) = A1 = R\$6164,53  - N.º de fiscalizações= B1= 17  - Custo unitário realizado da fiscalização (CR) = A1/B1 = R\$6164,53 / 17 = R\$362,61</p> <p>Eficiência = [(CP / CR – 1) x 100]  Eficiência = [(R\$362,61 / R\$598,62 – 1) x 100]  Eficiência = -39,43%</p>	<p>Programação:  - Número de fiscalizações programadas para o ano de 2007 = FP =12</p> <p>- Número de fiscalizações realizadas no ano de 2007 = FR = 17</p> <p>Eficácia = [(FR / FP) x 100]  Eficácia = [(17 / 12) x 100]  Eficácia = 141,67%</p>	
---------------------------	---	---	--

Avaliando o indicador Eficiência chegou-se a um resultado de –39,43%, o que significa que o custo de execução foi 39,43% menor que o custo de programação.

Quanto ao índice do indicador eficácia constatou-se um percentual de 141,67%, devido à execução de 5 fiscalizações a mais que o programado.

A ação de fiscalização do comércio de produtos veterinários é realizada, por delegação de competência, pelo órgão estadual de defesa agropecuária (INDEA/MT), abrangendo todos os municípios do Estado.

No exercício de 2007, todos os estabelecimentos que comercializam produtos de uso veterinário foram fiscalizados pelo INDEA/MT. No decorrer do exercício foram gerados 66 autos de infração. A atividade pode melhorar ainda mais se houver por parte do MAPA capacitação dos técnicos do órgão de defesa do estado.

#### **4.1.2 - PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DO SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEPDAG**

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário tem sob sua responsabilidade o desenvolvimento de ações afetas aos Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - (6003) e ao Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas – (0356), sobre os quais destacamos as seguintes informações e análises:

#### 4.1.2.1 - Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - 6003 –

##### A - Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Apoiar, por meio de projetos que dêem suporte a ganhos de competitividade e melhoria do bem-estar social dos envolvidos em todos os estágios das cadeias produtivas. Permite o atendimento de demandas direcionadas a resolver problemas emergentes de amplo efeito socioeconômico como a construção e modernização de instalações físicas para beneficiamento de produtos, agregação de valor, escoamento da produção e promoção da atividade produtiva.
Gerente do programa	Marcio Antonio Portocarrero
Gerente executivo	Luís Augusto Cuglieri Ferreira
Indicadores ou parâmetros utilizados	Índice de evolução da produção
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais

##### B - Principais Ações do Programa

**Ação - 005A – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário**

**Ação - 109D – Mecanização Agrícola**

Formalizar convênios e/ou contratos de repasse com Entidades de Direito Público e/ou Entidades de Direito Privado, que objetivam viabilizar infra-estrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações.

##### C - Gestão das Ações:

**C1 - Ação - 005A – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário**

**C2 - Ação - 109D – Mecanização Agrícola**

Tabela 2 – Dados gerais das ações Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário e Mecanização Agrícola

<b>Tipo</b>	Finalístico
<b>Finalidade</b>	Destina-se a apoiar ações de investimentos que permitem a implantação de projetos para aumento da produção, produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e a sua comercialização.  Destina-se a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas para plantio, terraços, tratos culturais, colheita, construção, recuperação e manutenção de estradas vicinais, dragagem, obras de drenagem e irrigação.
<b>005A</b>	
<b>109D</b>	<b>Ação</b>
<b>Descrição</b>	Formalização, análise, acompanhamento e fiscalização da execução metas propostas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação Geral de Parcerias Institucionais
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Márcio Cândido Alves
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Luís Augusto Cuglieri Ferreira

### - Resultados

Os recursos empregados nas Ações do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário são provenientes da descentralização de recursos de Emendas Parlamentares (via Contratos de Repasse) ou de recursos do orçamento próprio do MAPA (via Convênios).

Em 2007 no Estado de Mato Grosso esses recursos foram repassados, na sua grande maioria, para Prefeituras Municipais e Associação de Produtores, entidades que já desenvolviam ações correlatas aos do Programa, no entanto por outros meios, e, portanto, possuem capacidade instalada para o atingimento das metas da ação e do objetivo do Programa.

A vantagem dessas ações é que, antes da assinatura do Contrato ou Convênio, já fica pré-estabelecido pela homologação do Plano de Trabalho, a aplicação exata dos recursos repassados (as metas, os

beneficiados e a localidade, inclusive especificando quais serão as comunidades/assentamentos do município que serão beneficiados diretamente).

Os critérios utilizados para a análise e aprovação do repasse de recursos são: justificativa da proposição e relação custo/benefício, metas compatíveis com a finalidade do programa, conforme estabelece a Portaria nº. 367, de 31 de agosto de 2005, adimplência do conveniente, disponibilidade de contrapartida, capacidade instalada que será utilizada na execução da proposta, descrição dos beneficiários e a forma de execução, entre outros. Findo a vigência do Contrato ou Convênio, a análise da Prestação de Contas é realizada pela Caixa Econômica Federal ou pela CGPI/SDC/MAPA, respectivamente.

O volume de trabalho da meta física dos Processos 1 das Ações 1 e 2 depende do número de Emendas Parlamentares aprovadas no Orçamento Geral da União e empenhadas no Ministério da Agricultura e do número de Convênios firmados entre o MAPA e Entidades de Direito Público ou Privado, e portanto não são de iniciativa desta SFA. Desta forma, a meta depende da demanda que nos é apresentada ao longo do ano pela Coordenação Geral de Parcerias Institucionais – CGPI, da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC.

Isto posto, a Meta Física Prevista será sempre o atendimento de 100% dos Planos de Trabalho encaminhados a este SEPDAG/SFA/MT. Os convênios, via de regra são celebrados no nível MAPA/SEDE, assim a análise dos Planos de Trabalho relativos aos Convênios é realizada pela CGPI, em Brasília. Nos processos de Análise e Homologação de Planos de Trabalho não há dispêndio direto de recursos financeiros (diárias e passagens, por exemplo), uma vez que não é necessário o deslocamento de Fiscais, já que as atividades são desenvolvidas nas dependências do SEPDAG/SFA/MT.

Em virtude do reduzido corpo técnico do setor e diante da priorização de outras ações consideradas emergenciais, o acompanhamento dos Contratos de Repasse foi uma das atribuições do SEPDAG que não puderam ser executadas durante o ano de 2007, conforme já justificado anteriormente. E ainda, como 70% dos recursos de Emendas Parlamentares foram empenhados na última quinzena de dezembro, o acompanhamento dos contratos de repasse só será possível no decorrer de 2008.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário</b>				
<b>Ação 1 005A – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário</b>				
Processo 1: Análise e homologação de Planos de Trabalho.	100% da demanda (31)	31	-	-
Processo 2: Acompanhamento “in	100% da demanda	08	R\$ 4.751,70	R\$ 3.580,80



loco” –fiscalização do cumprimento do objeto dos Convênios	(08)			
<b>Ação 2 109D – Mecanização Agrícola</b>				
Processo 1: Análise e homologação de Planos de Trabalho.	100% da demanda (96)	96	-	-

Em 2007 foram analisados, homologados e encaminhados à Caixa Econômica Federal para assinatura dos Contratos de Repasse cento e vinte e sete (127) Planos de Trabalho; destes, trinta e um contemplaram investimentos em diversas áreas do setor agropecuário (Ação 1) e noventa e seis, a aquisição de máquinas e implementos agrícolas (Ação 2).

A meta física do processo 2 (Ação 1) foi relativa à demanda de acompanhamento de Convênios, conforme solicitação da CGPI/SDC/MAPA. A meta financeira não pode ser prevista, e é elaborada quando solicitado a esta SFA a indicação de Técnico para acompanhamento do convênio. Dos R\$ 3.580,80 aplicados em 2007 para acompanhamento dos oito (08) convênios, R\$ 1.884,00 foram gastos com diárias e 1.696,80 com material de consumo.

## 5.0 - Desempenho Operacional do SEPDAg

### 5.1 Desempenho operacional do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

#### a) Utilidade:

A facilidade de acesso pelos agricultores ao preparo do solo para o cultivo tem como consequência o aumento da produção e do retorno financeiro das culturas cultivadas pelos pequenos agricultores.

Entretanto, a efetividade das ações em relação ao indicador, índice de evolução da produção, não é possível ser avaliada neste momento, por que as emendas foram empenhadas no Ministério da Agricultura, quase que na totalidade, em dezembro de 2007. Até que se cumpram os trâmites legais, os investimentos acontecerão a partir do exercício de 2008. Não temos dúvida que esses investimentos, em função do volume e diversidade, contribuirão para o aumento e incremento da produção agropecuária do Estado de Mato Grosso.

#### b) Tipo: Eficiência e Eficácia

#### c) Unidade de medida : c) Fórmula de cálculo. Vide tabela

#### d) Método de aferição:

Dado Financeiro: SEOF/SFA/MT

Dado Físico: SEPDAG/SFA/MT

**e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:**

Equipe SEPDAG/SFA/MT

**f) Resultado do indicador no exercício:**

A eficiência no acompanhamento de convênio foi menor em 2007 do que em 2006, pois o custo médio por convênio foi 33,73% maior. Isto se deve ao fato de ter sido necessário percorrer distâncias maiores e/ou dispor de períodos maiores (maior números de diárias) para acompanhamento das metas dos referidos convênios, em relação aos convênios acompanhados em 2006.

**Meta 1:** Analisar e dar encaminhamento a 100% dos Planos de Trabalho encaminhados (programados), em no máximo 10 dias úteis.

Atributo	Economicidade	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Não se aplica	Tempo médio realizado (TR) para análise dos Planos de Trabalho em relação ao tempo previsto (TP) para o atendimento, em dias.	Porcentagem de Planos de Trabalho Analisados (PTA) em relação aos Planos de Trabalho Programados (PTP).
Unidade de medida:		Porcentagem	Porcentagem
Fonte:		SEPDAG/DT/SFA/MT	SEPDAG/DT/SFA/MT
Fórmula de Cálculo:		$X = ( TR / TP ) \times 100$ $X = ( 10 / 10 ) \times 100$ $X = 100\%$	$X = ( PTA / PTP ) \times 100$ $X = ( 135 / 135 ) \times 100$ $X = 100\%$

**Meta 2:** Acompanhar 100% dos Convênios executados no Estado de Mato Grosso.

Atributo	Economicidade	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Não se aplica	Custo por acompanhamento de convênio realizado (CAR7) em 2007, em relação ao Custo por acompanhamento realizado em 2006 (CAR6).	Porcentagem de Convênios Acompanhados (CA) em relação aos Convênios Programados (CP)
Unidade de medida:		Porcentagem	Porcentagem
Fonte:		SEPDAG/DT/SFA/MT	SEPDAG/DT/SFA/MT
Fórmula de Cálculo		$X = ( CAR7 / CAR6 ) \times 100$ $X = ( fin7 / fis7 ) / ( fin6 / fis6 ) \times 100$ $X = ( 3.580,00 / 8 ) / ( 2.007,75 / 6 ) \times 100$ $X = 133,73\%$	$X = ( CA / CP ) \times 100$ $X = ( 08 / 08 ) \times 100$ $X = 100\%$

(CAR7) – custo por acompanhamento de convênio realizado em 2007 = Meta Financeira Executada em 2007 (fin7) / Meta Física Executada em 2007 (fis7)  
 (CAR6) - custo por acompanhamento de convênio realizado em 2006 = Meta Financeira Executada em 2006 (fin6) / Meta Física Executada em 2006 (fis6)  
 (CA) – Convênio acompanhado  
 (CP) – Convênio programado

Segue abaixo quadro demonstrativo dos Planos de Trabalho aprovados pela SFA/MT.

**Para os municípios:**

	<b>Especificação</b>	<b>Unid</b>	<b>Qtde</b>
<b>Aquisição</b>	Patrulha Agrícola	Ud	80
	Retroescavadeira	Ud	12
	Moto Niveladora	Ud	02
	Pá Carregadeira	Ud	01
	Tanque Resfriador de leite	Ud	04
	Kit p/ Inseminação	Ud	01
<b>Construção</b>	Feira Municipal	Ud	06
	Ponte de Concreto	Ud	01
	Viveiro p/ produção de mudas	Ud	02
	Laboratório p/ produção de fungo	Ud	01
<b>Recuperação</b>	Estrada Vicinal	km	78,69

**Para o Governo do Estado:**

**SEDER/EMPAER**

<b>Aquisição</b>	Tanque Resfriador de leite	Ud	130
Construção de	Farinheira	Ud	40
Base Física e	Beneficiadora de arroz e/ou milho	Ud	20
Aquisição de	Beneficiadora de café	Ud	08
Equipamentos	Processadora de cana-de-açúcar	Ud	10
	Processadora de frutas	Ud	12
	Processadora de mel	Ud	12
	Frigorífico de rã	Ud	01
	Extração de óleos essenciais	Ud	02
	Microdestilaria de álcool	Ud	02
	Fábrica de ração	Ud	06
	Empacotadora de café orgânico	Ud	01
	Mini-laticínio	Ud	06
	Complementação p/ agroindústrias já instaladas	Ud	60

**INDEA**

<b>Construção</b>	Base Física	Ud	03
<b>Ampliação</b>	Base Física	Ud	40
	Posto Fiscal	Ud	05

**4.1.2.2 - Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas – 0356 –**

## A - Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoosanitária.
Gerente do programa	Marcio Antonio Portocarrero
Gerente executivo	Luís Augusto Cuglieri
Indicadores ou parâmetros utilizados	Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores

## B - Principal Ação do Programa

### 2487 - Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários – Rastreabilidade:

Fiscalizar Certificadoras e Estabelecimentos Rurais Aprovados pelo Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV).

### C - Gestão da Ação:

#### C 1 - Ação - 2487 Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários – Rastreabilidade

#### - Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Detectar e identificar problemas sanitários e sua origem, a qualquer momento do processo produtivo, atendendo ainda aos compromissos internacionais para a manutenção e ampliação das exportações brasileiras.
Descrição	Certificação de origem dos animais, gestão da movimentação e controle dos produtos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral do SISBOV

Coordenador nacional da ação	Serguei Brener
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Luís Augusto Cuglieri Ferreira

## - Resultados

Os recursos empregados nas Ações de Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários – Rastreabilidade são provenientes da descentralização de recursos da SDC/MAPA (Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo) contemplando gastos com passagens, diárias e suprimento; tendo como intuito a realização de auditorias de Conformidade e /ou fiscalizações relacionadas ao SISBOV em Certificadoras, ERAS, propriedades rurais, frigoríficos e Unidades do Serviço Estadual de Defesa Agropecuário e onde mais se fizer necessário para comprovar a regularidade dos procedimentos previstos na Legislação disciplinadora do SISBOV no Estado de Mato Grosso. Além da realização de Vistorias Prévias para Credenciamento nas Certificadoras que possuem Escritórios com sede no Estado de Mato Grosso.

A quase totalidade desses recursos foi disponibilizada no segundo semestre do ano de 2007 já que o corpo técnico deste Setor até junho de 2007 encontrava-se reduzida a um único fiscal. Soma-se a isso o fato de que nesta SFA/MT constavam apenas 3 Fiscais que fizeram o Curso de Auditores de SISBOV. Assim, com a lotação de 4 Fiscais Federais Agropecuários e a realização de curso de Auditores por mais 4 Fiscais desta SFA/MT pode-se realizar uma programação para as auditorias.

Todavia, não foi possível contemplar auditorias em todos os Setores envolvidos no Sistema da Cadeia Produtiva da Bovinocultura e Bubalinocultura. Foram priorizadas auditorias nos ERAS e nas Certificadoras. No entanto, observamos um grande incremento no número de fiscalizações quando comparada ao ano de 2006, onde não foram registradas nenhuma Auditoria a campo.

Foi atingindo um grande volume de trabalho da meta física do Processo 1 devido ao apoio disponibilizado pelos outros setores desta SFA/MT, tais como SEFAG e SEDESA, que cederam Fiscais Federais Agropecuários pertencentes ao seu quadro para atuarem conjuntamente com os Fiscais do SEPDA. Além de Fiscais que foram deslocados de outras SFAs, que também apoiaram esta ação.

	META FÍSICA	META FINANCEIRA
Programas/Ações/Processos		

	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas</b>				
<b>Ação 1 - 2487 Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários - Rastreabilidade</b>				
Processo 1: Auditoria de Conformidade em Certificadoras e em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV - ERAS	72	65	R\$ 80.250,00	R\$ 30.839,20
Processo 2: Auditoria para vistoria prévia de Credenciamentos de Certificadoras	7	6	R\$ 7.250,00	R\$ 4.146,70
Processo 3: Treinamento de Auditores	4	4	-	-
Processo 4: Análise e andamento nos Processos de Certificadoras e ERAS	100 % da demanda (32)	32	-	-
Processo 5: Análise e andamento nos Processos de Credenciamento de Certificadoras	7	6 (considerando-se as etapas do credenciamento sob responsabilidade da SFA/MT)	-	-
Processo 6: Abertura de processos de Cadastramento de Certificadoras	100 % da demanda (4)	4	-	-

O quantitativo das Auditorias só não foi maior porque o SEPDA/SFA/MT estruturou sua equipe a partir de julho de 2007, com a chegada de duas Fiscais Federais Agropecuárias aprovadas no último concurso e uma Fiscal Federal Agropecuária vinda através do concurso de remoção. Em razão da demanda reprimida dessa ação, para atender a programação estabelecida para o último trimestre do exercício, foi necessário requisitar a participação de Fiscais Federais de outros Serviços desta Superintendência como também de Superintendências de outros Estados. Essa ação priorizou a realização de Auditorias de Conformidade e Pré-Credenciamento em todas as Certificadoras com matriz no Estado de Mato Grosso e no maior número possível dos escritórios de representação estabelecidos no Estado. Foram realizadas 65 Auditorias de Conformidade em Certificadoras e ERAS, correspondendo a 36 ERAS e 29 Certificadoras. Algumas certificadoras receberam mais de uma Auditoria devido às irregularidades constatadas em Relatórios de Auditoria de Conformidade, o que resultou na suspensão cautelar de alguns escritórios

estaduais. Após todas as correções das não conformidades os Escritórios Estaduais solicitavam nova Auditoria para regularização da situação. Portanto, foram auditadas 18 Certificadoras, sendo que no Estado de Mato Grosso de acordo com o site do Ministério da Agricultura existem 31 escritórios no Estado de Mato Grosso, todavia um escritório estadual encontra-se descredenciado (Agritace – Sistemas de Rastreabilidade Agropecuária Ltda.), um encontra-se atuando via Liminar (Condão – Certificadora Bovina Ltda) e um escritório está bloqueado por ter solicitado descredenciamento (EXPORT - Certificadora e Rastreadora de Produtos Agropecuários)

Para uma melhor apuração de dados sobre a atuação da Certificadora estabeleceu-se como meta a realização de Auditorias de Conformidade em pelo menos 3 ERAS pertencentes ao quadro da Certificadora a ser auditada.

Foi previsto auditar 15 Escritórios Estaduais e não os 29 Escritórios atuantes hoje no Estado de MT, de acordo com o site do MAPA, porque até o momento da programação das Auditorias constava na lista apenas a existência de 15 Escritórios Estaduais atuantes no Estado. E o número de Auditorias em ERAS previsto totalizou 57 ERAS, já que na primeira semana de Auditorias calculou-se uma média de 3 ERAS e posteriormente cogitou-se a hipótese de 4 ERAS.

Os processos foram instaurados à medida que se realizavam as Auditorias de Conformidade e se detectava não conformidades. Como foram detectadas não conformidades em muitos estabelecimentos, demandou-se um tempo considerável para análise e encaminhamento de todos.

Os processos de Cadastramento das Certificadoras foram realizados de acordo com a demanda, pois TODOS os Escritórios Estaduais que não possuem matriz no Estado de Mato Grosso obrigatoriamente devem realizar seu cadastro nesta SFA/MT. Todavia quando comparamos o total de escritórios que não possuem matriz aqui no Estado, um total de 22 escritórios (desconsiderando-se também os escritórios da Agritace e da Condão); verificamos que uma pequena parcela de Escritórios (18,18%) fizeram o seu cadastramento.

Com relação às auditorias de vistoria prévia para credenciamento é importante destacar que foram realizadas 6 auditorias e não 7 como o previsto, pois a Certificadora EXPORT (Certificadora e Rastreadora de Produtos Agropecuários), com sede em Cuiabá/MT, demonstrou interesse em se descredenciar do sistema SISBOV, encaminhado a este SEPDAG/DT/SFA/MT ofício com determinado fim. Sendo formalizado processo (Nº 21024.002917/2007-25) por este SEPDAG/DT/SFA/MT e encaminhado ao MAPA - Brasília aos cuidados da CSR/DEPROS/SDC. Desta forma, reiteramos que 100% da meta prevista para realização de auditoria prévias de conformidade foi cumprida.

O curso para formação de Auditores de SISBOV foi realizado em São Paulo com recurso descentralizado pela CSR/DEPROS/SDC, foram recrutados 4 fiscais pertencentes ao quadro deste SEPDAG/DT/SFA/MT.

Considerando as adversidades enfrentadas, principalmente o tempo, para realizar essa ação, observamos na prática que o resultado foi bastante satisfatório. Todos os envolvidos, Produtores, Certificadoras e Indústrias passaram a confiar na seriedade do trabalho. Se continuarmos dessa maneira, a rastreabilidade em Mato Grosso melhorará consideravelmente em um curto espaço de tempo.

## **5.2 Desempenho Operacional do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas gerido pelo SEPDAG**

### **a) Utilidade**

De acordo com dados da Abiec (Associação Brasileira das Indústria Exportadoras de Carne) disponibilizadas no site [www.beefpoint.com.br](http://www.beefpoint.com.br), a quantidade de carne brasileira exportada no ano de 2007 praticamente não apresentou alteração: 2,53 milhões de toneladas, equivalente carcaça, das quais 1.888.758 são in natura; 523.717, industrializadas e 119.748, de miúdos. Em 2006, foram exportadas 1.802.091 toneladas de carne in natura; 691.965 industrializadas e 94.736 de miúdos, totalizando 2,58 milhões de toneladas, equivalente carcaça. Todavia houve um crescimento de 12,6% da receita das exportações, passando de passando para US\$4,4 bilhões, ante US\$3,9 bilhões em 2006.

Com o preço médio da carne bovina in natura exportada para a UE em 2007 atingindo valores acima de US\$ 6.750,00/ton nos meses de novembro e dezembro. (Fonte: MDIC, disponibilizada no site: [www.beefpoint.com.br](http://www.beefpoint.com.br)).

**b) Tipo:** Eficiência, Eficácia e Efetividade.

**c) Fórmula de cálculo.** Vide tabela

**d) Método de aferição:**

Para fins de cálculo da eficiência nas metas 1 e 2, calculou-se o índice do custo das auditorias realizadas fracionando-se o custo total das auditorias pelo número correspondente a quantidade de Auditorias realizadas. O mesmo procedimento foi efetuado para o cálculo do custo por Auditoria Programada. Como no ano de 2007 estavam programados dois tipos de Auditorias: 1-Auditoria de Conformidade em ERAS/Certificadoras ( $CAR = 30.839,20/65 = R\$ 474,45$  e  $CAP = 80.250,00/72 = R\$ 1114,58$ ) e 2 – Vistorias Prévia em Certificadoras com sede no Estado de Mato Grosso ( $CAVP = 4.146,70/6 = R\$ 691,12$  e  $CAVPP = 7.250,00/7 = R\$ 1035,71$ ); optou-se pelo cálculo separado da eficiência de cada categoria de Auditoria, conforme demonstrado no subitem “Resultado do indicador no exercício”.

Já para o cálculo da eficiência relacionada à meta 3 considerou-se o dia de despacho do processo a este SEPDAG/DT/SFA/MT para análise e subsídios, através de consulta pelo SIGID (Sistema de Gerenciamento de Informações e documentos) e a data da Análise Prévia documental realizada por Fiscal



Federal Agropecuário lotado neste SEPDA/D/SFA/MT. Foram analisados 6 processos, o processo mais antigo chegou a este setor em junho de 2007 e os mais recentes em dezembro de 2007. As análises dos processos se concentraram no mês de novembro, com exceção de dois processos que chegaram no mês de dezembro. Não foi possível a realização de análises durante os meses de setembro, outubro e na primeira quinzena de novembro devido ao grande volume de Auditorias de Conformidades realizadas em Certificadoras e ERAS. Assim, foi obtida uma média de 55,2 dias gasto para análise documental.

**e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.**

Equipe SEPDA/D/SFA/MT

**f) Resultado do indicador no exercício.**

**Meta 1 :** Realizar Auditorias em 100% dos Escritórios de Certificadoras, tanto matriz como filial, existentes no Estado de Mato Grosso.

Atributo	Economicidade	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Não se aplica	Custo por Auditoria realizada em ERAS e CERTIFICADORA (CAR), em relação ao custo programado (CAP), em 2007.	Percentual de CERTIFICADORAS e ERAS auditadas (CEA), em relação ao total programado (CEP), em 2007.
Unidade de Medida:		Porcentagem	Porcentagem
Fonte:		SEPDA/D/SFA/MT	SEPDA/D/SFA/MT
Fórmula de Cálculo	Não se aplica	$X = [ (CAR / CAP) - 1 ] \times 100$ $X = [(30.839,20/65) / (80.250,00/72) - 1 ] \times 100$ $X = [ (474,45/1114,58) - 1 ] \times 100$ <p style="text-align: center;"><b>X = - 57,43%</b></p>	$P = ( CEA / CEP ) \times 100$ $P = ( 65/72 ) \times 100$ <p style="text-align: center;"><b>P = 90,28%</b></p>
(CAR) – Custo por Auditoria realizado em ERAS e CERTIFICADORA. (CAP) – Custo por Auditoria programado em ERAS e Certificadora em 2007. (CEA) – Número de Certificadoras e ERAS auditados em 2007. (CEP) – Número de Certificadoras e ERAS programados em 2007.			
<b>Efetividade</b>			
$X = [(CNE07/CNE06) - 1 ] \times 100$ $X = [(1.888.758,00 / 1.802.091,00) - 1 ] \times 100$ <p style="text-align: center;"><b>X = 4,81 %</b></p>			
CNE07 = Quantidade (milhões de toneladas) de carne <i>in natura</i> exportada no ano de 2007. CNE06 = Quantidade (milhões de toneladas) de carne <i>in natura</i> exportada no ano de 2006.			

A eficiência e a eficácia podem ser explicadas devido ao empenho demonstrado pela equipe, levando a uma jornada diária de trabalho superior a 8 horas, aumentando o rendimento das Auditorias realizadas. Além disso, em todas as equipes formadas procurou-se agrupar pelo menos um Fiscal Federal Agropecuário que possuísse autorização para dirigir veículo oficial. Portanto, os custos estimados com diária de motorista foram poupados, o que contribui para reduzir o custo por auditoria realizada.

Para medição da efetividade consideramos o total de carne in natura exportada pelo Brasil no ano de 2007, já que os países que exigem um controle mais rígido da rastreabilidade (os países que compõem o bloco da União Européia) exportam principalmente Carne brasileira in natura. Assim, constatamos que o Brasil exportou 4,81% mais carne in natura no ano de 2007 quando comparado ao ano de 2006.

**Meta 2:** Realizar vistoria prévia, em 100% dos processos de implantação e controle operacional aprovados na análise preliminar no estado de Mato Grosso no ano de 2007.

Atributo	Economicidade	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Não se aplica	1) Custo total por Auditoria de Vistoria Prévia realizada em CERTIFICADORAS aprovadas na análise preliminar (CAVP), em relação ao custo total programado (CAVPP), em 2007.  $X = [(CAVP / CAVPP) - 1] \times 100$ $X = [ (4.146,70/6) / (7.250,00/7) - 1 ] \times 100$ $X = (691,12/ 1035,71) - 1 \times 100 =$ $X = - 33,27 \%$	Percentual de vistoria prévia (VPR) realizada com vistas a auditoria de credenciamento em relação ao total de projetos aprovados, através de análise preliminar ( PA ) em 2007.  $P = VPR/PA \times 100$ $P = 6/6 \times 100$ $P = 100 \%$
Unidade de Medida:		Porcentagem	Porcentagem
Fonte:		SEPDAG/DT/SFA/MT	SEPDAG/DT/SFA/MT
Fórmula de Cálculo	Não se aplica	$X = [(CAVP / CAVPP) - 1] \times 100$ $X = [ ( ) - 1 ] \times 100$ $X =$	$X = ( VPR / PA ) \times 100$ $X = ( ) \times 100$ $X =$
(CAVP) – Custo por Auditoria de Vistoria Prévia realizada em CERTIFICADORAS aprovadas na análise preliminar (CAVP). (CAVPP) – Custo por Auditoria de Vistoria Prévia Programada em CERTIFICADORAS aprovadas na análise preliminar (CAVPP). (VPR) – Percentual de vistoria prévia realizada em Certificadoras em 2007. (PA) – Projetos de credenciamento aprovados, através de análise preliminar, em 2007.			

O bom resultado da eficiência e eficácia desta ação pode ser compreendido através da justificativa da ação anterior.

**Meta 3:** Realizar 100% de análise preliminar dos pedidos de credenciamento junto ao SISBOV, em até 30 dias após a solicitação. O tempo estimado (TE) de 30 dias para o atendimento foi estabelecido em comum acordo com a equipe e tido como suficiente, em situações normais, para a adequada execução da meta.

Atributo	Economicidade	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Não se aplica	1) Índice de Tempo médio (dias) gasto (TG) para realizar a análise preliminar do processo, com vistas à vistoria prévia, em	Percentual de análises preliminar de processos (APP) com vistas à vistoria prévia realizada em relação ao total de solicitações

		relação ao tempo estimado (TE) para o atendimento, em 2007.  $(TG / TE) \times 100$ $(55,2/30) \times 100 =$ $TM = 1,84 \%$	(TS) em 2007.  $P = APP/TS \times 100$ $P = (06 / 06) \times 100$ $P = 100 \%$
Unidade de Medida:		Porcentagem	Porcentagem
Fonte:		SEPDAG/DT/SFA/MT	SEPDAG/DT/SFA/MT
Fórmula de Cálculo	Não se aplica	$X = (TG / TE) \times 100$ $X = ( ) - 1 \times 100$ $X =$	$X = (APP / TS) \times 100$ $X = ( ) \times 100$ $X =$
<p>(TG) – Tempo médio gasto para realizar análise preliminar do processo, em 2007.  (TE) – Tempo médio estimado para realizar análise preliminar do processo, em 2007.  (APP) – Análise preliminar de projetos, em 2007.  (TS) – Total de processos solicitados, em 2007.</p>			

A eficiência de análise preliminar dos pedidos de credenciamento junto ao SISBOV apresentou um resultado aquém do esperado, visto que o índice de tempo gasto para análise preliminar dos processos foi 84% superior ao tempo previamente estimado. Este fato foi resultado da priorização das atividades de Auditorias de Conformidade em ERAS e em Certificadoras desenvolvidas por este SEPDAG em ambiente externo à SFA/MT e, portanto, não sendo possível a conciliação dessas atividades com a análise documental preliminar dos processos de Credenciamento.

Todavia, é importante destacar que apesar da baixa eficiência, obteve-se 100% de eficácia sobre a meta estabelecida, pois todos os processos foram analisados, até mesmo aqueles que chegaram próximos à data limite (31/12/2007) para o Credenciamento da Certificadora.

#### 4.1.3 - PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DA SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA – VIGIAGRO

Todas as ações desenvolvidas pela Seção de Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/DT/SFA-MT) estão incluídas no Programa de Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, e desenvolve as ações de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos (FISCPLANTA 1) e de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos (FISCANIMAL 1), sobre o qual destacamos as seguintes informações e análises

#### 4.1.1 - PROGRAMA 0357 - Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

##### A - Dados gerais

Este Programa tem como objetivo principal, impedir a entrada no país de pragas de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação, assim como o de impedir a entrada e a disseminação, no País, de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população e a Vigilância e controle zoosanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira do país e estações aduaneiras interior, por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, animais, suas partes, produtos e subprodutos..

Para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no país, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.

O desenvolvimento de atividades com vistas ao cumprimento do que estabelece o Programa visa, dentre outras coisas, garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoosanitária

##### A - Dados gerais

*Tabela 1 – Dados gerais do programa*

<b>Tipo de programa</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	Vigilância e controle fitozoosanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira do país, por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, suas partes, produtos e subprodutos
<b>Gerente do programa</b>	<b>Idevanir Ferrarini</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Idevanir Ferrarini, Natanael Ferrarezi e Helem C. Ferrareto</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<b>Taxa de conformidade no controle de fronteira</b>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Produtores e comerciantes de produtos agropecuários

## B - Principais Ações do Programa

**B.1 - Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos (FISCPLANTA 1)**

**B.2 - Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos (FISCANIMAL 1)**

As ações desenvolvidas visam, dentre outros aspectos, a vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira do país e estações aduaneiras interior, por meio da análise documental e inspeção das partidas de vegetais, animais, suas partes, produtos e subprodutos..

## C - Gestão das Ações

**C.1 - Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos (FISCPLANTA 1)**

### - Dados gerais

*Tabela 2 – Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Finalidade</b>	Impedir a entrada no país de pragas de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação.
<b>Descrição</b>	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira do país, por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, suas partes, produtos e subprodutos
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação Geral do VIGIAGRO
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Oscar de Aguiar Rosa Filho
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Idevanir Ferrarini

### - Resultados

	<b>META FÍSICA</b>	<b>META FINANCEIRA</b>
Programas/Ações/Processos		

	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: 0357 - Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários</b>	549	505	113.450,45	84.620,30
<b>Ação 1 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos</b>	512	470	37.193,11	36.152,91
Processo 1: .Fiscalização do trânsito internacional de produtos vegetais em portos, aeroportos e postos de fronteira no estado de Mato Grosso	512	470	13.137,57	12.446,72
Processo 2: Supervisão na UVAGRO-Cáceres	2	1	309,24	154,62
Processo3: Participação do FFA da UVAGRO-Cáceres, em reuniões técnicas, na sede da SFA?MT	8	7	1.236,96	1.042,23
Processo 4: Formação de Auditores do vigiagro	1	1	1.106,76	1.106,76
Processo 5: Participação em reuniões de sub-comitê de fronteira e reunião dos chefes de gestão do VIGIAGRO	2	2	2.301,15	2.301,15
Processo 6: Participação do curso Programa de desenvolvimento de Gestores do MAPA	1	1	5.670,95	5.670,95
Processo 7. Participação de um FFA no Curso de Formação de FFA do sistema VIGIAGRO	1	1	2087,12	2.087,12
Processo 8 . Treinamento Multifuncional com Capacitação na Área de Vigilância Agropecuária Internacional	4	4	11.343,36	11.343,36

## **C.2 - Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos (FISCANIMAL 1)**

### **. Dados gerais**

*Tabela 3x – Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Finalidade</b>	Impedir a entrada e a disseminação, no País, de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população
<b>Descrição</b>	Vigilância e controle zootécnico em portos, aeroportos, postos de fronteira do país e estações aduaneiras interior, por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, animais, suas partes, produtos e subprodutos

<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação Geral do VIGIAGRO
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Oscar de Aguiar Rosa Filho

## . Resultados

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: 0357 - Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários</b>	549	505	113.450,45	84.620,30
<b>Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos</b>				
	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>76.252,34</b>	<b>48.467,39</b>
Processo 1. Fiscalização do trânsito internacional de produtos vegetais em portos, aeroportos e postos de fronteira no estado de Mato Grosso	1	1	2.021,46	2.021,46
Processo 2: Participação de 2 (dois) FFA no Curso Intensivo de Processamento de Couro	2	2	4.235,88	4.235,88
Processo 3. Treinamento multifuncional de FFA com capacitação na área de Vigilância Agropecuária Internacional	15	15	70.000,00	39.411,19
Processo 4. Uso de passagem aérea pela DAD E SEFAG				2.798,86

## 5. Desempenho operacional do VIGIAGRO

**a) Utilidade:** Os indicadores de desempenho avaliados pelo VIGIAGRO foram escolhidos visando obter as melhores informações acerca de nossa eficiência tanto na prestação do atendimento aos clientes e também como indicador de eficácia, conhecer o desempenho da atividade no que diz respeito ao cumprimento das metas programadas, a relação entre essa execução de 2007 e 2006, com o objetivo de melhorar as ações em andamento e aprimorá-las para o futuro.

b) Tipo: Eficiência e Eficácia

c) Fórmula de cálculo: vide tabelas abaixo

d) Método de aferição: Relatórios arquivados na Seção Vigiagro.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Idevanir Ferrarini - VIGIAGRO

f) Resultado do indicador no exercício.

**Meta:** Atender 100% das partidas demandadas

Atributo	Indicador			
		<b>Eficiência</b>	<b>Eficiência</b>	<b>Eficácia</b>
Descrição:		Percentagem partidas não conforme em relação ao total de partidas fiscalizadas em Mato Grosso.	Percentagem do número de fiscalizações realizadas após 2 (dois) dias úteis (FR2), em relação ao número total de fiscalizações realizadas (FT), em Mato Grosso,	Percentagem de fiscalizações realizadas (FR), em relação às fiscalizações solicitadas em Mato Grosso
Unidade de medida:		Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:		VIGIAGRO/DT/SFA/MT	VIGIAGRO/DT/SFA/MT	VIGIAGRO/DT/SFA/MT
Fórmula de Cálculo		$X = [ \text{FRNC} / \text{TPF} ] \times 100$ $X = [ 14 / 471 ] \times 100$ $X = 2,97\%$	$X = [ \text{FR2} / \text{FT} ] \times 100$ $X = [ 8 / 471 ] \times 100$ $X = 1,7\%$	$X = ( \text{FS} / \text{FR} ) \times 100$ $X = ( 471 / 471 ) \times 100$ $X = 100$
Legenda: FRNC = Fiscalização realizada não Conforme TPF = Total de partida fiscalizada FR2 = Fiscalização realizada após dois dias úteis da data de protocolo FT = Fiscalização Total FS = Fiscalização solicitada FR = Fiscalização realizada				

Pela tabela acima se pode verificar que foi elevada nossa eficiência, mesmo considerando que as atividades são executada por apenas um fiscal Federal Agropecuário. Das 471 partidas que demandaram ações fiscalizatórias pela Seção vigiagro, apenas 14 não puderam ser atendidas dentro do prazo considerado ideal, no entanto conforme se verifica nos resultados de nossa eficácia, conseguimos atender 100% da demanda.

Considerando o crescente aumento da demanda pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, decorrentes do aumento dos volumes de importações e exportações que chegam ou saem diretamente de Mato Grosso há que se ampliar o número de fiscais atuando nesta área. Esta necessidade torna-se ainda mais contundente, pois só para exemplificar, neste ano foram interceptadas algumas pragas consideradas



quarentenárias, as quais se entrarem em território mato-grossense ou brasileiro correm o risco de esse estabelecerem e causarem sérios prejuízos econômicos, sociais e ambientais.

#### **4.1.4 - PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DO SERVIÇO DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SEDESA**

As ações desenvolvidas pelo Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária (SEDESA/DT/SFA-MT) estão incluídas nos seguintes Programas

4.1.4.1 – Programa: Desenvolvimento da Bovideocultura

4.1.4.2 - Programa: Desenvolvimento da Avicultura

4.1.4.3 - Programa: Desenvolvimento da Suideocultura

4.1.4.4 - Programa: Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Fibrosas – (PCPOPLAN)

4.1.4.5 - Programa: Desenvolvimento da Fruticultura

4.1.4.6 - Programa: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

4.1.4.7 - Programa: Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

4.1.4.8 - Programa: Desenvolvimento da Caprinocultura, Equideocultura e Ovinocultura

4.1.4.1 Programa 0359: Desenvolvimento da Bovideocultura

A - Dados gerais:

O Brasil possui o maior rebanho bovino comercial do mundo, é o maior exportador de carne bovina, segundo maior produtor e terceiro consumidor per capta desta carne. Na produção e exportação de lácteos o Brasil se apresenta com grande espaço para crescer.

Nos últimos anos, a produção de carne bovina no Brasil tem crescido mais que o consumo interno, criando um excedente absorvido pelas exportações. O crescimento do consumo nas nações emergentes e para as quais o Brasil já exporta, as perspectivas de conquista de novos mercados, especialmente aqueles mais exigentes e que melhor remuneram esse produto, bem como de melhoria do consumo interno em função do aumento da renda do brasileiro nas classes menos favorecidas, consolidam cada vez mais o setor como um grande gerador de empregos e renda.

Neste contexto, o Mato Grosso e toda região centro-oeste se apresentam com as melhores condições para crescimento da produção e produtividade de seus rebanhos, necessitando que sejam trabalhados e corrigidos os entraves dessa produção, já identificados pelo setor produtivo.

As questões sanitárias, além de influenciarem diretamente nessa produção, hoje, são fundamentais nas relações comerciais internas e externas. Por isto, os cuidados com estas questões exigem cada vez mais a atenção de todos os elos da cadeia produtiva, que devem trabalhar para reduzir a incidência de doenças nos rebanhos ou manter a ausência destas nas áreas livres.

*Tabela 1– Dados gerais do programa*

<b>Tipo de programa</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.
<b>Gerente do programa</b>	<b>Plínio Leite Lopes</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Plínio leite Lopes, Janice Elena Ioris Barddal, Donizeti Pereira de Mesquita e Guilherme Reis Coda Dias</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Viabilidade de amostras Nº países importadores que exigem controle de resíduos Tempo médio gasto para habilitações de médicos veterinários Nº de unidades de defesa sanitária animal supervisionadas Nº de propriedades fiscalizadas Nº de médicos veterinários fiscalizados Taxa de natalidade de bovinos Tempo médio de triagem e envio de amostras Custo de treinamento Custos de fiscalização por propriedade Taxa de mortalidade de bovinos por raiva Extensão (km) territorial fiscalizada
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Criadores de gado de leite e de corte, indústria do ramo de laticínios e de frigoríficos

#### B - Principais Ações do Programa

Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca)

Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose

Erradicação da Febre Aftosa

Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura - PNCRB

C - Gestão das Ações

C.1 - Ação 4771 – Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca)

Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	Reduzir e controlar a ocorrência da raiva dos herbívoros, prevenir a entrada da doença da Vaca Louca no Brasil e prevenir, controlar e erradicar as demais encefalopatias espongiformes transmissíveis.
<b>Descrição</b>	Definição de campanhas de vacinação de bovídeos e eqüídeos; combate aos morcegos hematófagos e a outros transmissores eventualmente identificados nos focos de raiva; educação sanitária em comunidades; análise laboratorial de indivíduos transmissores; verificação do coeficiente de mordedura e da dinâmica das populações; controle e fiscalização de importações e de ingressos no país de possíveis fontes de infecção de Encefalopatia Espongiforme Bovina (bovinos, farinhas de carne e ossos de ruminantes e outros materiais); inspeção e fiscalização das plantas e processos de produção de rações para animais; fiscalização dos processos de graxaria; exames clínicos (inclusive necropsia) e epidemiológicos; análise laboratorial de material encefálico; interdição de propriedades e declaração de quarentena; sacrifício e incineração de animais; análise de processos de indenização; limpeza e desinfecção das áreas de foco; redistribuição dos laboratórios de histopatologia e imunohistoquímica; capacitação de profissionais veterinários, produtores e demais agentes para a identificação de animais com sinais clínicos nervosos e sua diferenciação; e elaboração de instrumentos normativos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Secretaria de Defesa Agropecuária</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SFA's</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA's</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Jamil Gomes de Souza</b>
<b>Responsável pela execução da</b>	<b>Donizeti Pereira de Mesquita</b>

<b>ação no nível local (quando for o caso)</b>	
--	--

- Resultados

Para execução das atividades da ação foram utilizados recursos orçamentários e financeiros alocados no Plano Interno - PI VACALOUCA.

De maneira geral, o desempenho do Serviço com esta ação foi satisfatório. Mesmo não tendo sido eficaz no tempo que se estabeleceu no Serviço para encaminhamento, ao laboratório credenciado, das amostras de tronco encefálico e respectivos formulários, colhidas em abatedouros-frigoríficos com SIF do Estado de Mato Grosso, para exame histológico de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB – Doença da Vaca Louca), a meta não sofreu prejuízos, nem o programa de prevenção da EEB, pois todas as amostras recebidas e triadas foram encaminhadas ao laboratório, quando se conseguiu encaminhar no prazo estabelecido 81,73%(de 1.456) das amostras , tendo ocorrido um aumento de 45,45% no tempo estipulado pelo Serviço em relação ao ano anterior. Isso foi devido às ausências da sede administrativa, do responsável técnico pelo Plano Interno, para cumprir viagens objeto de serviço para execução de atividades de outros Planos Internos do serviço de defesa agropecuária, ocorrendo acúmulo das amostras a partir do mês de outubro de 2007,

Estabeleceu-se para 2007 a continuidade da execução do plano de ação para melhor controle da raiva dos herbívoros e a prevenção da Doença da Vaca Louca, tendo como metas realizar seminário aos Médicos Veterinários do órgão executor defesa sanitária animal e os privados, monitoramento de focos e seus perifocos, cadastramento de abrigos de morcegos hematófagos, atualização cadastral de propriedades rurais nos municípios de Torixoréu, Ribeirãozinho, Ponte Branca, Araguainha, Lambari D’oeste, Salto do Céu e Rio Branco, educação sanitária e comunicação para a saúde e, capturas e tratamento de morcegos hematófagos. Verifica-se que foi possível realizar um treinamento para 300 (trezentos) Médicos Veterinários oficiais e privados, monitorar os focos ocorridos no período de junho/2006 a março de 2007, realizar a atualização cadastral de 2.198 propriedades rurais nos 07 (sete) municípios, dos 09 (nove) previstos, totalizando 3.345 propriedades fiscalizadas, capturar e tratar 431 (quatrocentos e trinta e um) morcegos hematófagos, e cadastrar 260 (duzentos e sessenta) abrigos de morcegos. Não foi possível dispor de servidores para se trabalhar os municípios de Cuiabá e São José do Quatro Marcos, pois a maioria dos servidores do INDEA que teriam condições de atualizar cadastros de propriedades rurais estavam realizando vigilância em postos fiscais na fronteira com a Bolívia.

Dentro do plano de ação, mencionado acima, houve um aumento de 11% de cadastros atualizados nos 07 (sete) municípios trabalhados justificado pelo aumento da quantidade de propriedades dos municípios em relação às cadastradas anteriormente, por abertura de novas áreas e divisões de propriedades

(espólios, outros), o que contribuiu para um aumento de 5,7% do custo de fiscalização por propriedade, em relação a 2006, por ter que rodar mais para cadastrar mais propriedades existentes.

Inicialmente foi programado treinar 15 Médicos Veterinários do SIF para colheita de Tronco Encefálico, tendo sido possível treinar 19 (126% a mais), ocorrendo um incremento de 108% nas colheitas de amostras de tronco encefálico em relação ao ano anterior.

Com a execução de todas as atividades programadas do programa de controle da raiva dos herbívoros e a prevenção da Doença da Vaca Louca no ano de 2007, no Estado de Mato Grosso, efetivamente contribuíram para uma diminuição de 15,65% dos registros do número de herbívoros mortos por raiva no ano de 2007 em relação ao ano de 2006, o que pode ser justificado pela continuidade das capturas e tratamentos dos morcegos hematófagos, pelas coberturas vacinais em herbívoros nos perifocos dos 91 focos registrados em 2007, com o aumento da vigilância, e a execução de ações de educação sanitária com os produtores rurais. Vale registrar que houve uma diminuição de ocorrência de focos em 2007 em relação ao ano anterior (91 focos em 2007 e 123 focos em 2006).

O pedido de sacrifício de animal importado foi plenamente atendido, tendo sido possível diminuir o tempo médio estipulado pelo serviço para atendimento em 44,44%.

As metas de supervisão das atividades delegáveis de Defesa Sanitária Animal e fiscalização das propriedades com bovinos importados foram atingidas plenamente. Na atividade fiscalização de propriedades com colheita de amostras de ração houve um incremento de 4% de amostras colhidas, em relação ao programado, em função do atendimento de 03 (três) denúncias feitas à ouvidoria do MAPA, atividade esta desenvolvida com a colaboração de Médicos Veterinários do INDEA/MT.

#### 1.3.3.5. Medidas de saneamento a implementar:

Para se continuar tendo a diminuição do número de herbívoros mortos por raiva, no Estado de Mato Grosso, pretende-se, por meio de convênio celebrado com o INDEA/MT, continuar realizando cadastros de abrigos de morcegos, capturas e tratamentos de morcegos hematófagos objetivando controlar a sua população, realizar seminários com Médicos Veterinários do INDEA/MT e da iniciativa privada sobre o programa de controle da raiva dos herbívoros domésticos.

#### Fluxo de processo

##### 1. Análise laboratorial de material encefálico:

- Triagem de amostra de tronco encefálico e encaminhamento ao Laboratório: O Médico Veterinário do SIF após colher amostra do Tronco Encefálico de um bovino em abate de emergência e fixá-la em formol a 10% por um período de 7 a 10 dias preenche uma ficha de colheita identificando/numerando a amostra no frasco e na ficha em seguida a encaminha a cada 15 dias ao SEDESA/SFA/MT que irá realizar a triagem e envio da amostra no mesmo mês do recebimento ao Laboratório.

2. Capacitação de profissionais veterinários, servidores e demais agentes para identificação de doenças nervosas:

a. Treinamento de Médicos Veterinários do SIF para colher Tronco Encefálico: faz-se a identificação do Médico Veterinário a treinar em seguida desloca-se ao Estabelecimento sob SIF de sua lotação e em uma cabeça de bovino desarticulada do corpo por meio do forâmen magno na articulação atlanto-occipital utilizando uma colher específica para esse fim retira-se o tronco encefálico colocando-o em um frasco de boca larga com formol a 10 fixando-o por um período de 7 a 10 dias e em seguida o Médico Veterinário do SIF faz o encaminhamento ao SEDESA/SFA/MT para triagem e envio ao laboratório credenciado para exame histopatológico de EEB. Para cada amostra colhida e colocada em um frasco numerado é preenchida uma ficha de colheita contendo os dados da fazenda de origem e seu proprietário e da GTA que acobertou o trânsito do animal;

b. Treinamento de Servidores do INDEA/MT para identificação de doenças nervosas: É elaborado o módulo do treinamento e seu conteúdo didático com período de execução, em seguida identifica o instrutor e o tempo de instrução. Havendo necessidade de recursos orçamentários e financeiros estes são programados e solicitados à administração central para alocação.

Controle Sanitário da raiva e EETs:

a. Supervisão das atividades delegadas de defesa sanitária animal: A atividade é realizada "in loco", e as constatações das supervisões são registradas em formulário próprio gerando um relatório final que é encaminhado ao INDEA/MT para conhecimento e correção das não conformidades.

b. Fiscalização de propriedades rurais: É realizada diretamente nas propriedades, quando se executa as atividades de inspeção de bovinos importados para vigilância da EEB, fiscalização e colheita de amostras de rações para verificar se está sendo fornecido proteína e gorduras de origem animal a ruminantes, proibido pela legislação vigente, também da vigilância da EEB, monitoramento de focos e perifocos de raiva dos herbívoros, atualização cadastral de propriedades rurais. Essas atividades após serem executadas são registradas em formulários próprios que são anexados aos processos previamente constituídos para acompanhamento dos bovinos importados, encaminhados ao laboratório para análise crioscópica das

amostras de rações colhidas e, atualização de informações eletrônicas do sistema de defesa sanitária animal do órgão executor.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: Desenvolvimento da bovideocultura</b>				
<b>Ação 1. Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina - doença da vaca louca</b>	<b>3.324</b>	<b>3.743</b>	<b>124.042,79</b>	<b>116.659,79</b>
<b>Processo 1.</b> Supervisão das atividades delegadas de defesa sanitária animal (nº de supervisões)	10	14	<b>124.042,79</b>	<b>116.659,79</b>
<b>Processo 2.</b> Fiscalização de estabelecimentos agropecuários	3.214	3.345		
<b>Processo 3.</b> Capacitação de pessoal (nº de pessoas)	95	379		
<b>Processo 4.</b> Indenização de bovinos importados sacrificados (nº de indenizações)	1	1		
<b>Processo 5.</b> Participação em treinamento para habilitação de médicos veterinários privados	4	4		

## C.2 - Ação 4766 - Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose

. Dados gerais

Tabela 3 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional.
<b>Descrição</b>	Definição de campanha de vacinação obrigatória contra a brucelose; certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose; credenciamento e capacitação de médicos veterinários e laboratórios; padronização de métodos e fiscalização da infra-estrutura laboratorial de diagnose das zoonoses; conclusão de diagnóstico epidemiológico de brucelose e tuberculose em escala nacional, incluindo estimativa de prevalência, identificação de fatores de risco e caracterização dos sistemas de produção; implantação de sistema de vigilância global para brucelose e tuberculose.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Unidades executoras</b>	<b>SFA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>José Ricardo Lobo</b>

Responsável pela <b>execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	<b>Janice Elena Ioris Barddal</b>
---	-----------------------------------

### . Resultados

O atendimento as solicitações para habilitação não foi programada uma vez que esta ação seria realizada pelo órgão estadual. O INDEA não assumiu a atividade ficando o SEDESA responsável pelas vistorias o qual demandou tempo e recursos que seriam destinados à fiscalização de Médicos Veterinários Habilitados (O quantitativo maior de recursos financeiros foi utilizado para realizar vistorias para habilitação de Médicos Veterinários para atuar no PNCEBT e todas as solicitações foram atendidas). Para 2008 foi disponibilizado recurso através do PNCEBT para o INDEA/MT que treinará 70 Médicos Veterinários Oficiais e estes farão as vistorias de Médicos veterinários Autônomos. Outro motivo pela pouca fiscalização de Médicos Veterinários Habilitados foi em razão de que a fiscalização daqueles seria juntamente com as supervisões nas unidades locais de execução sobre o PNCEBT, pois estas participam da fiscalização dos Médicos Veterinários Habilitados.

As supervisões nas Unidades locais do INDEA/MT não foram realizadas conforme o programado, pois as supervisões em 2006 geraram um relatório que cientificou o INDEA/MT da situação das unidades locais perante o PNCEBT e solicitou daquele Instituto um plano de ação para correção das não conformidades, como este plano não nos foi apresentado entendeu-se que a situação encontrada em 2007 seria a mesma de 2006.

As supervisões Nacionais programadas pela coordenação em Brasília não ocorreram.

Quanto à efetividade, a taxa de natalidade no Estado de Mato Grosso em 2007 aumentou em 5,05% em relação a 2006.

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: Desenvolvimento da bovideocultura</b>				
<b>Ação 3- Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose</b>				
<b>Processo 1.</b> Fiscalização de Médicos Veterinários habilitados e de distribuidores de antígenos	100	12	<b>30.319,81</b>	8.104,91
<b>Processo 2.</b> Supervisão das atividades delegadas de defesa sanitária animal	33	0		
<b>Processo 3.</b> Vistoria para habilitação de Médico Veterinário	0	31		
<b>Processo 4.</b> Participação em reuniões, auditorias, cursos de capacitação e treinamento para habilitação de médicos veterinários	11	5		

### C.3 - Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa



. Dados gerais

Tabela 4 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	
<b>Finalidade</b>	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
<b>Descrição</b>	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Secretaria de Defesa Agropecuária</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SFA's</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Nilton Antonio de Moraes</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>Plínio Leite Lopes</b>

. Resultados

As atividades do Programa de Erradicação da Febre Aftosa são predominantemente executadas no estado, de forma indireta, pelo Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA/MT), ficando a cargo desta Superintendência, através do seu Serviço de Sanidade Agropecuária, o apoio técnico-financeiro e a supervisão dessas atividades. Esta parceria é fundamental para que o MAPA tenha o alcance necessário nas suas ações sanitárias.

No exercício de 2007, com a notificação de focos de febre aftosa na Bolívia e as ameaças de reintrodução do vírus dessa doença em nossa área livre, através da fronteira com aquele país, priorizou-se as ações de fiscalização e vigilância epidemiológica naquela região, com as quais está relacionada a maior parcela das despesas executadas no âmbito do programa de desenvolvimento da bovideocultura, bem como de todos os outros programas conduzidos pelo Serviço de Sanidade Agropecuária/SFA/MT em 2007. Com isto, o principal objetivo das ações foi plenamente alcançado, mantendo-se o Estado com o “status” nacional

de zona livre de febre aftosa e, portanto, em condições de exportar para muitos países. A permanência da suspensão do “status” sanitário internacional do Estado pouco comprometeu seu comércio exterior de carne bovina, que se manteve com saldo positivo neste exercício, talvez em função dos focos que levaram a essa suspensão não terem acontecido diretamente no Estado.

Devemos ressaltar que as ações desenvolvidas na fronteira não seriam possíveis sem a participação de todo o sistema nacional e dos parceiros históricos deste sistema no âmbito deste Estado, quais sejam, a Polícia Militar e o Fundo de Erradicação da Febre Aftosa (FEFA). A magnitude dessas ações exigiu, portanto, a mobilização de fiscais deste Ministério de vários serviços (SEDESA, SIPAG, SEFAG e VIGIAGRO) e de vários estados (MT, DF, ES, AP, RO, MA, PI, CE, RN, PB, PE, BA, ES, MG), fiscais do Instituto de Defesa Sanitária Animal do estado do Mato Grosso (INDEA/MT), fiscais dos órgãos estaduais de defesa sanitária animal de Minas Gerais, Goiás e Tocantins e a Polícia Militar do estado de Mato Grosso, sendo a maior parte dos trabalhos executada pelo pessoal dessas instituições parceiras do MAPA, com isto, justificando-se o maior volume das despesas liquidadas para pagamento de colaboradores eventuais, equivalentes a 98,5%. O baixo percentual executado em relação ao previsto ocorreu em função de não termos disponibilizado o número de Fiscais Federais Agropecuários necessário e programado, no início dos trabalhos, para integrarem as equipes de fiscalização durante todo o ano. Além disto, os recursos programados para suprimento, em sua maior parte, não foi disponibilizado às equipes por falta de servidor da SFA/MT em muitas equipes formadas, com cartão corporativo disponível para aplicá-lo, sendo estas despesas assumidas pelo INDEA/MT, o que reduziu os custos da ação para o MAPA.

Finalmente, é importante destacarmos que as ações de fiscalização na fronteira tiveram como origem dos recursos os Planos Internos FEBREAFTOSA e VIGIZOO1.

Concentraram-se os esforços na fiscalização dos 400 Km de fronteira, analisados como mais críticos em termos de risco sanitário para o Estado, concluindo-se como satisfatória a estratégia adotada em função dos resultados alcançados e já citados acima.

As supervisões realizadas foram focadas no acompanhamento das ações da fronteira, execução do convênio em andamento com o INDEA/MT e na avaliação do trânsito entre áreas habilitadas e não habilitadas para a União Européia. Embora a meta não tenha sido plenamente alcançada em termos de unidades programadas, foram suficientes para nos manifestar sobre a situação e fazer as recomendações pertinentes, constantes dos relatórios específicos.

O monitoramento sorológico para avaliar a eficiência da vacinação foi uma atividade nova orientada pelo Departamento de Saúde Animal no final do ano, objetivando atender exigências da União Européia. Trabalhou-se com os fiscais da Inspeção Federal dos frigoríficos habilitados para aquele mercado. As metas estabelecidas foram plenamente atendidas, para isto, sendo necessário o treinamento de fiscais e a aquisição e distribuição de materiais pelo Serviço de Sanidade Agropecuária.

Devido a pouca materialidade financeira dos dois últimos processos descritos e as dificuldades para reunirmos os dados nos sistemas disponíveis, não será possível demonstrá-los nesse momento.

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: Desenvolvimento da bovideocultura</b>				
<b>Ação 3. Erradicação da febre aftosa</b>				
<b>Processo 1. Fiscalização sanitária e epidemiológica</b>	400	400	3.762.000,00	1.607.487,46
<b>Processo 2. Supervisão em unidades da defesa sanitária animal</b>	25	18	0	0
<b>Processo 3. Monitoramento sorológico da eficiência da vacinação (amostras coletadas)</b>	65	65	0	0

C.4 - Ação 4807 - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura (Plano Nacional de Controle de Resíduos)

- Dados gerais

Tabela 5 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Reduzir a incidência de doenças na bovideocultura.
<b>Descrição</b>	Prevenção, controle e erradicação de doenças que atingem o rebanho bovino nacional, com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação vigente; treinamento e reciclagem dos profissionais em relação às zoonoses e às atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, sistemas produtivos diferenciados e outros temas de interesse à sanidade animal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Unidades executoras</b>	<b>Superintendência</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>SFA'S</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>André Luiz Carvalho</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o</b>	<b>Elida Castro Delmondes</b>

caso)	
-------	--

## Resultados

As ações de fiscalizações foram direcionadas para se conhecer e evitar a violação dos níveis de segurança ou dos LMRs de substâncias autorizadas, bem como a ocorrência de quaisquer níveis de resíduos de compostos químicos de uso proibido no país.

No controle das violações dos limites máximos de resíduos das drogas de uso permitido, foram investigados 02 (duas) propriedades conforme solicitação do DSA.

No controle dos resíduos das drogas de uso proibido, a amostragem de cento e oitenta (180) amostras de urina de bovinos vivos viáveis em 90 (noventa) propriedades representativas do sistema de criação, foi aleatória baseada em cronograma pré-estabelecido pelo DSA (Departamento de Saúde Animal).

Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso – FIEMT, no ano de 2006 o valor da exportação de carne bovina do Mato Grosso foi de 202.010.524 kg, com faturamento de US\$ 538.544.974 e preço médio (US\$/Kg) de US\$ 2,67. Já no ano de 2007 este valor aumentou para US\$ 626.987.785, com produção de 228.329.621 kg, sendo o preço médio (US\$/Kg) de \$ 2,757.

Os valores das exportações mato-grossenses demonstram que para garantir ou expandir as vendas externas de carne bovina, os países exportadores devem manter controladas as propriedades quanto a resíduos biológicos, permitindo assim, a livre comercialização.

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: Desenvolvimento da bovideocultura</b>				
<b>Ação 1. Prevenção controle e erradicação das doenças da bovideocultura</b>	<b>94</b>	<b>94</b>	<b>28192,69</b>	<b>26232,42</b>
<b>Processo 1.</b> Fiscalizações de estabelecimentos agropecuários (fiscalizações realizadas)	94	94	28.192,69	26.232,42
<b>Processo 2.</b> Participação em reuniões (reuniões realizadas)	0	0		
<b>Processo 3.</b> Capacitação de pessoal (pessoas capacitadas)	2	2		
<b>Processo 4.</b> Aquisição de materiais e equipamentos				

### 4.1.4.2 - Programa: 0371 - Desenvolvimento da Avicultura

#### A - Dados gerais

Tabela 6 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
------------------	-------------

<b>Objetivo geral</b>	Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
<b>Gerente do programa</b>	<b>Plínio Leite Lopes</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Elida Castro Delmondes</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Valor das Exportações de Aves
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Produtores e industriais da avicultura e fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário

## B - Principais Ações do Programa

4809 - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura

## C - Gestão das Ações

C.1 - 4809 - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura

. Dados gerais

Tabela 7 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Reduzir a incidência de doenças na avicultura
<b>Descrição</b>	Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PSNA): registro das propriedades; controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de aves nos estados participantes do PNSA; vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados da doença de Newcastle com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); e treinamento e reciclagem dos profissionais em relação às doenças aviárias e às atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, cadastro e registro, sistemas produtivos diferenciados e outros temas de interesse do PNSA.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Secretaria de Defesa Agropecuária</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SFA'S</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA's</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Marcelo Andrade Motta</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	<b>Élida Castro Delmondes</b>

- Resultados

A execução das ações de fiscalização de estabelecimentos avícolas, com pedido de registro ou registrados nesta Superintendência obteve aproveitamento de vários deslocamentos do SEFAG por realização das ações em conjunto, refletindo numa maior eficiência do custo por estabelecimento fiscalizado, que teve uma redução de aproximadamente 50% do custo previsto. A economia gerada possibilitou custear a capacitação da responsável pelo programa no SEDESA/MT, de vários fiscais federais ligados ao Serviço de Inspeção Federal e Médicos Veterinários do Órgão Estadual de Defesa Sanitária, para se incrementar o sistema de vigilância da doença de Newcastle e Influenza Aviária.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso – FIEMT, no ano de 2006 o valor da exportação de carne avícola do Mato Grosso foi de 60.239.403 kg, com faturamento de US\$ 65.949.687 e preço médio (US\$/Kg) de US\$1,09. Já no ano de 2007 este valor aumentou para US\$ 118.718.895, com produção de 87.175.297kg, sendo o preço médio (US\$/Kg) de 1,36\$.

Este aumento nas exportações provavelmente não ocorreu em função da condição sanitária do Estado, pois mantivemos no ano de 2007 estabelecimentos comerciais livres de doença de Newcastle sem restrições as nossas exportações.

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: Desenvolvimento da avicultura</b>				
<b>Ação 1. Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura</b>				
	<b>105</b>	<b>147</b>	<b>41.526,3</b>	<b>33.147,27</b>
<b>Processo 1.</b> Fiscalizações de estabelecimentos agropecuários (fiscalizações realizadas)	24	32	41.526,3	33.147,27
<b>Processo 2.</b> Participação em reuniões (reuniões realizadas)	06	05		
<b>Processo 3.</b> Capacitação de pessoal (pessoas capacitadas)	75	110		

#### 4.1.4.3 - Programa: Desenvolvimento da Suídeocultura

##### A - Dados gerais

Tabela 8 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Elevar a performance dos rebanhos de suídeos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.
<b>Gerente do programa</b>	<b>Plínio Leite Lopes</b>
<b>Gerente executivo</b>	Reini Braga Moreira
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	- Taxa de controle da Peste Suína Clássica

	- Valor das exportações de suínos
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Produtores e industriais da suinocultura, produtores e comerciantes de produtos de uso veterinário.

## B - Principais Ações do Programa

Ação 4842 – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura

## C - Gestão das Ações

C.1 - 4842 - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura

### . Dados gerais

Tabela 9 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Reduzir a incidência de doenças na suideocultura.
<b>Descrição</b>	Realização de campanhas de vacinação; monitoramento sorológico; certificação de granjas; realização de reuniões nacionais, eventos de capacitação técnica e campanhas de educação sanitária; elaboração de normas e procedimentos técnicos; acompanhamento epidemiológico; divulgação de técnicas de diagnóstico e de critérios para a importação e utilização de insumos e imunobiológicos; e fiscalização e supervisão técnica nos estabelecimentos de produção e reprodução de suídeos e nos serviços oficiais de defesa sanitária animal dos Estados.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Unidades executoras</b>	SFA
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Naor Maia Luna
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Plínio Leite Lopes/Reini Braga Moreira

### - Resultados

Em Setembro de 2007 o Médico Veterinário responsável por este programa se afastou, sendo o mesmo assumido por uma FFA recém empossada deste último concurso de 2007.

Devido ao fato da FFA se encontrar em período de treinamento e adaptação, o número de vistorias programadas para as granjas GRSC não foi integralmente cumprido no ano de 2007, tendo sido acompanhado um número pequeno de monitoramento nessas granjas, que aconteceu em sua grande maioria com a presença do Serviço Estadual de Defesa Sanitária Animal (INDEA/MT). Isto seria importante no

sentido de se acompanhar também o desempenho dos Médicos Veterinários Oficiais no desenvolvimento da atividade, garantindo maior controle dos resultados.

Os controles sanitários nas granjas reprodutoras refletem na melhor condição sanitária dos rebanhos das unidades produtoras, assegurando e abrindo novos mercados para o produto Estadual. Isto pode ser demonstrado nos resultados das exportações das carnes suínas do estado do Mato Grosso no ano de 2007 em relação ao ano anterior, que apresentou um crescimento de 120%.

A condição sanitária do estado, caracterizado como livre de peste suína clássica e sem registros de ocorrências de doença de Aujeszky, além de contribuírem para essas exportações, também têm atraído a instalação de novas empresas no estado ligadas ao setor, como é o caso da Sadia S/A que obteve a certificação de 02 (duas) granjas como Granjas de Reprodutores Suídeos Certificada (GRSC), aumentando o número de granjas certificadas no Estado.

O setor acessa com maiores investimentos no ano vindouro, expandindo ainda mais a atividade, que dependerá efetivamente de um maior controle sanitário dos rebanhos e, portanto, incrementos no processo de fiscalização.

Para o ano de 2008, planeja-se realizar um curso de emergência sanitária em doenças de suínos, que será oferecido aos médicos veterinários do INDEA/MT e aos médicos veterinários responsáveis técnicos pelas granjas GRSC. Além de um curso de capacitação também oferecido aos médicos veterinários do INDEA/MT, para implantação da Legislação Estadual de suínos que pretende-se publicar no ano de 2008.

Melhorar-se-á a programação dos recursos gastos por fiscalização, com bases nos resultados deste ano, e buscar-se-á aplicá-los com maior eficiência. Para isto, conciliar-se-á as fiscalizações com outras atividades desempenhadas pelo responsável pelo programa no SEDESA/MT.

Procurar-se-á conciliar mais as fiscalizações com as datas de monitoramento nas granjas, de forma a acompanharmos pelo menos um monitoramento por granja no ano.

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: Desenvolvimento da suideocultura</b>				
<b>Ação 1. Prevenção controle e erradicação das doenças da suideocultura</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>16638,50</b>	<b>9329,80</b>
<b>Processo 1.</b> Fiscalização e supervisão técnica nos estabelecimentos de produção e reprodução de suídeos e nos serviços oficiais de defesa sanitária animal dos estados	14	10	16638,50	9329,80
<b>Processo 2.</b> Participação em reuniões (reuniões realizadas)	3	1		
<b>Processo 3.</b> Capacitação de pessoal (pessoas capacitadas)	1	1		



#### 4.1.4.4 – Programa 0377: Desenvolvimento da Caprinocultura, Eqüideocultura e Ovinocultura

##### A - Dados gerais

Tabela 10 – Dados gerais do programa

<b>Tipo de programa</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	Elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
<b>Gerente do programa</b>	<b>Plínio Leite Lopes</b>
<b>Gerente executivo</b>	Reini Braga Moreira
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	- Taxa de ocorrência de AIE em eqüídeos
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Pecuaristas, cooperativas e agroindústrias, pesquisadores e extensionistas

##### B - Principais Ações do Programa

Ação 4829 – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Eqüideocultura, da Ovinocaprinocultura e da Criação de Pequenos e Médios Animais

##### C - Gestão das Ações

C.1 - Ação 4829 - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Eqüideocultura, da Ovinocaprinocultura e da Criação de Pequenos e Médios Animais

##### Dados gerais

Tabela 11 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Reduzir a incidência de doenças na eqüideocultura, na ovinocaprinocultura e na criação de pequenos e médios animais.
<b>Descrição</b>	Capacitação técnica dos médicos veterinários oficiais; implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; constituição de Comitê Técnico Consultivo para o Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO); estruturação de sistema de vigilância para doenças exóticas de caprinos e ovinos; definição de pontos de diagnóstico, prevenção e controle de doenças de caprinos e ovinos de maior importância para o PNSCO; visitas à propriedades; vacinação de animais; colheita de material para realização de inquéritos

	soroepidemiológicos; aquisição de equipamentos de informática para a implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; Educação Sanitária; fiscalização de laboratórios de diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina (AIE).
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Unidades executoras</b>	SFA
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Alberto Gomes da Silva Júnior
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Plínio Leite Lopes/Reini Braga Moreira

#### - Resultados

Em Setembro de 2007 o Médico Veterinário responsável por este programa se afastou, sendo o mesmo assumido por uma FFA recém empossada deste último concurso de 2007.

Devido ao fato da FFA se encontrar em período de treinamento e adaptação, o número de vitórias programadas para os laboratórios de AIE não foi integralmente cumprido no ano de 2007. Isto seria importante no sentido de se acompanhar também o desempenho dos Médicos Veterinários credenciados no desenvolvimento da atividade, garantindo maior controle dos resultados.

Os controles sanitários de doenças refletem na melhor condição sanitária da população de equídeos no estado do Mato Grosso, assegurando e abrindo novos mercados para o produto Estadual.

Para o ano de 2008, planeja-se realizar um curso de capacitação em Diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina para todos os Médicos Veterinários já credenciados no estado do Mato Grosso, para que haja uma atualização dos conhecimentos, técnicas e do processo documental dos mesmos.

Melhorar-se-á a programação dos recursos gastos por fiscalização, com bases nos resultados deste ano, e buscar-se-á aplicá-los com maior eficiência. Para isto, conciliar-se-á as fiscalizações com outras atividades desempenhadas pelo responsável pelo programa no SEDESA/MT.

Procurar-se-á realizar mais fiscalizações, de forma a fiscalizarmos pelo menos uma vez no ano cada laboratório de AIE.

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Programas/Ações/Processos	<b>META FÍSICA</b>	<b>META FINANCEIRA</b>
---------------------------	--------------------	------------------------

	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: Desenvolvimento da caprinocultura, equideocultura e ovinocultura</b>				
<b>Ação 1.</b> Prevenção, controle e erradicação das doenças da equideocultura, da caprinocultura e da criação de pequenos animais	<b>26</b>	<b>17</b>	<b>16.346,96</b>	<b>9.332,92</b>
<b>Processo 1.</b> Fiscalização de laboratórios de AIE	25	16	<b>16.346,96</b>	9.332,92
<b>Processo 2.</b> Capacitação técnica de médicos veterinários oficiais	1	1		

#### 4.1.4.5 – Programa 0357: Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

##### A - Dados gerais

Tabela 12 – Dados gerais do programa

<b>Tipo de programa</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária
<b>Gerente do programa</b>	<b>Plínio Leite Lopes</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Omar Roberto da Silveira e Reini Braga Moreira</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<b>Taxa de aproveitamento de treinandos</b>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Estudantes, Técnicos e Produtores Rurais</b>

##### B - Principais Ações do Programa

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos

##### C - Gestão das Ações

C.1 - Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos

##### Dados gerais

Tabela 13 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de pragas e doenças e prevenindo o aparecimento de doenças exóticas no País.
<b>Descrição</b>	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da zoossanidade; e capacitação de recursos humanos na

	área de vigilância zoossanitária.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Secretaria de Defesa Agropecuária</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SFA'S</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA's</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Luiz Felipe Ramos Carvalho</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	<b>Plínio Leite Lopes</b>

- Resultados

Os resultados dessa ação foram contabilizados juntos com a ação de erradicação da febre aftosa, no processo “Fiscalização sanitária e epidemiológica na fronteira com Bolívia”, tendo em vista o mesmo propósito da vigilância e controle zoossanitário no trânsito de animais para manutenção de nossa área livre de febre aftosa.

C.2 – Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos

Dados gerais

Tabela 14 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira
<b>Descrição</b>	Ações de defesa e vigilância que assegurem a sanidade dos vegetais e seus produtos, como a instalação de barreiras fitossanitárias, móveis e fixas, a realização de inspeções fitossanitárias e a capacitação técnica
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
<b>Unidades executoras</b>	SFA/MT
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	SEDESA/MT – INDEA/MT
<b>Coordenador nacional da ação</b>	José Geraldo Baldini Ribeiro
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Omar Roberto da Silveira

- Resultados

A Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos é executada pelo INDEA/MT, com o objetivo de evitar a dispersão de pragas agrícolas controladas oficialmente. Compete à SFA/MT, a supervisão do controle do trânsito interestadual de plantas e produtos vegetais, no estado de Mato Grosso. Na programação anual do PI VIGIFITO, no mês de novembro, consta a seguinte meta: “Supervisionar o controle do trânsito interestadual de plantas e produtos vegetais em 100% das barreiras fitossanitárias interestaduais de Mato Grosso, em 2007”. Nenhuma barreira fitossanitária foi supervisionada.

Compete à SFA/MT, promover a Educação Fitossanitária, com o objetivo de mudar o comportamento das pessoas para, por conseguinte, se evitar a dispersão das pragas agrícolas controladas oficialmente. Na programação anual do PI VIGIFITO, consta a seguinte meta, como se pode verificar na tabela 2: “Proferir 15 palestras sobre Defesa Sanitária Vegetal em faculdades de Agronomia e escolas técnicas agropecuárias do estado de Mato Grosso, em 2007. Foram proferidas 13 palestras sobre Defesa Sanitária Vegetal em faculdades de Agronomia e escolas agrotécnicas, cumprindo 86,7% da meta programada, alcançando gastos 11,1% superiores aos valores programados por palestra e agregando, aos participantes, 460,8% de conhecimento sobre as regras oficiais de controle de pragas agrícolas.

O MAPA tem a competência de normatizar o trânsito interestadual de plantas e produtos vegetais. Por isso, foi incluída, na programação do PI VIGIFITO, a seguinte meta, conforme consta da Tabela 2: “Treinamento de 150 fiscais estaduais agropecuários para o controle do trânsito de plantas e produtos vegetais em Mato Grosso, em 2007”. No entanto, tal treinamento não ocorreu.

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
Programa: Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários				
Ação: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos				
Processo 1. Supervisionar o controle do trânsito interestadual de plantas e produtos vegetais em 100% das barreiras fitossanitárias interestaduais de Mato Grosso, em 2007.	7		2.254,26	
Processo 2. Proferir 15 palestras sobre Defesa Sanitária Vegetal em faculdades de Agronomia e escolas técnicas agropecuárias do estado de Mato Grosso, em 2007.	15	13	2.387,72	2.298,91
Processo 3. Treinamento de 150 fiscais estaduais agropecuários para o controle do trânsito de plantas e produtos vegetais em Mato Grosso, em 2007	150	-	-	

#### 4.1.4.6 - Programa 0363 - Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Fibras – (PCPOPLAN)

##### A - Dados gerais

Atualmente a produção de oleaginosas se restringe principalmente à cultura de soja. o crescimento da produção desse produto tem sido bastante significativo nos últimos anos, transformando-se em um dos principais produtos de exportação do país. entretanto o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas que podem servir de alternativas, principalmente para os agricultores menos capitalizados, que além de absorver mão-de-obra em toda sua cadeia produtiva, representam um grande potencial para geração de renda. destacam-se entre essas culturas a mamona, o dendê, o girassol e o algodão.

Tabela 15 – Dados gerais do programa

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas de mamona, dendê, babaçu, canola, girassol e algodão
<b>Gerente do programa</b>	Plínio Leite Lopes
<b>Gerente executivo</b>	Wanderlei Dias Guerra
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Produtividade das Lavouras de Soja e Algodão (PPA 2004-2007)
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Produtores de oleaginosas e plantas fibrosas, industriais, exportadores e consumidores.

## **B - Principais Ações do Programa Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Fibras – (PCPOPLAN)**

### **Ação 4841 - Prevenção e controle de pragas em oleaginosas e plantas fibrosas**

- Dados gerais:

Esta é uma ação que tem como objetivo específico garantir a sanidade nas culturas de oleaginosas e plantas fibrosas. As culturas de oleaginosas e fibrosas, especialmente a soja e o algodão estão se expandindo ano-a-ano no Brasil, em especial na região Centro-Oeste. Por ser considerada fronteira agrícola, apesar de já existirem importantes empresas de pesquisa, sobretudo as privadas como as Fundações, ainda há o risco de introdução de novas pragas oriundas de outras unidades da federação. Além de objetivar a prevenção em relação a estas pragas há que se manter constante vigilância, levantamentos e, se necessário adoção de medidas de controle para aquelas pragas consideradas de grande potencial em causar perdas, como tem sido o caso da ferrugem asiática na soja e o bicudo do algodoeiro. Após desgastante processo de conscientização das entidades privadas, estas vêm, a cada ano, assumindo suas responsabilidades em relação à Prevenção de pragas em suas lavouras, citando como exemplo a contratação pela Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso – APROSOJA e Instituto Mato-grossense do algodão – IMA, de Engenheiros Agrônomos para fazer o monitoramento de suas lavouras.

*Tabela 16 – Dados gerais da ação:*

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a sanidade nas culturas de oleaginosas e plantas fibrosas.
<b>Descrição</b>	Levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas, Portarias, etc.), celebração de acordos internacionais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Unidades executoras</b>	SFA/MT
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Serviços de Defesa Sanitária Agropecuária – SEDESA/SFA/MT e INDEA/MT
<b>Coordenador nacional da ação</b>	José Geraldo Baldini Ribeiro
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Plínio Leite Lopes/Wanderlei Dias Guerra e Omar Roberto da Silveira

### **- Resultados**

Para efeito de detalhamento dos resultados a ação de Prevenção e controle de pragas em oleaginosas e plantas fibrosas foi subdividida em Sub-ação 1 : Prevenção e controle de pragas em oleaginosas e Sub-ação 2: Prevenção e controle de pragas em plantas fibrosas. A atuação nesta ação se deu com maior ênfase na ação de Prevenção e Controle de Pragas, especialmente aquelas mais importantes das culturas da soja em especial o acompanhamento da situação da ferrugem asiática, considerada atualmente a principal praga da sojicultura.

Como atividade voltada para a cultura da soja, salienta-se que o principal problema fitossanitário continua a ser a ferrugem asiática e, no caso do algodão, além do bicudo do algodoeiro. As atividades que buscam prevenir e controlar outras pragas com caráter de não quarentenárias regulamentadas, dentre as quais se destaca a fusariose e a ramulose ficaram a cargo da iniciativa privada, uma vez que em função do limitado volume de recursos estas últimas ações sequer foram programadas para o exercício de 2007.

A principal atuação do Responsável Técnico pelo PI PCPOPLAN deu-se no sentido de minimizar a ocorrência de ferrugem asiática no plantio de verão, através da supervisão das ações executadas pelo INDEA/MT que por força de deliberação da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal de Mato Grosso – CDSV/MT, coordenada pela SFA/MT, regulamentou o plantio da oleaginosa na entressafra. As viagens que fizemos a campo em 2007 foram com objetivo de realizar inspeções fitossanitárias tanto em lavouras comerciais quanto em áreas de plantas voluntárias e plantios autorizados para a entressafra, buscando-se com isso minimizar a influência da severidade e precocidade com que a praga ocorre nas lavouras de Mato Grosso nos últimos anos.

O maior avanço obtido como resultado de nossa ação foi o retardamento ainda maior do aparecimento dos primeiros focos de ferrugem asiática no estado, apesar de não termos conseguido realizar todas as viagens nos locais previstos. No entanto, das 07 viagens realizadas com vistas ao PCPOPLAN, 04 foram em conjunto com a APROSOJA, INDEA/MT e EMBRAPA-Soja. Esta parceria, além de ter reduzido os custos para a SFA/MT resultou em maior aprimoramento técnico das decisões tomadas para melhoria da ação. Nossa atuação se deu buscando orientar os produtores quanto a este fato, além das inspeções a campo, participamos de diversas reuniões com técnicos e produtores rurais, como palestrante, expositor ou como coordenador da CDSV/MT. Com esta parceria houve uma redução dos custos das inspeções que no ano de 2006 foi de R\$ 30,35/propriedade inspecionada para, em 2007 R\$ 24,34/ propriedade inspecionada, representando uma economia de 19,78% sobretudo pelo fato de termos reduzido os gastos com locomoção, uma vez que o transporte foi com avião ou veículo da APROSOJA ou INDEA/MT. Para a realização das viagens específicas para as inspeções de campo com vistas à sojicultura, conforme pode-se constatar na tabela abaixo, foram gastos R\$ 3871,10 tendo sido visitadas 159 propriedades rurais em todo o estado, o que demonstra uma boa adequação no uso dos recursos públicos. Saliente-se que esta atividade foi desenvolvida com a participação de um único FFA, o atual RT do PI PCPOLAN.



As maiores dificuldades que continuamos a ter, são as que se referem à indisponibilidade de recursos financeiros para que possamos continuar os trabalho de campo no início de cada ano. Esta é a mesma realidade para todos as atividades desenvolvidas pela SFA/MT, salvo algumas exceções que afetem as exportação, como são os casos de algumas ações da área de bovideocultura.

A SFA/MT é responsável pela fiscalização da produção de sementes, no estado de Mato Grosso. Por isso, o SEDESA/MT – Serviço de Sanidade Vegetal, propôs a inspeção fitossanitária dos campos de produção de sementes de algodão, em 12.000 hectares, em 2007, por se tratar de cultura fibrosa. Foram inspecionados apenas 6.488 hectares, cumprindo apenas 54,06% da meta programada, alcançando gastos 18,6% inferiores aos valores programados por hectare inspecionado e detectando 97,9% de campos de produção de sementes de algodão conformes às normas fitossanitárias.

A fiscalização da destruição de soqueira é uma atividade executada pelo INDEA/MT e supervisionada pelo SEDESA/SFA/MT. Em face dessa responsabilidade, o SEDESA/MT programou a seguinte meta: “Realizar 3 supervisões da destruição de soqueira de algodão em 20.000 hectares, em 8 municípios do Mato Grosso, em 2007”. Nenhuma supervisão foi realizada.

Compete à SFA/MT, promover a capacitação dos Fiscais Federais Agropecuários, para o pleno exercício do cargo. Então, o SEDESA/MT previu a participação de dois Fiscais Federais Agropecuários no VI CONGRESSO BRASILEIRO DO ALGODÃO. Dois Fiscais Federais Agropecuários efetivamente participaram do referido evento, cumprindo 100% da meta, com 100% de envolvimento de recursos do PI FISCORGEN e do FACUAL – Fundo de Apoio à Cultura do Algodão, de Mato Grosso.

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa:Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Fibrosas - PCPOPLAN (todas as ações)</b>	<b>32.246</b>	<b>6680</b>	<b>17252,29</b>	<b>12077,11</b>
Sub-Ação 1.Prevenção e controle de pragas em oleaginosas	246	177	9617,77	7102,16
Sub-Ação 2: Prevenção e Controle de Pragas em Plantas Fibrosas	32.000 ha	6488	6204,74	2287,26

#### 4.1.4.7 – Programa 0354: Desenvolvimento da Fruticultura

## A - Dados gerais

Tabela 17 – Dados gerais do programa

<b>Tipo de programa:</b>	Programa Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.
<b>Gerente do programa</b>	Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo
<b>Gerente executivo</b>	Manoel Valdemiro Francalino da Rocha
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Área cultivada com fruticultura</li> <li>• Quantidade de exportação de frutas</li> <li>• Taxa de participação das exportações brasileiras no mercado mundial de frutas</li> <li>• Valor das exportações de frutas</li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, traders, população de pólos frutícolas e consumidores finais.

## B - Principais Ações do Programa

Erradicação da Mosca da Carambola

Erradicação do Cancro Cítrico

Prevenção e Controle da Sigatoka Negra

### C - Gestão das Ações

#### C.1 - Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola

Dados gerais

Tabela 18 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da <i>Bactrocera carambolae</i> e da garantia de sanidade vegetal em todo o território nacional.
<b>Descrição</b>	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica e educação sanitária em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária

<b>Unidades executoras</b>	SFA'S
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Plínio Leite Lopes
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Maria Júlia Signoretti
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Dalci de Jesus Bagolin

- Resultados

A Mosca da Carambola é uma das pragas que mais podem causar impacto sobre a fruticultura brasileira. Atualmente a mesma está restrita ao estado do Amapá e alguns municípios do norte do Pará.

O objetivo deste trabalho no Mato Grosso é manter o estado livre da praga. Para tanto estão sendo monitorados 11 municípios, com e armadilhas por município.

Para a realização do trabalho foi realizado um treinamento em Macapá no Amapá, onde participaram uma Eng. Agrônoma do Sedesa/SFA/MT e uma Eng. Agrônoma do INDEA-MT.

O INDEA-MT elaborou um plano de contingência para caso de ocorrência da praga no estado.

Cabe ao Ministério da Agricultura a supervisão dos trabalhos do INDEA-MT, o que terá início neste ano, pois a colocação de armadilhas tiveram início no final do ano passado.

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: 0354: Desenvolvimento da Fruticultura</b>				
<b>Ação 1. Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola</b>				
<b>Processo 1. Área Prevenida</b>	90.335.790 ha	3.642	90.335.790 ha	792,78 *

\* O valor realizado em ações sobre Mosca da Carambola foram empenhadas no PI Controle e Prevenção de Pragas da Fruticultura

C.2 - 4740 - Erradicação do Cancro Cítrico

Dados gerais

Tabela 19 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Elevar a produtividade, as exportações e a geração de emprego e renda da cadeia citrícola.
<b>Descrição</b>	Realização de levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, adoção de barreiras fitossanitárias, elaboração de normas e celebração de acordos internacionais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Unidades executoras</b>	SFA'S
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Plínio Leite Lopes
<b>Coordenador nacional da ação</b>	José Geraldo Baldini
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Dalci de Jesus Bagolin

- Resultados

O trabalho de erradicação do Cancro Cítrico no estado de Mato Grosso em 2007, consistiu no levantamento de 52 municípios, com o levantamento por amostragem, e o levantamento do município de Denise com a totalidade das propriedades, e também na erradicação de 5 focos.

Estas ações foram realizadas pelo INDEA-MT com recursos de convênio com o MAPA.

As atividades do SEDESA/SFA/MT consistiram na supervisão das atividades do INDEA-MT, através de auditoria nas unidades locais para avaliar a conformidade documental e levantamentos em campo.

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: 0354: Desenvolvimento da Fruticultura</b>				
<b>Ação 1. 4740 - Erradicação do Cancro Cítrico</b>				
<b>Processo 1. Inspeção Realizada</b>	6	5.303,16	22	4.143.74
<b>Processo 2. Supervisão Realizada</b>	20	1.992,00	11	
<b>Processo 3. Capacitação de FFA</b>	1	3.030,00		

### C.3 - 4742 - Prevenção e Controle da Sigatoka Negra

#### Dados gerais

Tabela 20 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio da prevenção e do controle da disseminação da sigatoka negra.
<b>Descrição</b>	Levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas, Portarias, etc.), celebração de acordos internacionais
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Unidades executoras</b>	SFA'S
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Plínio Leite Lopes
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ériko Sedoguchi
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Dalci de Jesus Bagolin

#### - Resultados

Os trabalhos de prevenção e controle da Sigatoka Negra em Mato Grosso em 2007 consistiram no levantamento da ocorrência da praga em vários municípios, realizado pelo INDEA-MT com recursos do MAPA através de convênio.

Este trabalho resultou na apresentação de solicitação de reconhecimento de Área Livre da praga para 15 municípios dos estado na região do Baixo Araguaia.

As atividades do SEDESA/SFA/MT consistiram na supervisão das atividades do INDEA-MT, através de auditoria nas unidades locais para avaliar a conformidade documental e levantamentos em campo

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: : 0354: Desenvolvimento da Fruticultura</b>				
<b>Ação 1. 4742 - Prevenção e Controle da Sigatoka Negra</b>				
<b>Processo 1. Inspeção</b>	25	3 545,84	14	0,00 *
<b>Processo 2. Supervisão</b>	1		6	0,00 *
<b>Processo 3. Capacitação</b>			1	1.286,32

\* As atividades desta ação foram realizadas em conjunto com a ação Erradicação de Cancro Cítrico, sendo custeadas com recursos da mesma.

#### 4.1.4.8 – Programa 0356: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

A - Dados gerais

Tabela 21 – Dados gerais do programa

<b>Tipo de programa</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários
<b>Gerente do programa</b>	<b>Plínio Leite Lopes</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Nilo Silva Nascimento</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	custo por hectare de lavoura fiscalizada
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor final

B - Principais Ações do Programa

Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

C - Gestão das Ações

C.1 - Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Dados gerais

Tabela 22 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, beneficiamento, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
<b>Descrição</b>	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Secretaria de Defesa Agropecuária</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SFA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Marcus Vinicius Segurado Coelho</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	<b>Nilo Silva do Nascimento</b>

- Resultados

Observando-se o quadro analítico, verificamos que o maior montante de recursos foi utilizado na fiscalização de lavouras, onde constatamos que, em 2007, devido ao excelente trabalho da fiscalização no ano de 2006, colhemos os resultados, com índices de não conformidade no uso de OGMs inferiores a 1%. Os raros casos de não-conformidade ocorreram justamente em um município onde no ano anterior não foi possível realizar ação fiscalizatória. Ocorreram nas áreas de produção comercial, não havendo ocorrências na produção e beneficiamento de sementes, nem nas áreas de pesquisas envolvendo organismos geneticamente modificados. Contribuíram positivamente também para esse desempenho as ações propostas pelo Ministério Público Federal contra os infratores, após notificação pela SFA/MT, e um componente fitotécnico, pois o uso de sementes de genética “desconhecida” ocasionou menor rendimento das lavouras implantadas com “sementes” clandestinas. Isso tem um reflexo direto na sociedade e no Estado de direito, pois indica o cumprimento da legislação na produção agrícola, onde além do próprio índice de conformidade em si, observamos índices agregados, como exemplo o aumento percentual no uso de sementes produzidas dentro do Sistema regulamentado de produção de sementes, e o aumento no número de experimentos com organismos geneticamente modificados por parte das empresas privadas, pois estas, dentro deste quadro, vislumbram auferir ganhos com royalties ocasionados pela venda de seus produtos tecnológicos.

Analisando o perfil dos infratores, nas diversas infrações levantadas, constata-se que os casos são oriundos de produtores arrendatários, com áreas pequenas (até 300 ha). Isto talvez se justifique pelo fato de

que os grandes agricultores (empresários rurais) conduzem sua atividade de maneira mais técnica e gerencial, não se arriscando a usar material de origem genética desconhecida em uma lavoura de custo tão elevado.

Nos valores programados para deslocamento de fiscalização de lavouras, incluímos a participação de servidores de nível médio do órgão estadual executor da defesa agropecuária, na forma de auxiliares, o que contribuiu para a minimização do montante de recursos.

A atividade é regimentalmente executada pelos Serviços de Sanidade Agropecuária e de Fiscalização Agropecuária, estando a fonte de recursos (PI) sob o controle do SEDESA/DT-MT. Cada serviço tem um Fiscal Federal Agropecuário responsável pela atividade, e, em caso de realização de ações fiscais, contamos com o apoio de outros fiscais dos dois serviços, dependendo da importância da ação.

Dentro da meta financeira executada, foram gastos R\$ 8.898,42 em passagens e R\$ 6.721,92 com diárias, que não relacionamos como gastos diretos na atividade finalística (Quadro analítico acima). Estes gastos foram relacionados a reuniões técnicas e participação em eventos relacionados a atividade, para capacitação do pessoal envolvido.

O resumo dos resultados físico-financeiros relativos a esta ação está demonstrado na tabela abaixo.

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa:</b>				
<b>Ação 1.</b> Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados				
<b>Processo 1.</b> Realizar fiscalização em 120.000 ha de lavouras implantadas na safra 2006/2007 e safrinha 2007, para verificação do cumprimento da legislação de biossegurança. (Área Fiscalizada)	120.000,00	100.547,00	<b>33.846,56</b>	<b>26.681,30</b>
<b>Processo 2.</b> Fiscalização de estabelecimentos de beneficiamento de sementes de algodão (Fiscalização realizada)	12,00	7,00		
<b>Processo 3.</b> Fiscalização de estabelecimentos de pesquisa envolvendo organismos geneticamente modificados (Fiscalização realizada)	2,00	21,00		

## 5. Desempenho operacional do SEDESA

Os indicadores utilizados para avaliação do desempenho da gestão das ações pertinentes ao Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária – SEDESA e os respectivos resultados foram os de Eficiência, Eficácia e Efetividade:

a) Utilidade: Os indicadores utilizados para este Programa foram os de Eficácia que tem a finalidade de verificar o cumprimento das metas; de Eficiência que teve o objetivo de comparar os custos das ações realizadas em 2007 em relação a 2006 e, o indicador de Efetividade que procurou medir os reais impactos



percebidos pela sociedade, em especial os produtores rurais, devidos às ações praticadas neste Programa, com o objetivo de melhorar as ações em andamento e aprimorá-las para o futuro.

b) Tipo: Eficiência, Eficácia e Efetividade

c) Fórmula de cálculo: vide tabelas

d) Método de aferição: vide “fonte” nas tabelas

f) Resultado do indicador no exercício: conforme tabelas específicas por Programa (abaixo)

#### PROGRAMA 0359 – DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

Ação – Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovideocultura – PCEBOV1

Processo 1 - Monitoramento de resíduos em bovinos vivos

Meta: Coletar nos prazos pré-estabelecidos, 100% das amostras mensais de urina de bovinos vivos, previstas para o Mato Grosso no ano de 2007

Resultado do indicador no exercício:

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Percentagem de amostras viáveis em 2007 em relação ao ano anterior.	Percentagem de amostras colhidas em relação ao programado para o MT em 2007.	Valor (US\$) das exportações de carne bovina do Mato Grosso em 2007 em relação ao ano anterior.
Unidade de medida:	Não aplicável	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	Não aplicável	SEDESA/SFA/MT	SEDESA/SFA/MT	FIEMT
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$\frac{[(AV2007 / AC2007) / (AV2006 / AC2006) - 1] \times 100}{100} = X$ $[(180/180)/(180/211) - 1] \times 100 = 17,64\%$	$[(N^{\circ}AC2007) / (N^{\circ}AP2007) - 1] \times 100 = X$ $[(180) / (180) - 1] \times 100 = 100\%$	$[(VTE2007 / VTE2006) - 1] \times 100 = X$ $[(626.987.785 / 538.544.974) - 1] \times 100 = 16,42\%$
Legenda: AV = amostras viáveis      AC = amostras colhidas      AP = amostras programadas AV = amostras viáveis      VTE = valor total das exportações				

#### PROGRAMA 0359 – DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

Ação – Erradicação da febre aftosa

Processo 1 - Fiscalização sanitária e epidemiológica

Meta: Fiscalização de 400 Km de fronteira com a Bolívia em 2007

Resultado do indicador no exercício:

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Custo por Km fiscalizado em 2007 em relação ao estimado.	Percentual de unidades supervisionadas (US) em relação ao programado (UP) em 2006.	XXXXXX
Unidade de medida:	Não aplicável	R\$/Km	Porcentagem	XXXXXX
Fonte:	Não aplicável	Planilhas de programação e de custos das ações de fronteira em 2007.	Mapas e relatórios de fiscalização	XXXXXX
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[(VTA2007 / EF2007) / (VTP2007 / EP2007) - 1] \times 100 = X$ $[(1607487,00 / 400) / (3762000 / 400) - 1] \times 100 = X$ $[(4018,72 / 9405,00) - 1] \times 100 = -57,27$	$(EF / EP) \times 100 = X$ $(400 / 400) \times 100 = 100\%$	XXXXXX
a: VTA = Valor total aplicado (R\$)      VTP = Valor Total Programado (R\$) EP = extensão programada (Km)      EF = extensão fiscalizada (Km)				

Ação – Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose - TUBERBRUCE

Processo 1 - Fiscalização Médico Veterinário habilitado

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Custo por Médico Veterinário fiscalizado em 2007 em relação ao custo estimado	Percentual de médicos veterinários fiscalizados em relação ao total programado em 2007.	Taxa de natalidade de bovinos no Mato Grosso em 2007 em relação ao ano anterior.
Unidade de medida:	Não aplicável	Porcentagem	Porcentagem	Porcentagem

Fonte:	Não aplicável	SEDESA/SFA/MT	SEDESA/SFA/MT	INDEA/MT
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[ (VTA / UF) / (VTP / UP) - 1 ] \times 100 = x$ $(1.539,50/12) / (13.377/100) - 1 \times 100$ $(128,3 / 133,77) - 1 \times 100$ $X = (- 4 \%)$	$(FR / FP) \times 100 = X$ $X = 12/100 \times 100$ $X = (12 \%)$	$[(N^\circ \text{ bov. até 1 ano 2007} / N^\circ \text{ de fêmeas} > 24 \text{ meses 2007}) / (N^\circ \text{ bov. Até ano 2006} / N^\circ \text{ de fêmeas} > 24 \text{ meses 2006}) - 1] \times 100 = X$ $(0,53 / 0,54) - 1 \times 100$ $X = (- 1,85\%)$

Legenda: VTA = Valor total aplicado VTP = valor total programado UF = unidade fiscalizada UP = unidade programada  
FR = fiscalização Realizada FP = fiscalização Programada

Ação 4771 – Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca)

Processo 1 - Análise laboratorial de material encefálico

Meta - Realizar a triagem das amostras de tronco encefálico e respectivos formulários, recebidas dos Serviços de Inspeção Federal (SIF) do MT em 2007, e encaminhar 95% delas ao Laboratório no mesmo mês de recebimento

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Índice do tempo médio (dias) gasto para triagem e envio das amostras do MT ao laboratório em 2007, em relação ao ano anterior	Percentual de amostras colhidas e enviadas ao laboratório no prazo estabelecido em relação às amostras do MT recebidas em 2007	xxxxxx
Unidade de medida:	Não aplicável	Porcentagem	Porcentagem	xxxxxx
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	xxxxxx
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[ (t \text{ médio} 2007 / t \text{ médio} 2006) - 1 ] \times 100 = X$ $[ ( 16 / 11 ) - 1 ] \times 100 =$ $45,45 \%$	$(AE / AR) \times 100 = X$ $( 1190/1456) \times 100 =$ $81,73\%$	xxxxxx
Legenda:	AR = Amostra recebida		AE = Amostra enviada	

Processo 2 - Capacitação de profissionais veterinários, servidores e demais agentes para identificação de doenças nervosas

Meta 1- Treinar 15 (quinze) Médicos Veterinários do SIF para colher e enviar amostras de tronco encefálico para vigilância da EEB no Mato Grosso em 2007.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Nº de amostras de tronco encefálico colhidas em frigoríficos e enviadas ao laboratório em 2007 em relação ao ano anterior. [ ( AC2007 / AC2006 ) - 1 ] x 100 = X	Nº de médicos veterinários treinados em relação ao programado em 2007 ( VT/PT) x100=X	xxxxxx
Unidade de medida:	Não aplicável	Porcentagem	Porcentagem	xxxxxx
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	xxxxxx
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	[ ( AC2007 / AC2006 ) - 1 ] x 100 = X  [ (1456 / 700) - 1 ] x 100 = 108%	( VT/VP) x100=X  ( 19/15) x100= 126%	xxxxxx
Legenda: AC: Amostra Colhida VT: Veterinário Treinado PT: Veterinário Programado				

Meta 2- Realizar 06 (seis) treinamentos teóricos para Médicos Veterinários do INDEA e privados sobre o PNCRHE no Mato Grosso em 2007.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Nº de amostras de encéfalo colhidas em 2007 em relação ao ano anterior.  [(AC2007/MC2006)-1]x 100 = X	Nº de treinamentos realizados em relação aos programados em 2007.  (TR/TP) x 100	xxxxxx
Unidade de medida:	Não aplicável	Porcentagem	Porcentagem	xxxxxx
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	xxxxxx

Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[(AC2007/MC2006)-1] \times 100 = X$ $[(159/354)-1] \times 100 = 55,08\%$	$(TR/TP) \times 100 = X$ $(1/6) \times 100 = 16,6 \%$	xxxxxx
Legenda: AC: Amostra Colhida TR: Treinamento Realizado TP: Treinamento Programado				

Processo 3 - Controle sanitário da raiva e controle e prevenção de EET's

Metas1. Fiscalizar 100% das propriedades com bovinos importados (05 propriedades), 100 propriedades para colheita de ração (100 amostras) e 100% das propriedades dos municípios de São José dos Quatro Marcos, Lambari Dóeste, Rio Branco, Salto Céu, Cuiabá, Torixoréu, Ribeirãozinho, Ponte Branca e Araguainha (3.214), para atualização cadastral no Mato Grosso em 2007.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Relação do custo por propriedade fiscalizada com o estimado no MT em 2007	Nº de propriedades fiscalizadas em relação ao programado em 2007.	xxxxxx
Unidade de medida:	Não aplicável	Porcentagem	Porcentagem	xxxxxx
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	xxxxxx
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[(VA2007 / PF2007) / (VE2006 / PP2006) - 1] \times 100 = X$ $[(91.168,45 / 3.345) / (83.992,01 / 3.260) - 1] \times 100 = 5,7\%$	$(PF/PP) \times 100 = X$ $(3260 / 3319) \times 100 = 100,7\%$	xxxxxx
Legenda: VA= Valor Aplicado PF=Propriedade fiscalizada VE= Valor Estimado PP=Programado por propriedade				

Metas2. Realizar em 5 meses a colheita de 100% (100) de amostras de ração previstas para Mato Grosso em 2007

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Nº de amostras viáveis coletadas em 2007 em relação ao ano anterior	Nº de amostras de ração coletadas no período em relação ao programado em 2007	xxxxxx
		$[(AV2007/AV2006)-1] \times 100 = X$	$(AC/PC) \times 100 = X.$	

Unidade de medida:	Não aplicável	Percentagem	Percentagem	xxxxxx
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	xxxxxx
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[(AV2007/AV2006)-1] \times 100 = X$  $[(104/100)-1] \times 100 = 4\%$	$(AC/PC) \times 100 = X$ .  $(104/100) \times 100 = 104\%$ .	xxxxxx
Legenda: AV= Amostras Viáveis AC= Amostra Colhida PC=Programação de Colheita				

Metas 3. Atender 100% dos pedidos de sacrifício de bovinos importados e análise dos respectivos processos, no prazo máximo de 45 dias, no Mato Grosso em 2007

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Tempo médio (dias) para atendimento das solicitações em relação a expectativa do MT para 2007.  $[(t\text{méd}/Et)-1] \times 100 = X$	N° de pedidos atendidos no prazo em relação as solicitações em 2007 $(AS/S) \times 100$	xxxxxx
Unidade de medida:	Não aplicável	Percentagem	Percentagem	xxxxxx
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	xxxxxx
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[(t\text{méd}/Et)-1] \times 100 = X \%$  $[(25/45)-1] \times 100 = -44,44\%$	$(AS/S) \times 100 = X$  $(1/1) \times 100 = 100\%$	xxxxxx
Legenda: AS= Solicitações Atendidas S: Solicitações VE= Valor Estimado PP=Programado por propriedade				

Meta 4. Supervisionar 16% das Unidades Locais de Atenção Veterinária do serviço estadual de defesa sanitária animal (65 Unidades) do Mato Grosso em 2007

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	N° de Unidades Locais supervisionadas em	N° de Unidades Locais supervisionadas em relação ao programado no MT em 2007	xxxxxx

		2007 em relação ao ano anterior no MT		
Unidade de medida:	Não aplicável	Percentagem	Percentagem	xxxxxx
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	xxxxxx
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[(US2007/US2006 - 1) \times 100 = X$  $[(14/22) \times 100 = 63,63\%$	$(US/UP) \times 100 = X$  $(14/10) \times 100 = 140\%$	xxxxxx
Legenda: US = Unidade supervisionada    UP = Unidade Programada				
<b>EFETIVIDADE</b>				
Índice de bovinos mortos por raiva em 2007 em relação ao ano anterior $[(BM2007 / BM2006) - 1] \times 100 = X$ $[(307 / 364) - 1] \times 100 = -15,6\%$				
Fonte: Informe mensal sobre raiva dos herbívoros (INDEA/MT)				

## PROGRAMA 0371 - DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

Ação – Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola.

Processo 1 - Fiscalização de estabelecimentos agropecuários.

Meta 1: Fiscalizar 100% dos estabelecimentos avícolas registrados no Estado de Mato Grosso no ano de 2007.

### Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Relação entre o custo por estabelecimento fiscalizado em 2007 e o custo estimado.	Percentagem de estabelecimentos fiscalizados em relação ao programado para o MT em 2007.	Valor (US\$) das exportações de aves no ano 2007 em relação ao anterior
Unidade de medida:	Não aplicável	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	FIEMT
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$\frac{VTA_{2007} / EF_{2007}}{(VTE_{2007} / EP_{2007} - 1)} \times 100 = X$ $[(2062,56/10) / (3750,07/9) - 1] \times 100 = -50,50\%$	$[(N^{\circ}EF_{2007}) / (N^{\circ}EP_{2007} \times 100) = X$ $((10)/(9)) \times 100 = 111,11\%$	$[(VTE_{2007} / VTE_{2006}) - 1] \times 100 = X$ $[(118.718.895/65.949.687) - 1] \times 100 = 80,01\%$
Legenda: VTE: valor total estimado    VTA: valor total aplicado    EP: Estabelecimento programado EF: estabelecimento fiscalizado    VTe: valor total das exportações (US\$)				

Meta 2: Vistoriar 100% dos estabelecimentos avícolas com pedidos de registro no MT em 2007.

### Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Relação entre o custo por estabelecimento vistoriado em 2007 e o custo estimado.	Percentagem de estabelecimentos avícolas vistoriados em relação ao programado para o MT em 2007.	Valor (US\$) das exportações de aves no ano 2007 em relação ao anterior
Unidade de medida:	Não aplicável	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	FIEMT
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$\frac{VTA_{2007} / EF_{2007}}{(VTE_{2007} / EP_{2007} - 1)} \times 100 = X$ $[(3561,46/16) / (6250,13/15) - 1] \times 100 = (222,59/416,67) - 1 \times 100 = -46,57\%$	$[(N^{\circ}EF_{2007}) / (N^{\circ}EP_{2007} \times 100) = X$ $((16)/(15)) \times 100 = 106,66\%$	$[(VTE_{2007} / VTE_{2006}) - 1] \times 100 = X$ $[(118.718.895/65.949.687) - 1] \times 100 = 80,01\%$
Legenda: VTE: valor total estimado    VTA: valor total aplicado    EP: Estabelecimento programado EF: estabelecimento fiscalizado    VTe: valor total das exportações (US\$)				

Meta 3: Supervisão, em 2007 no Mato Grosso, 100% das Unidades Locais de Execução do INDEA



com estabelecimento avícolas registrados

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Relação entre o custo por Unidade Local de Execução do INDEA supervisionada e o custo estimado.	Percentagem de Unidades Locais de Execução do INDEA supervisionada em relação ao programado para o MT em 2007.	Valor (US\$) das exportações de aves no ano 2007 em relação ao anterior
Unidade de medida:	Não aplicável	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	FIEMT
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[(VTA2007 / US) / (VTE2007/UP) - 1] \times 100 = X$ $[(1737,39/6) / (2751,04/6) - 1] \times 100 = -36,84\%$	$[(N^{\circ}US2007) / (N^{\circ}UP2007)] \times 100 = X$ $((6)/(6)) \times 100 = 100\%$	$[(VTE2007/ VTE2006) - 1] \times 100 = X$ $[(118.718.895/65.949.687) - 1] \times 100 = 80,01\%$
Legenda: VTE: valor total estimado VTA: valor total aplicado UP: Unidade programada VTe: valor total das exportações (US\$) US: Unidade Supervisionada				

Processo 3: Capacitação de pessoal (pessoas capacitadas)

Meta 1: Treinar 75 Médicos Veterinários com atividades na avicultura no Mato Grosso em 2007.

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Relação entre o custo por Médico Veterinário treinado e o estimado.	Percentagem de Médicos Veterinários Treinados em relação ao programado para o MT em 2007.	Valor (US\$) das exportações de aves no ano 2007 em relação ao anterior
Unidade de medida:	Não aplicável	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	FIEMT
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[(VTA2007/ MVT2007) / (VTE2007 / MVP2007) - 1] \times 100 = X$ $[((16011,49/110)/(27846,1/75) - 1)] \times 100 = -60,79\%$	$[(N^{\circ}MVT2007) / (N^{\circ}MVP2007)] \times 100 = X$ $[(110/75)] \times 100 = 146,66\%$	$[(VTE2007/ VTE2006) - 1] \times 100 = X$ $[(118.718.895/65.949.687) - 1] \times 100 = 80,01\%$
Legenda: VTE: valor total estimado VTA: valor total aplicado MVT: Médicos Veterinários treinado VTe valor total das exportações (US\$) MVP: Medico Veterinário programado				

PROGRAMA 0359 – DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA

Ação – Prevenção, controle e erradicação das doenças da suideocultura

Processo 1 – Fiscalização e supervisão técnica nos estabelecimentos de produção e reprodução de suídeos e nos serviços oficiais de defesa sanitária animal dos estados.

Meta: Fiscalizar 100% das granjas de reprodutores suídeos, certificadas como GRSC, no Mato Grosso em 2006

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Relação do custo por propriedade fiscalizada em 2007 no MT em relação ao de 2006	Percentagem de fiscalizações realizadas (FR) em 2007 em relação ao programado (FP).	Valor (US\$) das exportações de suídeos no ano 2007 em relação ao anterior
Unidade de medida:	Não aplicável	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	Não aplicável	SFA	SFA	SFA
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$\frac{(VTA_{2007} / NF_{2007})}{(VTA_{2006} / NF_{2006}) - 1} \times 100 = X$ $[ (6.001,68 / 10) / (11.506,57 / 14) - 1 ] \times 100 = X$ $[ (600,19 / 821,90) - 1 ] \times 100 = -26,97\%$	$\frac{[ (FR_{2007}) / (FP_{2007}) ] \times 100}{100} = X$ $[ (10) / (14) ] \times 100 = X = 71,43\%$	$(VE_{2007} / VE_{2006}) \times 100 = X$ $[ (52.248.713 / 23.736.392) - 1 ] \times 100 = X = 120,12\%$ <p>Fonte: FIEMT</p>
Legenda: VTA: valor total aplicado GP: Estabelecimento programado NF: estabelecimento fiscalizado FP: fiscalizações programadas VE = Valor das exportações FR: fiscalizações realizadas				

PROGRAMA 0377 – Desenvolvimento da Caprinocultura, Equideocultura e Ovinocultura

Ação – Prevenção, controle e erradicação das doenças da equideocultura, da caprinocultura e da criação de pequenos animais.

Processo 1 – Fiscalização de laboratórios de AIE

Meta: Fiscalizar 100% dos laboratórios que realizam diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina (AIE), no Mato Grosso em 2007

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Custo por fiscalização em 2007 em relação ao programado.	Percentagem de fiscalizações realizadas (FR) em 2007 em relação ao programado (FP).	Taxa de ocorrência de AIE em 2007 em relação ao ano anterior
Unidade de medida:	Não aplicável	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	Não aplicável	SEDESA/SFA/MT	SEDESA/SFA/MT	SEDESA/SFA/MT
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$\frac{(VTA_{2007} / NF_{2007}) / (VTE_{2007} / FP_{2007}) - 1}{100} \times 100 = X$ $[ ( 7.650,54 / 16 ) / (14.664,58 / 25) - 1 ] \times 100 = X$ $[ (478,16 / 586,6) - 1 ] \times 100 = -18,5\%$	$\frac{[ (FR_{2007}) / (FP_{2007}) ] \times 100}{100} = X$ $[ (16) / (25) ] \times 100 = X = 64\%$	$\frac{(TO_{2007} / TO_{2006}) \times 100}{100} = X$ $[ (1295/1387) - 1 ] \times 100 = X = -6,63\%$
Legenda: VTE: valor total estimado      VTA: valor total aplicado      GP: Estabelecimento programado NF: estabelecimento fiscalizado      FP: fiscalizações programadas      TO = Taxa de ocorrência de AIE				

Programa – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

Ação – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos

Processo – Supervisionar o controle do trânsito interestadual de plantas e produtos vegetais em 100% das barreiras fitossanitárias interestaduais de Mato Grosso, em 2007

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição	Custo verificado por barreira fitossanitária supervisionada (CVB) em relação ao custo programado por barreira fitossanitária supervisionada (CPB)	Número de Supervisões realizadas (SR) em relação ao número programado de supervisões (SP)	Percentagem de partida de plantas e produtos vegetais conforme, em trânsito interestadual, em 2007
Fórmula de Cálculo	$EFI = ( CVB / CPB ) - 1 \times 100$ $EFI = ( 0 / 322,04 ) - 1 \times 100$	$EFC = ( SR / SP ) \times 100$ $EFC = ( 0 / 7 ) \times 100$	$EFE = (PC/TP) - 1 \times 100$ PC = Partida Conforme PT = Total de Partida $EFE = ( 7.894 / 7.988 ) - 1 \times$

	<b>EFI = 0%</b>	<b>EFC = 0%</b>	<b>100</b> <b>EFE = 98,8%</b>
Unidade de med.:	Porcentagem	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	Programação do PI VIGIFITO	Programação do PI VIGIFITO	OF. PRES. INDEA CDSV Nº. 45/08

Este processo não pôde ser executado devido ao fato de que o Fiscal Federal Agropecuário responsável por este PI esteve acompanhando a execução das ações previstas no Convênio MAPA/INDEA-MT nº. 01/2004 e participando do XI ENFIT – Encontro Nacional de Fitossanitaristas, durante o mês programado para execução deste processo. Portanto, nenhuma barreira fitossanitária foi supervisionada.

Estabeleceremos prioridade para este processo, no ano de 2008.

Ação – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos

Processo – Proferir 15 palestras sobre Defesa Sanitária Vegetal em faculdades de Agronomia e escolas técnicas agropecuárias do estado de Mato Grosso, em 2007.

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição	Custo verificado por palestra (CVP) em relação ao custo programado por palestra (CPP)	Número de palestras realizadas (PR) em relação ao número programado de palestras (PP)	Porcentagem de conhecimento adquirido, em relação ao possuído, sobre as regras oficiais de controle de pragas agrícolas
Fórmula de Cálculo	$EFI = (CVP / CPP) - 1 \times 100$ $EFI = (176,84 / 159,18) - 1 \times 100$ <b>EFI = 11,1 %</b>	$EFC = (SR / SP) \times 100$ $EFC = (13 / 15) \times 100$ <b>EFC = 86,7 %</b>	Auto-avaliação dos assistentes das palestras  <b>EFE = 460,8 %</b>
Unidade de med.:	Porcentagem	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	Programação e Controle Financeiro do PI VIGIFITO	Relatórios de Viagem das Ordens de Serviço/2007: 4174; 4175; 4452 e 4493	

Ação – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos

Processo – Treinamento de 150 fiscais estaduais agropecuários para o controle do trânsito de plantas e produtos vegetais em Mato Grosso, em 2007

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição	Não aplicável	Número de fiscais estaduais efetivamente participantes (FEP), em relação ao número programado de fiscais estaduais participantes (FPP)	Percentagem de conhecimento adquirido, em relação ao possuído, sobre as regras oficiais de controle de trânsito interestadual de plantas e produtos vegetais
Fórmula de Cálculo	<b>Não aplicável</b>	$EFC = ( FEP / FPP ) \times 100$ $EFC = ( 0 / 0 ) \times 100$ <b>EFC = 0 %</b>	Auto-avaliação dos assistentes das palestras  <b>EFE = 0 %</b>
Unidade de med.:	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador e principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador

Tal treinamento não ocorreu, porque O INDEA/MT não nos disponibilizou tempo, durante o treinamento dos fiscais estaduais, para a instrução sobre o controle do trânsito de plantas e produtos vegetais.

Solicitar oficialmente ao INDEA/MT, a participação da SFA/MT no treinamento dos fiscais estaduais.

PROGRAMA 0363 - Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Fibrosas - PCPOPLAN

A.4.1 – Ação 1: Prevenção e controle de pragas em oleaginosas:

Processos: Inspeção de lavouras de soja com vistas à Ferrugem Asiática

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição: Prevenção e controle de pragas em oleaginosas (Inspeções em Lavouras + Supervisão)	Custo por propriedade inspecionada em 2007(CI) em relação ao custo de 2006  $CI = VALOR\ GASTO / N^{\circ}\ PROPR\ INSPECIONADA$  $EFI = ( CI / CE ) - 1 \times 100$	Numero de Inspeções realizadas em 2007 (IR) em relação ao planejado (IP).  $EFC = ( IR / IP ) \times 100$  $EFC = ( 159 / 200 ) \times$	Aumento nos ganhos auferidos pelos produtores de soja de Mato Grosso no ano de 2007 (G 2007)) em relação aos ganhos obtidos em 2006 (G-2006)  Estima-se em U\$ 15,00 por aplicação de fungicida. Segundo produtores

	<p>CI 2007 = 3871,10/159 CI 2007 = R\$24,34</p> <p>CI 2006 = 4036,21/133 = 30,35</p> <p>EFI = (24,34/30,35)-1 x 100</p> <p>EFI = -19,78%</p>	<p>100</p> <p>EFC = <b>79,5%</b></p>	<p>consultados houve uma redução de em média 01 aplicação por há. Considerando que Mato Grosso cultivou aproximadamente 5.milhões de hectares, a redução nos custos foi de R\$ 127.000,00 (US\$ a R\$1,75). De acordo com os mesmos produtores houve um incremento de produtividade em 4 sacas/há, o que representa mais 20 milhões de sacas de soja colhidas. Ao preço de médio de R\$ 40,00, estima-se um incremento nos lucros na ordem de R\$ 800.000.000,00</p> <p><b>AUMENTO NOS GANHOS (AG) EM 2007 EM RELAÇÃO A 2006.</b></p> <p>GANHOS EM 2006: 200.000.000,00 GANHOS EM 2007: 927.000.000,00</p> <p><b>AG = (G 2007/G2006) – 1 X 100</b></p> <p><b>AG = + 363,5%</b></p>
Fonte	Relatórios Técnicos SEDESA ORDENS DE SERVIÇO	Relatórios Técnicos SEDESA ORDENS DE SERVIÇO	Produtores Rurais – nomes podem ser consultados no SPA/SFA/MT e Relatório Gestor 2006.

Em relação aos resultados do indicador de eficiência, o menor custo obtido deveu-se à Parceria entre SFA/MT e APROSOJA que entrou com os custos de transporte de algumas viagens feitas com objetivo de inspecionar lavouras de soja. Tais viagens foram realizadas em conjunto com EMBRAPA/APROSOJA/INDEA/MT e SFA/MT. Verifica-se por outro lado que a Eficácia não representou 100% de nossa Programação, resultado das liberações tardias de recursos financeiros pela Coordenação Nacional do Programa.

Em relação à efetividade, apesar de a lavoura ainda não ter sido toda colhida, as informações obtidas com alguns principais produtores rurais do Estado indicam tanto a redução nos custos de produção no quesito que se refere ao uso de fungicidas e também um aumento na produtividade. Os resultados, mesmo que parciais mostram um ganho da ordem de 363% em relação ao ano passado, ou seja um incremento de

divisas da ordem de R\$ 700.000.000,00 para o estado de Mato Grosso. Este aumento de produtividade pode ser atribuído à menor severidade da ferrugem asiática nesta safra o que, de acordo com os mesmos produtores deveu-se à implantação do vazio sanitário, normativa elaborada em âmbito da Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso que coordena da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal de Mato Grosso – CDSV/MT. Foi neste fórum onde se decidiu pela regulamentação do plantio da oleaginosa na entressafra de forma a reduzir as fontes de inóculo da praga para as lavouras de verão. Já estamos no segundo ano de implantação da medida, a qual foi regulamentada pelo INDEA/MT e o estado de Mato Grosso foi o primeiro no país a adotar tal regra o que hoje é seguido por todos os estados produtores de soja do Brasil. É possível que outros fatores também estejam influenciando a melhoria das produtividades, tais como a concentração dos plantios (em função da seca por ocasião do início das atividades em 2007) e também pela maior conscientização e conhecimento pelos produtores e técnicos que agora se pode dizer, já sabem conviver com a ferrugem da soja. No entanto estas orientações também foram dadas por integrantes da CDSV/MT com a consultoria do Dr. José Tadashi Yorinori durante as safras e entressafras de 2006 e 2007, quando fizemos uma série de viagens conjuntas, conforme citado acima.

## **Ação 2 – Prevenção e Controle de Pragas em Plantas Fibrosas**

**Meta 1 – Inspeccionar, no aspecto fitossanitário, 12.000 hectares dos campos de produção de sementes de algodão de Mato Grosso em 2007**

<b>Atributo</b>	<b>Indicador</b>		
	<b>Eficiência</b>	<b>Eficácia</b>	<b>Efetividade</b>
Descrição	Custo verificado por hectare inspecionado (CVI), em relação ao custo programado por hectare inspecionado (CPI), em 2007	Número de hectares inspecionados (HI), em relação ao número programado de hectares inspecionados (HP), em 2007	Percentagem de campos de produção de sementes de algodão conformes às normas fitossanitárias, em 2007
Fórmula de Cálculo	$EFI = ( CVI / CPI ) - 1 \times 100$ $EFI = ( 0,35 / 0,43 ) - 1 \times 100$ <p><b>EFI = - 18,6 %</b></p>	$EFC = ( HI / HP ) \times 100$ $EFC = ( 6.488 / 12.000 ) \times 100$ <p><b>EFC = 54,06 %</b></p>	$EFE = ( CC / CT ) - 1 \times 100$ <p>CC = Campo Conforme CT = Total de Campos</p> $EFE = ( 1 / 47 ) - 1 \times 100$ <p><b>EFE = - 97,9 %</b></p>
Unidade de med.:	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	- Programação	- Programação	- TF N°. 01/07 ao 14/07

	PCPOPLAN; - OS n°. 2675; - OS n°. 2677; - OS n°. 2817; e - OS n°. 2819	PCPOPLAN; - OS n°. 2675; - OS n°. 2677; - OS n°. 2817; e - OS n°. 2819	- LAUDO LANAGRO-GO N°. 548/07
--	--	--	----------------------------------

**Ação2** – Prevenção e Controle de Pragas em Plantas Fibrosas

**Meta 2** – Realizar 3 supervisões da destruição de soqueira de algodão em 20.000 hectares, em 8 municípios do Mato Grosso, em 2007

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição	Custo verificado por hectare supervisionado (CVH), em relação ao custo programado por hectare supervisionado (CPH), em 2007	Número de supervisão realizada (SR), em relação ao número programado de supervisões (SP), em 2007	Percentagem de hectares de soqueira de algodão destruída, em 2007
Fórmula de Cálculo	$EFI = ( CVH / CPH ) - 1 \times 100$ $EFI = ( 0 / 0,05 ) - 1 \times 100$ <b>EFI = - 100 %</b>	$EFC = ( HI / HP ) \times 100$ $EFC = ( 0 / 3 ) \times 100$ <b>EFC = 0 %</b>	$EFE = (HSD/HSS) - 1 \times 100$ HSD = Hectare de Soqueira Destruída HSS = Hectare de Soqueira Supervisionada $EFE = ( 0 / 0 ) - 1 \times 100$ <b>EFE = - 100 %</b>
Unidade de med.:	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	- Programação PCPOPLAN	- Programação PCPOPLAN	Não aplicável



**Ação3** – Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas

**Meta** – Participação de 2 Fiscais Federais Agropecuários no VI CONGRESSO BRASILEIRO DO ALGODÃO

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição	Custo verificado por participante do Congresso (CVP), em relação ao custo programado por participante do Congresso (CPP), em 2007	Número de participante verificado no Congresso (PV), em relação ao número programado de participante (PP), em 2007	Não aplicável
Fórmula de Cálculo	$EFI = ( CVP / CPP ) - 1 \times 100$ $EFI = ( 0 / 1581,93 ) - 1 \times 100$ <p><b>EFI = - 100 %</b></p>	$EFC = ( SR / SP ) \times 100$ $EFC = ( 2 / 2 ) \times 100$ <p><b>EFC = 100 %</b></p>	Não aplicável
Unidade de med.:	Porcentagem	Porcentagem	Não aplicável
Fonte:	- Programação PCPOPLAN	- Programação PCPOPLAN	Não aplicável

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador e principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador:

A greve dos Fiscais Federais Agropecuários interrompeu a continuação da inspeção fitossanitária, nos campos de produção de sementes de algodão e o não sincronismo em relação às Programações feitas pela área, de forma que a Coordenação Geral de Proteção de Plantas não disponibilizou os recursos necessários à execução de algumas metas.

4.1.1.7 – Programa 0354: Desenvolvimento da Fruticultura

Ação – Controle e Prevenção da Sigatoka Negra

Processo -Inspeção de prop. e Supervisão de unidades da defesa fitossanitária estadual

## Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Prevenção e Controle da Sigatoka Negra (Inspeções e Supervisões)	XXXXX XXXX	<p>Numero de Inspeções + Supervisões realizadas em 2007 (ISR) em relação ao planejado (ISP).</p> <p><math>EFC = (ISR / ISP) \times 100</math></p> <p><math>EFC = (20 / 26) \times 100</math></p> <p><b>EFC = 76,92%</b></p>	<p>Percentagem da Área do estado Livre de Sigatoka Negra</p> <p><math>EFE = (CF06/CF05) - 1 \times 100</math></p> <p>AT = Área Total Estado (ha)</p> <p>AL = Área Livre de Sigatoka Negra (ha)</p> <p><math>EFE = (10.276.659 / 90.335.790) \times 100</math></p> <p><b>EFE = 11,38%</b></p>
Unidade de med.:	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:		Relatórios de Viagem de Dalci de Jesus Bagolin	Processo MAPA nº 210120.002662/2—7-09 e IBGE

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador e principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador:

O indicador de eficiência não foi mensurado porque não houve desembolso. As atividades desta ação foram realizadas em conjunto com a ação Erradicação de Cancro Cítrico, sendo custeadas com recursos da mesma.

Não foram atendidas na totalidade as metas definidas para inspeção e supervisão de Sigatoka Negra. No entanto, as 06 supervisões realizadas e suas correspondentes inspeções, correspondem a 40% de amostragem de um total de 15 ULEs de municípios onde foram realizados levantamentos pelo INDEA-MT para declaração de área livre.

Ação: Erradicação do Cancro Cítrico

Processo -Inspeção de prop. e Supervisão de unidades da defesa fitossanitária estadual

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador		
	<b>Eficiência</b>	<b>Eficácia</b>	<b>Efetividade</b>
Erradicação do Cancro Cítrico (Inspeções e Supervisões)	<p>Custo por propriedade inspecionada / ULE supervisionada em 2007(CI) em relação ao custo de 2006</p> <p>CI = VALOR GASTO/Nº PROPR INSPECIONADA</p> <p>EFI= ( CI/ CE )-1 x 100</p> <p>CI 2007 = 4.036,21/33 CI 2007 = R\$ 125,56</p> <p>CI 2006 = 1.177,00/4 = R\$ 294,25</p> <p>EFI = (125,56/294,25) -1 x 100</p> <p>EFI = - <b>57,33 %</b></p>	<p>Numero de Inspeções + Supervisões realizadas em 2007 (ISR) em relação ao planejado (ISP).</p> <p>EFC = ( ISR / ISP ) x 100</p> <p>EFC =( 26 / 33) x 100</p> <p>EFC = <b>126,92%</b></p>	<p>Percentagem de Municípios com Levantamento Realizado</p> <p>EFE =(CF06/CF05) -1 X 100</p> <p>TM = Total de Municípios</p> <p>ML = Municípios com Levantamento</p> <p>EFE = (53/141) X 100</p> <p>EFE = <b>37,59%</b></p> <hr/> <p>Percentagem de Focos Confirmados Erradicados</p> <p>EFE =(CF06/CF05) -1 X 100</p> <p>TM = Total de Focos Conf.</p> <p>ML = Focos Erradicados</p> <p>EFE = (5/5) X 100</p> <p>EFE = <b>100 %</b></p>
Unidade de med.:	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	Relatório do SIAFI e Gestor 2006	Relatórios de Viagem de Dalci de Jesus Bagolin	Relatório da CDSV sobre ações em 2007do Indea-MT

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador e principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador:

Em relação aos focos erradicados, existem focos, principalmente no município de Denise, aguardando confirmação laboratorial.

A quantidade de municípios levantados corresponde ao número exigido convenio MAPA/INDEA-MT.

**PROGRAMA 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS**

Ação – Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados

Processo 1 – Fiscalização das atividades de produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo OGM.

Meta 1: Realizar fiscalização em 120.000 ha de lavouras implantadas na safra 2006/2007 e safrinha 2007, para verificação do cumprimento da legislação de biossegurança. (Área Fiscalizada).

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Relação entre o custo do hectare de lavoura fiscalizada (CUR) em 2007 e a estimativa inicial(CUP).	Relação entre a Área de lavoura fiscalizada (AF) em relação a área de lavoura Programada (AP) para MT, em 2007	XXXXXX
Unidade de medida:	Não aplicável	Porcentagem	Porcentagem	XXXXXX
Fonte:	Não aplicável	SEDESA/SFA/MT; SIAFI	SEDESA/SFA/MT	XXXXXX
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[(CUR2007/CUP2007)X 100 - 100] = X$ $[(0,24/0,24)X100] - 100] = 0,00 \%$	$(AF/AP)X100 = X$ $(100547/120000)X100= 83,79 \%$	XXXXXX
Legenda: CUR = Custo Unitário Realizado CUP = Custo Unitário Programado AF = Área fiscalizada AP = área programada				

Meta 2: Realizar em 2007, 12 fiscalizações em estabelecimentos de beneficiamento de sementes de algodão (6 Estabelecimentos).

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Relação entre o custo unitário por deslindadora fiscalizada (CUR) em 2007 e a estimativa inicial (CUP).	Relação entre o número de Fiscalizações Realizadas em Deslindadoras (FR) e o número de fiscalizações Programadas (FP) para MT em 2007.	XXXXXX
Unidade de medida:	Não aplicável	Porcentagem	Porcentagem	XXXXXX
Fonte:	Não aplicável	SEDESA/SFA/MT; SIAFI	SEDESA/SFA/MT	XXXXXX
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[(CUR2007 / CUP2007) X 100] - 100] = X$ $[(0/338,98) X 100] - 100] = - 100,00 \%$	$[(FR2007) / (FP2007)] x 100 = X$ $[(7) / (12)] x 100 = 58,33\%$	XXXXXX
Legenda: CUR = Custo Unitário Realizado CUP = Custo Unitário programado FR = Fiscalizações realizadas FP = Fiscalizações programadas				

Meta 3: Realizar, em 2007, 2 fiscalizações em experimentos com OGM implantados em MT (4).

Resultado do indicador no exercício

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Não aplicável	Relação entre o custo do experimento fiscalizado em 2007 (CUR) e a estimativa inicial (CUP).	Relação entre o número de Experimentos Fiscalizados (EF) em 2007 e o número de Fiscalizações em Experimentos Programadas (EP) para MT, em 2007	XXXXXX
Unidade de medida:	Não aplicável	Porcentagem	Porcentagem	XXXXXX
Fonte:	Não aplicável	SEDESA/SFA/MT; SIAFI	SEDESA/SFA/MT	XXXXXX
Fórmula de Cálculo	Não aplicável	$[(CUR2007/CUP2007) \times 100] - 100 = X$ $[(105,43/302,31) \times 100] - 100 =$ $- 65,13 \%$	$(FR / FP) \times 100 = X$ $(21/2) \times 100 =$ $1050 \%$	XXXXXX
Legenda: CUR = Custo Unitário Realizado    CUP = Custo Unitário Programado    AF = Área fiscalizada AP = área programada				
<b>EFETIVIDADE</b>				
Conformidade Verificada nas fiscalizações de Organismos Geneticamente Modificados (TCV2007) em 2007, em relação à Taxa de Conformidade Verificada em 2006 (TCV2006) no Estado de Mato Grosso.				
$[(TCV2007 / TCV2006) - 100] \times 100 = X$ $[(99,27/69,31) \times 100] - 100 =$ $43,23 \%$				

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Programa	Desenvolvimento da Bovideocultura
Ação 1	Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovideocultura
Responsável Técnico	Guilherme Reis Codo Dias
Ação 2	Erradicação da febre aftosa
Responsável Técnico	Plínio Leite Lopes
Ação 3	Controle e erradicação da brucelose e tuberculose
Responsável Técnico	Janice Elena Ioris Barddal
Ação 4	Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiiforme bovina – doença da vaca louca
Responsável Técnico	Donizeti Pereira de Mesquita

Programa	Desenvolvimento da avicultura
Ação 1	Prevenção, controle e erradicação das doenças da avicultura
Responsável Técnico	Guilherme Reis Codo Dias

Programa	Desenvolvimento da suideocultura
Ação 1	Prevenção, controle e erradicação das doenças da suideocultura
Responsável Técnico	Reini Braga Moreira
Programa	Desenvolvimento da caprinocultura, equideocultura e ovinocultura
Ação 1	Prevenção, controle e erradicação das doenças da equideocultura, da caprinocultura e da criação de pequenos e médios animais.
Responsável Técnico	Reini Braga Moreira

Programa	Desenvolvimento das culturas oleaginosas e fibrosas
Ação 1	Prevenção e controle de pragas em oleaginosas e plantas fibrosas
Responsável Técnico	Wanderlei Dias Guerra

Programa	Desenvolvimento da fruticultura
Ação 1	Prevenção e controle de pragas da fruticultura
Responsável Técnico	Dalci de Jesus Bagolin
Ação 2	Erradicação do cancro cítrico
Responsável Técnico	Dalci de Jesus Bagolin
Ação 3	Prevenção e controle da Sigatoka Negra
Responsável Técnico	Dalci de Jesus Bagolin
Ação	Erradicação da mosca da carambola
Responsável Técnico	Nilo Silva do Nascimento

Programa	Segurança e qualidade de alimentos e bebidas
Ação 1	Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados
Responsável Técnico	Nilo Silva do Nascimento

Programa	Segurança fitozoosanitária no trânsito agropecuário
Ação 1	Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos
Responsável Técnico	Omar Roberto da Silveira

Ação 2	Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais e seus produtos
Responsável Técnico	Plínio Leite Lopes

#### 4.1.5 - PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIPAG

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) atua em três áreas principais: Inspeção de Produtos de Origem Animal, Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres, e Fiscalização da Qualidade Vegetal. A Área de Inspeção de Produtos de Origem Animal é responsável pelo trabalho de Inspeção Higiênico-Sanitária e Tecnológica de produtos como carne, leite, mel, ovos, pescado e derivados produzidos, manipulados ou armazenados no Mato Grosso, que se destinam à comercialização interestadual e internacional. É responsável também pela análise prévia para o registro de novos estabelecimentos e pela aprovação de rótulos de produtos. A Unidade de Gestão zela pela observância da higiene alimentar, pela aplicação da legislação pertinente, inculcando confiança nos consumidores com relação à inocuidade e qualidade dos produtos oferecidos ao mercado. A área de Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres atua no registro, inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores, importadores e exportadores de bebidas e vinagres no Estado de Mato Grosso e seus respectivos produtos. A Qualidade Vegetal promove a fiscalização da classificação dos produtos de origem vegetal quando o produto for destinado diretamente ao consumo humano, nas importações e nas compras do Poder Público. A fiscalização da classificação vegetal tem por finalidade garantir o cumprimento dos dispositivos legais, coibindo a comercialização dos produtos que estejam em desacordo com as normas de identidade e os padrões de qualidade. A atuação da qualidade vegetal, exercida pela SFA e por empresas credenciadas pelo MAPA, fiscalizadas por esta Unidade de Gestão, se dá no comércio em geral, com especial atenção aos produtos destinados a cestas básicas.

Na área de Inspeção de Produtos de Origem Animal destacamos duas ações a **Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal; (INSPANIAML 2)**, por sua materialidade, os recursos disponibilizados para esta ação representam 60,5% do total de recursos disponibilizados para o setor e a **Fiscalização contra a fraude e a clandestinidade dos produtos de origem agropecuária; (FISCFRAUDE)**, por sua relevância para o cidadão.

#### 4.1.5.1 - Programa - 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

##### A - Dados gerais

**Tabela 1 – Dados Gerais do Programa**

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.
Gerente do programa	Judi Maria da Nóbrega
Gerente executivo	Judi Maria da Nóbrega, Joaquim Guimarães Botaro e Clóvis da Costa Knabenn.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) Taxa de ações fiscais efetuadas em relação ao total de amostras com desvio coletadas no Mato Grosso no ano de 2007. Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário
Público-alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária, consumidores nacionais e internacionais, instituições públicas e privadas, estabelecimentos produtores nacionais e internacionais, importadores, exportadores, atacadistas e comerciantes de produtos de origem animal e vegetal,

##### B - Principais Ações do Programa

- **Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal; (INSPANIAML 2)**
- **Fiscalização contra a fraude e a clandestinidade dos produtos de origem agropecuária; (FISCFRAUDE)**
- **Controle de qualidade na garantia da conformidade, segurança e inocuidade dos produtos de origem animal; (CONTROPOA)**
- **Tipificação e classificação de produtos de origem animal (TIPPRODUTO)**
- **Inspeção de bebidas, vinagres e outros produtos de origem vegetal. (IPVEGETAL)**
- **Padronização e classificação de produtos vegetais (PADCLASSIF)**



## C - Gestão das Ações

### C1 - Ação - Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal; (INSPANIAML 2)

#### Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Finalística
<b>Finalidade</b>	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e sub-produtos de origem animal, Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, sub-produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.
<b>Descrição</b>	Inspecionar e fiscalizar a produção de produtos e sub-produtos de origem animal, para Garantir a sanidade e confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário.
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Carlos Rogério Franco
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Equipe de Fiscais Federais do SIPAG/MT

## Resultados

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas</b>				
<b>Ação 1 Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal; (INSPANIAML 2)</b>	184	119	R\$ 229.519,39	R\$ 227.968,94

A meta física depende do número de estabelecimentos registrados, bem como das habilitações ao mercado internacional que os estabelecimentos sob registro no Serviço de Inspeção Federal possuem. Para os estabelecimentos que produzem exclusivamente para o mercado interno existe a exigência de duas supervisões de acompanhamento estadual por ano, para aqueles habilitados ao comércio internacional, sem exigências específicas segue-se o mesmo padrão da legislação brasileira, entretanto para os estabelecimentos habilitados a Mercado especiais como o mercado comum europeu há a exigência de uma supervisão por trimestre. Além das supervisões realizadas pelo estado, há o acompanhamento das auditorias nacionais e missões estrangeiras.

A meta financeira é elaborada de acordo com as solicitações mensais, encaminhadas por e-mail ao gestor nacional do programa, estas são ordenadas tendo por base a mão de obra disponível para sua execução e visando o cumprimento das exigências legais ou o cumprimento de acordos internacionais. No estado de Mato Grosso há 52 estabelecimentos de Mercado interno sendo 07 deles Matadouros Frigoríficos e os demais indústria de laticínios; dois Matadouros Frigoríficos habilitados ao Comércio com EUA, seis que exportam para Mercado Comum Europeu e Dezesesseis habilitados aos países de Lista Geral.

### **C2 - Ação - Fiscalização contra a fraude e a clandestinidade dos produtos de origem agropecuária; (FISCFRAUDE)**

#### Dados gerais

Tabela 3– Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Finalística
<b>Finalidade</b>	Combater a falsificação de produtos de origem animal e vegetal e a fraude de ordem econômica;.
<b>Descrição</b>	Fiscalização do produto acabado (industrial) e de estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos

	de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário.
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Carlos Rogério Franco
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Fiscais Federais Agropecuários do SIPAG/MT

## Resultados

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas</b>				
<b>Ação 2 Fiscalização contra a fraude e a clandestinidade dos produtos de origem agropecuária; (FISCFRAUDE)</b>	48	61	R\$ 64.067,98	R\$ 63.018,32

A meta física da ação 2. foi calculada com objetivo de coibir a ocorrência de fraude por excesso de absorção de água em carnes de aves, Há um programa especial de controle dessa fraude sob a coordenação nacional do DICA/DIPOA, sendo realizadas coletas de uma amostra mensal nas indústrias produtoras e amostras aleatórias nos mercados varejistas.

No estado existem sob SIF, 04 (quatro) empresas de abate de aves. Durante o ano de 2006, ações foram tomadas com intuito de coibir a ocorrência de fraude, tendo sido adotadas medidas severas de controle interno, atendendo o disposto no Ofício Circular DIPOA nº. 09/2004 de 16/06/2004 e nº. 10/2005 de 03/05/2005.

Citamos ainda nas medidas de combate à fraude, as ações voltadas para as indústrias de laticínios que comercializam leite UHT. Além disso, nesta ação são incluídos os atendimentos as denúncias, e neste caso não se prevê uma demanda a ser executada.

## 5.0 - Desempenho operacional do das ações da área animal do SIPAG

Para a ação **inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal**, utilizamos como indicadores de eficácia e eficiência o numero de supervisões realizadas nos estabelecimentos sob SIF. Estes dados nos permitem basicamente acompanhar dois parâmetros: a nossa capacidade de executar as programações que nos propomos e a nossa capacidade em executar o acompanhamento estadual, nos estabelecimento com registro no Serviço de Inspeção Federal, previsto na legislação e nos acordos sanitários internacionais firmados quando da abertura de mercados pelo país. Contemplamos ainda como indicador de efetividade o previsto no PPA: Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). O sistema APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle) é um programa de autocontrole elaborado e implementado pela empresa produtora que tem por objetivo a garantia, efetividade e eficácia do controle dos perigos à produção de alimentos. Cabe a Inspeção Federal fiscalizar a perfeita implementação deste sistema e o uso desta ferramenta, internacionalmente reconhecida com objetivo de aumentar a segurança (e a qualidade) dos alimentos produzidos pelas indústrias de alimentos (especialmente nos segmentos de carnes e derivados, leites e derivados, pescado e derivados) em âmbito nacional. Este indicador representa para a sociedade brasileira, e mais especificamente de Mato Grosso, o aumento da competitividade da Indústria de alimentos e ainda um aumento das exportações através da adequação das empresas, para o mercado externo.

Para a ação **Fiscalização contra a fraude e a clandestinidade dos produtos de origem agropecuária; (FISCFRAUDE)**, utilizamos como indicadores de eficiência o numero de amostras frango congelado, conforme do total de amostras coletadas em estabelecimentos sob SIF no Mato Grosso no ano de 2007 e de eficácia Quantidade de amostras coletadas em relação às programadas para o ano de 2007. Estes dados nos permitem basicamente acompanhar dois parâmetros: a nossa capacidade de executar as programações que nos propomos quanto à coleta de amostras de frango congelado, produzidos no estado, sob Inspeção Federal e a nossa capacidade em executar o acompanhamento da produção de frango congelado desses estabelecimentos, bem como implementar as ações fiscais pertinentes nos casos de desvios, impedindo que os produtos fraudados cheguem ao mercado consumidor. Contemplamos ainda como indicador de efetividade: **Taxa de ações fiscais efetuadas em relação ao total de amostras coletadas no Mato Grosso, com desvio, no ano de 2007.**

. Este indicador demonstra para a sociedade brasileira, e mais especificamente de Mato Grosso, que através da fiscalização o MAPA tem buscado além de garantir um alimento seguro, coibir a fraude no comercio de frango congelado, autuando os infratores, garantindo o respeito aos direitos do consumidor.

Os indicadores utilizados para avaliação do desempenho da gestão das ações pertinentes ao Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários foram os seguintes: Indicador de Eficácia; Indicador de Eficiência; Indicador de Efetividade. Os item “c”, “d”, “e” e “f” contam no quadro abaixo:

**Ação 1. Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal; (INSPANIMAL – 2)**

Meta Pactuada : Realizar acompanhamento Sanitário, cumprindo os requisitos legais em 100% dos estabelecimentos com SIF no estado de Mato Grosso no ano de 2006.

Resultados dos indicadores no exercício:

Atributo	Indicador	
	<b>Eficiência</b>	<b>Eficácia</b>
Descrição:	Numero de estabelecimento que cumpriram os requisitos de supervisão em 2007 em relação ao fiscalizado em 2006.	Quantidade de estabelecimentos com supervisão realizada em relação ao programado para o ano de 2007.
Unidade de med.:	Estabelecimento supervisionado (%)	Estabelecimento supervisionado (%)
Fonte:	Os relatórios encontram-se arquivados em pasta específica sob a SIPAG/SFA/MT.	Os relatórios encontram-se arquivados em pasta específica sob a SIPAG/SFA/MT.
Fórmula de Cálculo	EF/2006 = Estabelecimento supervisionado em 2006 EF/2007 = Estabelecimento supervisionado em 2007  $((ER2007/EF/2006) - 1) \times 100$	QEFs = Quantidade de estabelecimento supervisionado QP = Quantidade Programada $((QPFs/QP) - 1) \times 100$
Calculo	$(ER2007/EF/2006) \times 100$ $(30/24) - 1 \times 100)$ $(1,25 - 1) \times 100 =$ $(0) = 25\%$	$((QEFs/QP) - 1) \times 100$ $(119/184) - 1) \times 100 =$ $(0,64 - 1) \times 100 =$ $( - 0,36 \times 100) = -36\%$
<b>Efetividade</b>		
Número de Estabelecimentos de abate com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) Estabelecimentos de abate no MT: 35 Numero de estabelecimentos com APPCC implantado: 18  Atualmente no estado do Mato Grosso mais de 50% dos estabelecimentos já apresentam sistema de APPCC implantado.  Fonte: SIPAG/SFA/MT		

**Ação 2. Fiscalização contra a fraude e a clandestinidade dos produtos de origem agropecuária; (FISCFRAUDE)**

Meta Pactuada : Realizar coleta pelo SIPAG de uma amostra mensal para Dripping teste em 100% os estabelecimentos que abatem aves, com SIF no estado de Mato Grosso no ano de 2007.

Resultados dos indicadores no exercício

Atributo	Indicador	
	<b>Eficiência</b>	<b>Eficácia</b>
Descrição:	Numero de amostras frango conforme do total de amostras coletadas em estabelecimentos sob SIF no Mato Grosso no ao de 2007.	Quantidade de amostras coletadas em relação às programadas para o ano de 2007.
Unidade de med.:	Amostras conformes(%)	Amostras coletadas (%)
Fonte:	Os dados encontram-se arquivados em pasta específica sob a SIPAG/SFA/MT.	Os dados encontram-se arquivados em pasta específica sob a SIPAG/SFA/MT.
Fórmula de Cálculo	AC/2007 = Amostras conformes ACol/2007 = Amostras Coletadas 2007  $((AC2007/ACol/2007) - 1) \times 100$	QACs = Quantidade de amostra coletadas QAP = Quantidade de amostra Programada $((QACs/QAP) - 1) \times 100$
Calculo	$((AC2007/ACol/2007) - 1) \times 100$ $( 212/240 - 1)) \times 100 = 88,3\%$	$((QACs/QAP) - 1) \times 100$ $((240/240) - 1) \times 100 = 0$

**Efetividade**

Amostra coletada (ACol) : 240 amostras

Amostras em desvio (Ads): 28

Numero de ações fiscais implementadas referentes aos desvios: (AFi) 28

$((QADs/AFi) - 1) \times 100$

$((28/28) - 1) \times 100 = 0$

$(1 - 1) \times 100 = 0\%$

**Taxa de ações fiscais efetuadas em relação ao total de amostras coletadas no Mato Grosso, com desvio, no ano de 2007.**

Fonte: SIPAG/SFA/MT

### C3 – Ação de Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de origem Vegetal

#### - Dados gerais

Tabela 4 – Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal ofertados à população.
Descrição	Registro, inspeção e fiscalização de pontos industriais nacionais de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal, bem como, análise prévia à importação desses produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas CGVB/DIPOV/SDA
Coordenador nacional da ação	Graciane G. Magalhães de Castro
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Joaquim Guimarães Botaro

Tabela 5 – resultados da ação

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
Programa: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas				
Ação 1 - - Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de origem Vegetal				
Processo 1: Inspeção de estabelecimentos, produtos e processos tecnológicos de fabricação de vinhos e bebidas em geral.	100	53	R\$ 43.074,84	R\$ 10.700,43

O quantitativo das Inspeções e fiscalizações realizadas foi menor que o programado, tendo em vista alguns fatores que ocorreram durante o ano e que prejudicaram o desempenho normal das ações a saber: Número reduzido de fiscais na área, sendo que atualmente o número ideal de fiscais para a respectiva área deveria ser de 5 (cinco) e contamos apenas com 2 (dois). Também a demora na descentralização de recursos financeiros que corresponderam aos primeiros meses do ano, provocou uma alteração na programação, contribuindo também para o reduzido número de ações fiscais, em relação ao programado. Ainda com referência aos empecilhos que dificultaram o total atendimento das metas programadas, podemos citar a falta de disponibilização de veículos para execução das ações durante todo o ano.

Considerando todas estas adversidades enfrentadas, destacamos que os trabalhos que foram possíveis de serem levados a efeito, obtivemos os resultados plenamente esperados.

#### **C41 - Ação - 4746 - Padronização e Classificação de Produtos Vegetais**

- Dados gerais

Tabela 6 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Finalidade</b>	Certificar a identidade e a qualidade de produtos vegetais.
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos vegetais; elaboração de regulamento técnico para validação de padrões; classificação dos produtos para certificação de identidade e qualidade antes de serem colocados à disposição dos consumidores; e fiscalização da identidade e da qualidade nas fases de preparação, embalagem e comercialização.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>SDA- Secretaria de Defesa Agropecuária</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<u>Coordenação Geral da Qualidade Vegetal</u>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Fernando Guido Penariol</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	<b>Clovis Costa Knabben</b>

Tabela 7 – resultados da ação

Programas/Ações/Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
<b>Programa: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas</b>				
<b>Ação 1 - Padronização e Classificação de Produtos Vegetais</b>			42.556,36	24.822,96
Fiscalização/Inspeção Empresas	80	101		
Produto Fiscalizado Ton	10.000	4.327		

#### **- Resultados**

O estado de Mato Grosso dispõe de aproximadamente 8.000 estabelecimentos que comercializam alimentos, perto de 180 empresas embaladoras de alimentos e conta com 11 empresas credenciadas junto ao



MAPA para executar serviços de Classificação Vegetal. Para fazer face à necessidade do trabalho de Fiscalização exigido para esta atividade contamos apenas com 01 Fiscal Federal Agropecuário.

Em razão das dificuldades acima descritas e em comum acordo com a Coordenação Nacional da Qualidade Vegetal, optamos por desenvolver uma estratégia de realizar previamente um trabalho de conscientização do setor envolvido, com uma fiscalização mais focada na orientação, razão pela qual o número de Autuações no exercício foi bastante reduzido, uma vez que não dispúnhamos de pessoal para acompanhar muitos processos administrativos. Visitamos 101 empresas embaladoras e comerciantes, o que desencadeou uma ampliação muito significativa da procura por informações junto ao serviço de Classificação Vegetal, por parte das empresas embaladoras de alimento, resultando em uma ação conjunta com as entidades representativas do setor industrial e comercial. Em parceria com entidades como a FIENTM, o Sindicato dos Embaladores de Mato Grosso, Sindicato da Indústria de Alimentos de Rondonópolis e Região Sul e Associação das Empresas Embaladoras de Alimentos de Mato Grosso conseguimos sensibilizar o segmento para a importância da Classificação Vegetal, aumentando significativamente a demanda pelo serviço junto às Empresas credenciadas. O resultado foi surpreendente, com uma melhora muito significativa na qualidade dos produtos oferecidos ao consumidor, principalmente Arroz e Feijão, melhorando além da qualidade do produto as relações comerciais (concorrência) no Setor, que ficaram mais justas, privilegiando as empresa mais preocupadas com a qualidade. Como consequência também ocorreu uma forte demanda por Cursos de formação de classificadores, que estão sendo ministrados pelas empresas credenciadas e por FFAs de outros estados da federação. Para o próximo exercício teremos condições de quantificar mais detalhadamente estes dados.

Pelo trabalho realizado o estado de Mato Grosso foi convidado pela primeira vez a participar de Comissões de revisão dos Padrões de Identidade e Qualidade oficiais de produtos vegetais, coordenados pelo MAPA CGQV - Brasília. Participamos ativamente na Comissão que revisou o padrão da Soja, publicado em 15/05/2007, através da Instrução Normativa 11; também na comissão que revisou o Padrão do feijão (Portaria 161/87) e está aguardando publicação. Atualmente estamos trabalhando junto à Comissão de Revisão da Portaria 269, que define o padrão de qualidade do Arroz, onde estamos desenvolvendo um trabalho de pesquisa de dados em parceria com a EMBRAPA, empresas credenciadas, UFMT e FAMATO.

Com a recente publicação de um novo decreto para regulamentar a Lei 9972, que institui a Classificação Vegetal no país, vai ser necessário revisar o restante dos padrões dos 65 produtos regulamentados pelo MAPA, e já recebemos um convite para participar dos trabalhos.

Pela necessidade do intercambio de informações técnicas sobre os produtos a serem padronizados, desenvolvemos uma boa relação e contatos com a pesquisa, através da Embrapa Arroz e Feijão, da empresa Agronorte, que desenvolve pesquisa voltada para a cultura do arroz em Mato Grosso, bem como com o

IRGA – Instituto Riograndense de Pesquisa agropecuária, além de acompanhamento de trabalhos acadêmicos voltados para pesquisa de arroz junto à Universidade Federal de Mato Grosso.

Na área de soja participamos da Comissão de Classificação Vegetal da APROSOJA MT, que está desenvolvendo um projeto de Classificação Vegetal junto aos seus associados, na verificação da conformidade do resultado de classificação, com a previsão de coleta e classificação de 1.200 amostras de soja que deverão ser comparadas com os resultados das empresas compradoras de soja, usando como parâmetro a Instrução Normativa 11, que define o Padrão de qualidade e Identidade para o produto.

Mesmo com o atraso na descentralização dos recursos financeiros efetuamos 101 fiscalizações de embaladoras e comerciantes de produtos vegetais, além de 15 inspeções nas 11 empresas credenciadas, o que resultou na média de 1,36 inspeção por empresa.

Estava programada a lotação de um FFA ingresso no último concurso para este setor, mas o mesmo foi desviado para o estado do Rio Grande do Sul, onde a necessidade era mais premente. Contamos nos meses de julho e agosto com a colaboração de um técnico classificador cedido pelo INDEA-MT, que realizou a classificação fiscal das amostras coletadas naquele período. Apesar de contarmos com um laboratório de Classificação Vegetal não dispomos de técnicos classificadores para realizar o trabalho, que está sendo feito por empresas credenciadas.

A diferença entre a meta financeira prevista e executada é em razão da programação ter sido prevista considerando a lotação de mais um FFA e a realização de convenio com o INDEA-MT para a disponibilização de um Técnico Classificador, bem como diárias para o aproveitamento de FFAs de outros setores para auxiliar o trabalho de fiscalização.

A diferença da meta física de produto fiscalizado foi ocasionada pela mudança de estratégia no foco da fiscalização que passou a ser mais orientativa, reduzindo o volume do produto fiscalizado o que possibilitou o aumento do número de empresas fiscalizadas, por reduzir o tempo de fiscalização, uma vez que optamos por não realizar a coleta de amostras.

## **5.2 - Desempenho operacional da área vegetal do SIPAG**

### **5.2.1 - Ação de Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de origem Vegetal**

#### **a) Utilidade**

Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal ofertados à população. b) Tipo: Eficiência, Eficácia e Efetividade.

#### **b) Fórmula de cálculo. Vide tabela**

#### **c) Método de aferição.**

A aferição da eficiência de cada processo podemos medir comparando o número de estabelecimentos inspecionados no decorrer do ano de 2006, com o ano de 2007 e a eficácia é o número de estabelecimentos inspecionados no decorrer do ano de 2007, com o número programado para o mesmo ano.

Processo: Inspeção de estabelecimentos, produtos e processos tecnológicos de fabricação de vinhos e bebidas em geral.

Meta Pactuada: Inspeccionar 100% dos estabelecimentos produtores de bebidas e vinagres com registro no MAPA/SFA/MT no ano de 2007.

## Resultados dos indicadores no exercício

Atributo	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Numero de estabelecimentos inspecionados no ano de 2007 em relação ao numero de estabelecimentos inspecionados em 2006.	Numero de estabelecimentos inspecionados em 2006 em relação ao numero de inspeções programadas para o ano de 2006.
Unidade de med.:	Estabelecimento inspecionado (%)	Estabelecimento inspecionado (%)
Fonte:	SIPAG/SFA	SIPAG/SFA,
Fórmula de Cálculo	EI2007 = estabelecimento inspecionado 2007 EI2006 = estabelecimento inspecionado 2006  $((EI/2007/EI2006) - 1) \times 100 =$	IR = Inspeções Realizadas IP = Inspeções Programadas  $((IR/IP) - 1) \times 100 =$
Calculo	$((EI/2007/EI2006) - 1) \times 100 =$ $(53/46) - 1) \times 100 =$ $(1,152 - 1) \times 100 =$ $0,152 \times 100 = 15,21$	$((IR/IP) - 1) \times 100 =$ $((53 /100) - 1) \times 100 =$ $(-0,53 - 1) \times 100 =$ $-0,47 \times 100 = - 47$

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Equipe SEPDAG/DT/SFA/MT(bebidas)

### 5.2.2 -Ação de Padronização e Classificação de Produtos Vegetais

a) Utilidade:

b) Tipo: Eficiência, Eficácia e Efetividade.

c) Fórmula de cálculo. Vide tabela

d) Método de aferição.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Classificação Vegetal

f) Resultado do indicador no exercício.

## Meta 1

Ação: Padronização e classificação de produtos vegetais (PADCLASSIF)

Processo: Fiscalização de Produtos

Meta Pactuada: Fiscalizar 10.000 toneladas de produtos vegetais

Processo: Fiscalização de Produtos

Meta Pactuada: Fiscalizar 80 ton de produto em 2006.

Atributo	Indicador	
	<b>Eficiência</b>	<b>Eficácia</b>
Descrição:	Quantidade de produto fiscalizado em 2007 em relação à quantidade de produto fiscalizado em 2006	Quantidade de produto fiscalizado relação ao programado para o ano de 2007.
Unidade de med.:	Produto fiscalizado (Ton)	Produto fiscalizado (Ton)
Fonte:	SIPAG/SFA	SIPAG/SFA
Fórmula de Cálculo	QPF/2006 = Quantidade de produto fiscalizado 2007 QPF/2005 = Quantidade de produto fiscalizado 2006 $((FR2006/FR/2005) - 1) \times 100$	QPF = Quantidade de produto fiscalizado QP = Quantidade Programada $(QPF/QP) \times 100$
Calculo	$((QPF2006/QPF/2005) - 1) \times 100 =$ $((4372/247) - 1) \times 100 =$ $(17,7 - 1) \times 100 =$ $16,7 \times 100 = - 1.670\%$	$((QPF/QP) - 1) \times 100 =$ $((4372/10.000) - 1) \times 100 =$ $(0,43 - 1) \times 100 =$ $-0,56 \times 100 = - 56,28\%$

Houve significativo aumento da quantidade de produto fiscalizado em relação ao ano anterior, demonstrando claramente uma evolução na eficiência do trabalho.

A Eficácia ficou aquém do programado pela alteração na estratégia adotada para o trabalho, que foi focada numa ação mais orientativa do segmento produtivo, preparando terreno para uma ação mais sólida no ano seguinte.

### **4.1.6 - PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DA DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO – DAD**

#### **4.1.6.1 - PROGRAMA: - Apoio Administrativo**

##### **A) Dados Gerais**

Prover ao órgão os meios administrativos para a implementação e gestão dos programas finalísticos.

Capacitar servidor para melhor desempenho de suas atividades no Órgão.

**Tabela 1 – Dados gerais do Programa**

Tipo de Programa	Apoio Administrativo
Objetivo Geral	Apoio, na manutenção e funcionamento dos setores da Unidade, voltada as atividades da área meio e fim da Unidade buscando desempenhar de forma transparente, correta e eficaz dentro de sua capacidade de recursos humanos necessário para desempenhar com melhor precisão suas atividades.
Gerente do Programa	Luiz Chaguri Neto
Gerente Executivo	Rosinete Silvia Castro Ortega
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não existe no Programa Plurianual indicadores para o programa Apoio Administrativo. No entanto utilizamos os indicadores de Economicidade e Eficácia para avaliação do desempenho das ações administrativas da SFA/MT.
Público-alvo (beneficiário)	Serviços, Setores e Seções da Unidade

## **B – Principais Ações do Programa**

- Ação – Manutenção de Veículos
- Ação – Utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal na modalidade saque
- Ações: Capacitação de Servidor

**Objetivo:** Administrar e promover a execução das atividades de administração, planejamento e orçamento da Unidade, assegurando as condições necessárias para a manutenção e funcionamento da Unidade.

## **C – Gestão de Ações**

### **C. 1 - Ação – Manutenção de Veículos**

Esta ação busca mostrar a economicidade do valor pago pela Administração para os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da Superintendência em relação ao mercado atual.

**Tabela 2 – Dados gerais da Ação**

Tipo	Economicidade
Finalidade	Economia no valor pago pela Administração para os serviços de manutenção preventiva e corretiva em um veículo em relação ao mercado atual.
Descrição	Custo da hora contratada para a manutenção preventiva e corretiva em um veículo da SFA/MT, em relação à média de mercado pesquisada em 2007.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Apoio as Superintendências
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Área responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão Administrativa Seção de Atividades Gerais
Coordenador nacional da ação	Luiz Chaguri Neto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Rosinete Silvia Castro Ortega Creuza Martinha das Chagas

## C.2 – Ação – Utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal na modalidade saque

**Tabela 3 – Dados gerais da Ação**

Tipo	Eficiência
Finalidade	Esta ação busca demonstrar a eficácia do uso do Cartão de pagamento do Governo Federal, na modalidade credito de 2007 em relação a 2007.
Descrição	Reduzir o quantitativo de utilização do Cartão de pagamento do Governo Federal na modalidade saque no exercício de 2007 em relação ao exercício de 2006
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Apoio as Superintendências
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT

Área responsáveis por gerenciamento ou execução	Seção Orçamentária e Financeira - SEOF
Coordenador nacional da ação	Luiz Chaguri Neto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jose Geraldo Ferreira de Souza

### C.3 – Ações: Capacitação de Servidor

#### 4.1.1.3.1.2.1. Dados gerais

Esta ação busca promover a capacitação de servidor para melhor desempenho de suas atividades na Unidade. É de fundamental importância para o desempenho das atividades dos servidores na Unidade.

Tipo	Eficácia
Finalidade	Proporcionar condições de capacitação aos servidores da SFA/MT, para melhorar desempenho de suas atividades na Unidade.
Descrição	Numero de servidores capacitados da SFA/MT em 2007 em relação ao programado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Recursos Humanos - MAPA
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Área responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Recursos Humanos
Coordenador nacional da ação	Luiz Chaguri Neto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Juracy Vaz de Medeiros

### . Resultados

Através dos demonstrativos apresentado neste Relatório de Gestão, verifica-se que foram positivos os resultado alcançados pela administração no desempenho de suas atividades no exercício de 2007,



considerando a falta de recursos necessários para executar as atividades proposta pela Unidade, causado pelo corte de 30% do orçamento e a falta de recursos humano necessário para suprir as necessidades nas áreas de apoio administrativo, dificultando assim o desempenho das atividades da Unidade.

Através do indicador de economicidade pode-se verificar que a Superintendência por meio de realização de procedimentos licitatório, conseguiu reduzir em 6,25% o custo/hora da contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva para a frota de veículos da SFA/MT.

Outro fator que contribuiu para a economicidade das despesas de manutenção dos veículos inicialmente estimado para o ano de 2007 foi pela aquisição de novos veículos para a Superintendência no final do ano de 2006 e 2007, dessa forma a demanda para utilização dos serviços de manutenção de veículos ficou inferior do valor inicialmente programado.

A aplicação do indicador de eficácia na ação de utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal na modalidade saque no exercício de 2007 em relação ao ano de 2006, permitiu demonstrar a mudança do uso do cartão de pagamento do Governo Federal na modalidade saque.

A Superintendência buscou ao longo do exercício de 2007, apesar das deficiências encontrada para implementação da meta proposta diminuir em 80% a utilização do cartão na modalidade saque.

Apesar das dificuldades encontrada pela administração em administrar os recursos no PI MANUTMT, devido ao corte de 30% do valor inicialmente programado para o exercício de 2007, e do quadro de funcionário reduzido por falta de servidor para atuar na área financeira a ação foi eficaz, foi preciso a conscientização dos usuários do cartão corporativo para que pudéssemos alcançar o objetivo proposto, de reduzir em 80% o uso do cartão na modalidade saque, a administração buscou aplicar o uso do cartão somente na modalidade crédito, excedendo somente em caso extremo sem que isso viesse contribuir para prejuízo das atividades da área fim.

*Metas Físicas e Financeiras realizadas*

**Resultados da Ação : Manutenção dos veículos da SFA/MT**

<i>PREVISTA</i>		<i>REALIZADAS</i>	
<i>FÍSICA</i>	<i>FINANCEIRA</i>	<i>FÍSICA</i>	<i>FINANCEIRA</i>
100 %	104.000,00	57,71 %	60.021,07

### **Resultados da Ação – Utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal**

PREVISTA		REALIZADAS	
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
30 % *	48.194,78 **	5,29 % ***	6.211,00

\* Máximo permitido pela legislação

\*\* Valor correspondente a 30% do total gasto com cartão corporativo em 2006 (160.649,27)

\*\*\* Percentual de saques (6.211,00) em relação ao total gasto com cartão corporativo (117.279,81) em 2007

### **Resultados da Ação: Capacitação de Servidor**

PREVISTA		REALIZADAS	
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
4	10.667,90	4	13.667,90

## **5. Desempenho Operacional das ações do DAD**

### a) Utilidade:

A razão do uso dos indicadores de economicidade é demonstrar a economia da despesa para esta atividade no que diz respeito ao cumprimento das metas programadas, a relação entre essa execução e o recurso aplicado, com o objetivo de economizar os recursos e gerenciá-lo melhor no próximo exercício.

A razão do uso do indicador eficácia é demonstrar o percentual da meta prevista para utilização do uso do Cartão de pagamento do Governo Federal na modalidade saque no exercício de 2007 e o resultado alcançado.

A razão do uso do indicador do indicador eficácia da meta prevista de capacitação de servidores da SFA/MT é demonstrar o percentual alcançado da meta prevista em relação ao programado.

### b) Tipo: Economicidade, Eficiência e Eficácia

### c) Fórmula de cálculo: tabelas anexas

**Ação: Manutenção de Veículos da SFA/MT.**

Meta: Reduzir o valor pago no contrato de prestação de serviços de mecânica no ano de 2007

Atributo	Indicador
	Economicidade
Descrição:	Custo da hora contratada para a manutenção Preventivo-corretiva em um veículo da SFA/MT em relação à média de mercado pesquisada, em 2007.
Unidade de medida	Porcentagem
Fonte:	SAG/SFA/MT - Média de preços dos orçamentos encaminhados a SFA/MT.
Fórmula de Cálculo	A= Custo da hora contratada para manutenção de veículos da SFA/MT (R\$) A= 30,00  B= Custo médio pesquisado no mercado da hora para manutenção de veículos (R\$) B=32,00  $E = [(A/B)-1] \times 100$ $E= [(30/32)-1] \times 100$ E= -6,25%

**Ação: Utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal**

Meta: Esta ação busca reduzir o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, na modalidade saque no exercício de 2007 em relação a 2006.

Tipo	Indicador
	Eficiência
Descrição	Reduzir o quantitativo de utilização do Cartão de pagamento do Governo Federal na modalidade saque no exercício de 2007 em relação ao exercício de 2006 Valor quantitativo de saque do Cartão de

	pagamento do Governo Federal na modalidade saque no exercício de 2007 em relação ao exercício de 2006
Unidade de med.:	Porcentagem
Fonte:	Setor Orçamentário e Financeiro da SFA/MT - Média dos valores utilizados com Cartão de pagamento do Governo Federal na SFA/MT.
<b>Fórmula de Cálculo:</b>	<p>A= Valor de utilização do Cartão de pagamento do Governo Federal na modalidade saque no exercício de 2007 A= 6.211,00</p> <p>B= Valor de utilização do Cartão de pagamento do Governo Federal na modalidade saque no exercício de 2006 B= 115.886,00</p> <p><math>E = [(A/B)-1] \times 100</math>  <math>E = [(6.211,00/115.886,0)-1] \times 100</math>  <math>E = [(0,05368)-1] \times 100</math>  <math>E = -94,63\%</math></p>

**Ação: Capacitação de Servidor**

Atributo	Indicador
Tipo	Eficácia
Descrição	Número de servidores da SFA/MT, capacitados em 2007, em relação ao programado.
Unidade de medida	Porcentagem
Fonte:	Recursos Humanos da SFA

<b>Fórmula de Cálculo</b>	A= Número programado de servidores para serem capacitados A= 4 B= Número de servidores capacitados B=4 E = (A/B) x 100 E= [(4/4)] x 100 E= 100%
	(A= Número programado de servidores para serem capacitados B= Número de servidores capacitados)

d) Método de aferição:

Os resultados das metas físicas e financeiras das ações contempladas no presente relatório encontram-se disponíveis na Seção de Atividades Gerais e Setor Orçamentário e Financeiro, Setor de Transporte e Documental da SFA/MT, Serviço de Recursos Humanos fazem parte do processo de licitação, processo de pagamento e nas pastas de controle da frota de veículos, bem como registradas em arquivos eletrônicos, elaborados a partir de softwares como o Microsoft Word, Excel.

No que se referem às metas financeiras, as informações encontram-se disponíveis em dois sistemas informatizados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quais sejam o Sistema de Gestão Orçamentária - SIOR e Sistema de Integração Financeira – SIAFI.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Divisão Administrativa – DAD

Seção de Atividades Gerais – SAG.

Seção Orçamentária e financeira – SEOF

Serviços de Recursos Humanos - SRH

F) Resultado do indicador no exercício

Avaliando o indicador de economicidade pode-se verificar que a Superintendência, através de procedimento licitatório, conseguiu reduzir em 6,5% o custo/hora para contratação da manutenção preventiva e corretiva para a frota de veículos da SFA/MT, em relação ao valor de mercado atual.

O pagamento das despesas com manutenção dos veículos diminuiu significativamente e o fator preponderante que contribuiu foi devido à renovação da frota de veículos da SFA/MT no final do exercício de 2006 e 2007.

A avaliação do indicador eficiência das Ações prevista para a utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal e para a capacitação de servidores da SFA/MT é demonstrar o percentual alcançado da meta prevista em relação ao programado.

A utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal na modalidade saque diminuiu significativamente no exercício de 2007 devido à conscientização e adequação do uso do mesmo, apesar de algumas dificuldades encontradas em alguns municípios e locais de uso. Com relação à capacitação dos servidores o indicador de eficácia desta meta foi positivo, pode ser constatado o número de servidores programado do número de servidores capacitado alcançado.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

No ano de 2007 o percentual de economicidade das despesas com os serviços de manutenção dos veículos da SFA/MT foi maior, devido à média dos valores de mercado encontrado e os valores licitados, porém teve uma economia na utilização dos valores inicialmente proposto os serviços devido à aquisição de novos veículos para a Superintendência no exercício de 2007.

Com relação à Utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal no exercício de 2007 em relação ao ano de 2006, foi positivo, devido à implementação total na forma de liberação dos recursos destinados com uso do Cartão, passando que totalmente ser utilizado na modalidade saque, poderia ser melhor se todos os municípios e locais de utilização do cartão aceitassem.

O PI CAPACITA, é centralizado na Sede em Brasília, no exercício de 2007, foi previsto apenas 04 capacitação de servidores da Unidade pelo PI CAPACITA, para treinar nas atividades em que atuam e foram atendidos conforme programado.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve insucesso houve aprimoramento

Faremos um levantamento atualizado das necessidades de capacitação e aperfeiçoamento em toda área administrativa e técnica para programação de capacitação nas atividades em que atuam, com isso vira melhorar o desempenho nas suas atividades.

### **Informações Complementares**

## **1 - GESTÃO DE PESSOAS**

Cabe ao Serviço de Recursos Humanos da SFA/MT sob a Coordenação e Supervisão da CGARH/SE/MAPA o papel de gerenciar e controlar o cadastro dos servidores, benefícios sociais, licenças, férias, freqüências, elaborar folha de pagamento de servidores ativos e inativos e dos beneficiários de pensão, através do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, instruir processo de direito e vantagens.

### **TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO**

No decorrer do exercício de 2007 os servidores da SFA/MT participaram de 91 eventos de treinamento/capacitação que envolveu 182 Fiscais Federais/Agentes de Inspeção; 08 ocupantes de cargo em Comissão e 10 servidores Administrativos que tiveram ainda a participação em 02 cursos a distancia.

Nessas atividades de capacitação foram registrados 333 dias de afastamento equivalendo á 2.664 horas, abrangendo todas as áreas de atividade da Superintendência.

Contou ainda, a Superintendência com um Fiscal Federal participando de mestrado.

Além dos eventos acima, os 36 Fiscais nomeados foram capacitados para as competências de cada área de atuação, totalizando 929 dias equivalendo há 7.432 horas; ou seja a média de 206 horas por servidor.

Durante o exercício de 2007 foi levado a efeito o CENSO/MAPA/2007, atingindo 100% (cem por cento) dos funcionários ativos do Quadro do MAPA e requisitados ocupantes de Cargo em Comissão. Foi realizada pesquisa para permitir o conhecimento do perfil da Força de Trabalho envolvida com as atividades de Recursos Humanas no Mapa. Nossa força de trabalho encontra-se detalhado nas tabelas abaixo

Conforme previsão inserida no Relatório Gestor / 2007 a Força de Trabalho da SFA/MT, perdeu 5 Técnicos e 10 administrativos que tiveram que retornar ao Órgão de Origem por determinação do Governo do Estado e outros pela não renovação do Termo de Cooperação com as quais a SFA não tinha qualquer ônus.

Para 2008 temos a previsão de Posse e Exercício de 58 Agentes de inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, cargo de natureza Técnica da área finalista; cuja Portaria de Nomeação já publicada em 26/12/2007, e, por outro lado temos a previsão de Extinção Contratual de 14 Técnicos de Inspeção, temporários com extinção do vinculo em 31/07/2008.

Vê-se que enquanto vem aumentando a Força de Trabalho na área finalística que cresceu em 23 Fiscais em 2007 e deverá crescer em 58 Agentes de Inspeção, a área administrativa teve redução de 10 pessoas em 2007.

É importante frisar que a permanência em atividades daqueles servidores que já preencheram condições, as aposentadorias ainda não foram requeridos em razão do interstício exigido de percepção de gratificação para sua incorporação aos proventos; ou seja, espera-se apenas a data dessa implementação para o esvaziamento pleno da área administrativa da SFA/MT.

**Tabela 1 - força de trabalho geral da SFA/MT**

DESCRIÇÃO	Nº DE PESSOAS 2007
Quadro do MAPA Permanente	166
Quadro do MAPA Temporário	29
Cargo em Comissão	02
Prestadores de Serviço sem ônus para o MAPA	39
Auxiliar de Inspeção sem ônus para o MAPA	416
<b>TOTAL</b>	<b>652</b>

**Tabela 2- Contratos Temporários com ônus para o MAPA**

DESCRIÇÃO	Nº DE PESSOAS 2007
Agente de Inspeção	16
Estagiário de Nível Superior	10
Estagiário Nível Médio	03
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>

**Tabela 3 - Distribuição dos Servidores Permanente da SFA/MT**

DESCRIÇÃO	Nº DE PESSOAS 2007
FFA – Engenheiro Agrônomo	28
FFA – Médico Veterinário	71
FFA - Zootecnista	03
Técnico de Nível Superior	01
Datilografo	04
Técnico de Contabilidade	02



Agente Administrativo	13
Telefonista	01
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	02
Agente de Vigilância	03
Art. De Elet. E Comunicação	01
Motorista Oficial	07
Agente de Portaria	07
Agente de Inspeção Prod. Org. Animal	22
Agente de Ativ. Agropecuário	01
<b>TOTAL</b>	<b>166</b>

**Tabela 4 - Prestadores de serviço sem ônus para o MAPA**

DESCRIÇÃO	Nº DE PESSOAS 2007
Engenheiro Agrônomo	03
Médico Veterinário	18
Assistente administrativo	14
Economista	01
Aux. de Inspeção Art.102 (RIPOA)	380
<b>TOTAL</b>	<b>416</b>

#### **4.1.7 - ATIVIDADES SOB RESPONSABILIDADE DO SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO - SPA**

##### **A - Serviço de Planejamento e Acompanhamento – SPA.**

O Serviço de Planejamento e Acompanhamento, dentre suas responsabilidades tem a de promover o processo de planejamento operacional e orientar as unidades organizacionais da SFA/MT na construção de indicadores de desempenho.

Com vistas a orientar a elaboração do Plano Anual de Trabalho, o SPA fez um amplo levantamento estatístico sobre o setor agropecuário em Mato Grosso e durante o acompanhamento da execução das atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas, elaborou gráficos que demonstram a relação entre os recursos programados, recebidos e efetivamente utilizados em cada Plano Interno – PI. Estas informações foram utilizadas para se aprimorar o Planejamento das atividades para 2007 e também para, a partir das discrepâncias observadas, subsidiar os Coordenadores de Ação Nacionais no aprimoramento na descentralização dos recursos e tomadas de decisão de sua gestão, informações que foram repassadas em reuniões em Brasília e na SFA-MT onde foram apresentados os resultados do RELATÓRIO Gestor 2006 e as necessidades de ações corretivas, conforme vem sendo feito em anos anteriores.

O SPA voltou a orientar as áreas técnicas e administrativas na elaboração de seu plano operacional, discutindo-se as atribuições básicas de cada Serviço/seção, de acordo com o Regimento Interno, bem como a Relação dos Programas afeto a cada área, seguidos das correspondentes ações do PPA, seus objetivos, justificativa, finalidade e descrição, levando-se o mesmo conjunto de planilhas anteriormente elaborados pelo Serviço de Planejamento, acrescida de uma outra que trata da Gestão física e financeira das Ações de cada Serviço, tudo para um melhor planejamento operacional de cada área da SFA-MT, conforme abaixo:

1. Planilha da Força de Trabalho e Estrutura do Setor/Seção
2. Planilha de Metas e Indicadores de Desempenho dos Processos por PI Abrangência de Desenvolvimento da Ação
3. Cronograma Físico POR PI
4. Programação Orçamentária POR PI para deslocamento
5. Programação Orçamentária por PI para despesas variáveis
6. Resumo Orçamentário Anual
7. Planilha de acompanhamento da Gestão física e financeira das Atividades

O SPA continuou a desenvolver as atividades relacionadas ao Programa de Qualidade da SFA/MT, ou Sistema de Gestão da qualidade, em especial a realização de pesquisas de satisfação dos clientes internos e externos à SFA/MT, cujos resultados são apresentados abaixo.

Ainda com um quadro reduzido de Fiscais Federais Agropecuários, o responsável pela SPA/MT, Fiscal Federal Agropecuário Wanderlei Dias Guerra, continuou a acumular as atribuições afetas ao Programa de Desenvolvimento das Culturas Oleaginosas e Plantas Fibrosas – **PCPOPLAN**, além da Coordenação da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal de Mato Grosso – CDSV/MT, instituída pela Portaria SFA/MT 073 de 27/02/05, a qual congrega 25 Instituições públicas e privadas que tem ações e/ou interesses na área de Defesa Sanitária Vegetal, além de continuar no papel de Ouvidor da SFA/MT.

## **B - Sistema de Gestão da Qualidade**

O Serviço de Planejamento assumiu para si as responsabilidades inerentes ao Programa de Qualidade da SFA/MT sob a coordenação da servidora Aparecida Conceição Luciano de Oliveira (*in memorian*), a qual desenvolveu as seguintes atividades.

### **Sistema de Gestão da Qualidade**

## Ações desenvolvidas em 2007:

### 1 - Pesquisa de Satisfação de Clientes Internos.

Análise dos resultados das Pesquisas Internas iniciadas em outubro/2007 e concluída em dezembro de 2007. Embora a pesquisa tenha sido a mesma do ano anterior, verificamos pela tabela abaixo que nem um item atingiu a meta estabelecida de 85% (oitenta e cinco por cento) de “**Satisfação**” de indicadores **Bom e Ótimo**. Se compararmos os índices de “Satisfação” de 2007 com o de 2006 verifica-se que um pequena alteração no índice de satisfação dos servidores. Apesar de valor não ser significativo (-2,74%) esta insatisfação tem como origem a uma falta de maior integração entre os servidores e, possivelmente, afetados pela grande defasagem salarial dos servidores administrativos

Na análise geral, a administração reconhece a necessidade de melhorar a comunicação interna, promover a integração e a união interna, valorizando, reciclando e treinando pessoal, mas de uma forma mais intensiva para que no final deste ano tenhamos um melhores resultados na pesquisa, já que neste ano de 2007 foram feitas essas ações e não teve um resultado satisfatório, um exemplo é na parte de segurança que foi colocado cerca elétrica na superintendência e treinamento com os seguranças,

### PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES INTERNOS DA SFA/MT

**Atribua uma das seguintes notas para os itens abaixo:**  
**(1) Péssimo (2) Regular (3) Satisfatório (4) bom (5) Ótimo**

Item Avaliado	2006	2007
	Índice de Satisfação%	Índice de Satisfação%
1) Como avalia sua satisfação em trabalhar na SFA/MT	<b>80%</b>	<b>77,5%</b>
2) Quanto o atendimento ao Público Interno pelos servidores da SFA/MT você considera	<b>73%</b>	<b>65,00%</b>
3) Quanto o atendimento ao Público Externo pelos servidores da SFA/MT você considera	<b>72%</b>	<b>69,00%</b>
4) Os servidores da SFA/MT agem com “espírito de equipe”.	<b>58%</b>	<b>55,50%</b>
5) Como você avalia o desempenho geral do setor onde você trabalha	<b>77%</b>	<b>80,50%</b>
6) Como você avalia a comunicação interna da SFA/MT	<b>63%</b>	<b>57,50%</b>
7) Como você avalia o seu trabalho na SFA/MT	<b>81%</b>	<b>76,50%</b>

8) Os procedimentos utilizados estão de acordo com a Missão da SFA/MT	<b>69%</b>	<b>67,50%</b>
9) Você participa da elaboração do planejamento do seu setor de trabalho	<b>68%</b>	<b>62,50%</b>
10) Como você avalia os serviços de apoio administrativo	<b>66%</b>	<b>66,50%</b>
11) Como você avalia o Gestor do setor onde trabalha	<b>80%</b>	<b>81,50%</b>
12) Como você avalia a segurança patrimonial da SFA/MT	<b>65%</b>	<b>69,50%</b>

**Meta a ser atingida: Bom (>4) ou 85%**

	<b>2006</b>	<b>2007</b>
No geral avalie entre 1 a 10 os serviços internos prestados por essa SFA-MT	<b>70,99</b>	<b>69,04%</b>

<b>Indicadores</b>	<b>Metas</b>	<b>Índice de Satisfação</b>
<b>Pesquisa de Satisfação de Clientes (anual)</b> Porcentual de avaliação ótimo + bom	<b>Mínimo 70%</b>	<b>Índice de Satisfação dos clientes internos 2007 em relação a 2006</b> <b>IS = (I 2007/I 2006)-1 X 100</b> <b>IS = (69,04/70,99)</b> <b>IS = - 2,74%</b>

## **2- Pesquisa de Clientes Externos:**

Após análise dos resultados das Pesquisas Externas iniciadas em agosto/2007 e concluída em dezembro de 2007, nesta avaliação foi estabelecida uma meta de 70% (setenta por cento) de ‘Satisfação’ entre **BOM** e **ÓTIMO**, para avaliar os resultados dos nossos serviços. Verificou-se que como resultado da avaliação geral foi atingida a meta estabelecida entre os índices de “Satisfação”, e em comparação com o ano passado onde observou-se uma melhoria da percepção dos clientes externos em relação ao ano de 2007 com um incremento de 11,9% de melhoria. Observe-se que de maneira geral todos os itens pesquisados aumentaram sua pontuação na avaliação dos clientes, com exceção do item que se refere à parte documental (envio de documentos), tema que será discutido com as áreas para melhorias futuras.

### **PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES EXTERNOS DA SFA/MT**

**Atribua uma das seguintes notas para os itens abaixo:**  
**(1)Péssimo (2) Regular (3) Satisfatório (4) bom (5) Ótimo**

**Quanto ao atendimento prestado:**

**1. Via Telefone**

	<b>Índice de Satisfação 2006</b>	<b>Índice de Satisfação 2007</b>
1.1 Pronto atendimento	75%	80%
1.2 Cortesia	70%	85,71%
1.3 Clareza nas informações	80%	85,71%
1.4 Empenho/Boa Vontade	80%	85,71%

**2-Pessoal**

2.1 Apresentação Pessoal	65%	88,57%
2.2 Postura/Cortesia	75%	88,57%
2.3 Clareza nas informações	75%	88,57%
2.4 Presteza/agilidade	65%	68,57%
2.5 Atendimento das solicitações	70%	82,85%
2.6 Cumprimento dos prazos acordados	75%	80,00%
2.7 Empenho/Boa vontade	70%	88,57%

**3-Meio eletrônico (Internet)**

3.1 Disponibilidade de uso/Divulgação	60%	80,00%
3.2 Pronto atendimento/Boa vontade	70%	76,67%
3.3 Presteza/Clareza nas informações	75%	76,67%
3.4 Atendimento das solicitações	70%	73,33%

**4-Documental (através de envio de documentos)**

4.1 Presteza, agilidade no atendimento.	85%	80,00%
4.2 Clareza nas informações	85%	85,71%
4.3 Atendimento das solicitações	80%	88,57%

**5-Instalações**

5.1 Localização dos setores	70%	77,14%
5.2 Infra- estrutura disponível	70%	74,28%
5.3 Atendimento na Portaria	85%	82,85%

**Meta a ser atingida : (> 4 ou 70%)**

**6-No geral avaliação dos serviços prestados pela SFA/MT**

	<b>2006</b>	<b>2007</b>
No geral avalie entre 1 a 10 os serviços prestados por essa SFA-MT	70%	78,33%

<b>Indicadores</b>	<b>Metas</b>	<b>Índice de Satisfação</b>
--------------------	--------------	-----------------------------

<b>Pesquisa de Satisfação de Clientes (anual)</b> Percentual de avaliação ótimo + bom	<b>Mínimo 70%</b>	<b>Índice de Satisfação dos clientes externos em 2007 em relação a 2006</b> $IS = (I\ 2007/I\ 2006) \cdot 100$ $IS = (78,33/70)$ $IS = + 11,9\%$
--	-------------------	---

**- MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR AS DISFUNÇÕES DETECTADAS PELO SPA**

- implementação do modelo de Planejamento Operacional
- desenvolver ações relacionadas a atendimento ao público interno e externo, trabalho de equipe, comunicação Interna, apoio administrativo e motivação pessoal

**- DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS**

- Desmotivação da equipe em função do não atendimento do planejado pelos setoriais financeiros;
- Falta de Recursos Humanos e Treinamento

**MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DE INSUCESSO;**

- Aprimorar o Planejamento das atividades para 2008
- Contactar os Coordenadores de Ação Nacionais para aprimoramento na descentralização dos recursos
- Treinamento de pessoal para gestão mensal dos recursos dos Serviços
- Solicitação de concurso público via MAPA e treinamento da força de trabalho existente
- Além disso há que se continuar a promover o processo de planejamento operacional e orientar as unidades organizacionais da Superintendência Federal na construção de indicadores de desempenho e de outros mecanismos de aprimoramento da gestão interna, inclusive o programa de qualidade.

**- Responsáveis pela implementação das medidas;**

Chefes do SPA dos Serviços e Seções Técnicas e Administrativas e, RH/SFA/MT

**C -Seção de Suporte Técnico-Operacional e Comunicação Social –STC**

Esta Seção esteve sob a responsabilidade também da servidora Aparecida Conceição Luciano de Oliveira (*in memorian*), a qual assumiu o papel de Assistente Técnica do Superintendente:

A assessoria técnica realizou diversas ações no intuito de auxiliar, representar, dar apoio, acompanhar o Superintendente da SFA/MT nos diversos eventos de acordo com a demanda.

**Dentre essas ações, destacamos:**

- \* Acompanhamento do Superintendente da SFA/MT em inauguração de estabelecimentos com registro no Serviço de Inspeção Federal;
- \* Representação em reuniões em órgãos estaduais e municipais para tratar de assuntos inerentes ao MAPA;
- \* Participação em reuniões das Diretorias Técnica e Administrativa da SFA/MT;
- \* Participação em reuniões técnicas na SFA/MT para atendimento de solicitação de público externo;
- \* Acompanhamento de convênios firmados entre o MAPA e órgãos públicos ou empresas, cooperativas;
- \* Participação ativa na realização de cursos e treinamentos dados pela SFA/MT;
- \* Auxílio administrativo ao Superintendente no encaminhamento de documentos (ofícios e memorandos);
- \* Acompanhamento de processos na Sede do MAPA;

**6. Previdência Complementar Patrocinada**

Não se aplica à SFA/MT

**7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal**

Não se aplica à SFA/MT

**8. Operações de fundos**

Não se aplica à SFA/MT

**9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)**

Não se aplica à SFA/MT